

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Organizados para a defesa dos interesses comuns: o processo de formação e o papel político do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul na crise da Primeira República (1926-1930)

Lauro Allan Almeida Duvoisin

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro, Abril de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de constituição e o papel desempenhado pelo Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, nos anos finais da Primeira República (1926-1930). Fundado em 1926, o Sindicato Arrozeiro foi uma agremiação de classe criada no intuito de valorizar o arroz exportado pelo Rio Grande do Sul no mercado nacional e estrangeiro. Pressionados pela intensificação da concorrência inter-regional e pela concorrência com os exportadores europeus, produtores agrícolas e comerciantes gaúchos buscaram alternativas através da organização de uma central que deveria coordenar o comércio, incentivar o melhoramento técnico, divulgar as condições da produção e do mercado para os produtores locais e buscar medidas de apoio governamental. A conjuntura negativa identificada e construída discursivamente pela insígnia de “crise arrozeira” pelos agentes da época colocaria o Sindicato num leque de influências nacionais que elevariam a questão alfandegária ao patamar central para a manutenção da renda do setor, fazendo emergir, inversamente, a insatisfação com a política federal de abastecimento e com a falta de crédito agrícola. Por outro lado, no quadro regional, a próprio papel do arroz na economia agrária rio-grandense fora bastante particular, favorecendo a emergência de uma burguesia capaz de controlar o circuito comercial e o financiamento da produção. No final da Primeira República, este grupo restrito de agentes expressaria a sua “vontade coletiva” através de organizações de classe inspiradas na legislação sindical de 1903. Por fim, a proeminência das lideranças do Sindicato Arrozeiro no âmbito regional e o papel estratégico do governo estadual ao sintetizar e condensar a experiência dos rizicultores como política de Estado seria o grande saldo daquela agremiação para os anos subseqüentes.

ABSTRACT

This essay analyses the process of constitution and the function of Rio Grande do Sul Rice Farmers Union, in the last years of First Republic (1926-1930). Established in 1926, the Rice Farmers Union was a class association, created to valorize the rice exported by Rio Grande do Sul to national and foreign market. Pressured by the intensification of interregional competition and the competition with European exporters, agricultural producers and traders from Rio Grande do Sul looked for choices organizing a center to control the trade, encourage technical improvement, convey the production and market conditions to the local producers and look for government support. The negative scenario identified and discursively constructed by the emblem of “rice crisis” by the agents of that time would put the Union on a range of national influences that would raise the issue customs to the central level to maintain the income of the sector, inversely causing dissatisfaction with the federal policy of supply and lack of agricultural credit. On the other hand, considering the regional situation, the proper function of rice in agricultural economy in Rio Grande do Sul was very particular by fostering the emergence of a bourgeoisie able to control the trade circuit and production finance. At the end of First Republic, this restrict group of agents would express their "collective will" by class organizations inspired by the trade union law of 1903. Finally, the prominence of Rice Union’s leaders regionally and the strategic role of the state government to summarize and condense the experience of rice farmers as a state policy would be the great balance of that association to the subsequent years.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu a contribuição direta e indireta de muitas pessoas durante o tempo em que foi concebido e escrito. Como é próprio do conhecimento coletivo, nenhuma dessas pessoas é responsável por possíveis insuficiências e erros que eu tenha cometido, embora todas elas tenham contribuído de alguma forma no resultado final aqui apresentado.

Essa pesquisa não teria sido possível sem a bolsa de pesquisa do CNPq, que garantiu a minha dedicação exclusiva à escrita desse trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador professor Renato Luís do Couto Neto e Lemos pela atenção e dedicação com que me guiou na pesquisa e na escrita durante esses dois anos de mestrado. Seu acompanhamento pessoal, no Rio de Janeiro, e virtual, quando eu estava em Porto Alegre ao final do curso, foi indispensável para a conclusão da dissertação.

Agradeço aos participantes da Banca Examinadora desse trabalho, Sonia Regina de Mendonça e Paulo Afonso Zarth, pela acolhida do convite e pelo empenho em contribuir com as reflexões que propus no texto. Da mesma forma, agradeço a disposição do professor Marcelo Badaró na Banca de Qualificação, cujas reflexões foram indispensáveis para a compreensão do sindicalismo brasileiro, do qual é um profundo conhecedor.

Outros professores e pesquisadores também ajudaram-me a refletir sobre o objeto pesquisado. Recordo de Elisa Pereira Reis, que aceitou cordialmente ouvir e discutir o meu projeto nas primeiras semanas em que estive no Rio de Janeiro. Sou grato aos professores Carlos Gabriel e Théo Lombarinhas e todos os colegas do *Polis* – Laboratório de História Econômico-Social da UFF pelos sábados de debate e sugestões de pesquisa. Aos colegas do Laboratório de Estudos sobre Militares na Política da UFRJ, com quem aprofundei a reflexão sobre a natureza do Estado, aspecto indispensável para a compreensão do tema que desenvolvi. Às professoras Monica Grin e Ana Lugão Rios pela acolhida na sala de aula e pelas contribuições no tema do coronelismo no Rio Grande do Sul.

Não poderia deixar de mencionar os colegas e amigos com quem convivi no Rio de Janeiro. Em especial, a Kleiton Sousa, Raimundo Hélio e Tácito Rolim pelas discussões permanentes e pelo convívio. À Diadiney Helena e a Kleiton Sousa também sou grato pela prontidão em ajudar a resolver problemas burocráticos urgentes. À Carlos

Valencia pelo empenho em compartilhar sua experiência de pesquisa e a prática na sistematização dos dados. Ao colega conterrâneo Alexandre Karsburg por compartilhar a saudade da terra natal.

À Marcia Santiago e família, que me acolheram como um membro da família no período em que estive longe de casa.

Em Porto Alegre, devo muito a colegas e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar à prof^a. Helen Osório pelo período de aprendizado na pesquisa histórica que a sua orientação na Iniciação Científica proporcionou-me e pelo interesse despertado pela História Agrária.

Ao prof. René Gertz pela troca de idéias a respeito do sindicalismo rural no Rio Grande do Sul e ao prof. Luis Alberto Grijó pelas sugestões iniciais no projeto de pesquisa.

Ao prof. Dario Ribeiro pelo interesse genuíno que busca incentivar nos estudantes durante as aulas e nas conversas de corredor, extremamente valiosas para uma formação que vai além do espaço universitário.

Agradeço aos colegas Guinter Leiphitz, Graciela Garcia e Marcia Volkmer pela troca de experiência e idéias no tema da História Agrária e História Política rio-grandense.

Em Porto Alegre dedico este trabalho a alguns amigos que partilharam o tempo de graduação e a saudade durante esse afastamento temporário. Especialmente a Roberta França Vieira Zettel e Anderson Barreto Moreira pelo tempo de amizade e de companheirismo.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais, Antonio Carlos e Ivane, e à minha irmã, Aline, sem o apoio dos quais esse trabalho não teria sido possível.

A minha companheira, Viviane Camejo, por compartilhar a paixão pelo conhecimento e por todos os dias felizes do presente e do futuro.

A muitos não mencionados, mas que mereciam estar citados aqui.

Finalmente, agradeço ao ensino público em todos os níveis, instrumento indispensável para a construção de um país democrático e soberano.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS, TABELAS E GRÁFICOS	p. 8
INTRODUÇÃO	p.9
CAPÍTULO I - A Burguesia Agrária num estado de segunda ordem da Federação Brasileira.....	p. 23
O sentido da economia gaúcha na Primeira República... ..	p.24
Surgimento e expansão da rizicultura irrigada.....	p.34
Os pólos de desenvolvimento e o novo complexo capitalista.....	p.40
A nova burguesia agrária: diversidade de origens	p.48
Os engenhos de beneficiamento de arroz	p.54
CAPÍTULO II - A luta no plano nacional: as exportações, a política alfandegária e o abastecimento do mercado interno	p.58
O mercado nacional e a política tarifária.....	p.58
Os anos 1920: o esgotamento da expansão para fora, a concorrência inter-regional e o problema do abastecimento interno.....	p.65
Interpretação e construção da crise pelos agentes	p.71
A tentativa de nacionalizar o debate da “crise” e a defesa da rizicultura.....	p.81
CAPÍTULO III – Sindicato, governo e Estado: a concretização das demandas da rizicultura em âmbito regional	p.91

O nascimento do Sindicato Arrozeiro	p.91
Matrizes do associativismo rural na Primeira República	p.94
Institucionalizando o Sindicato	p.101
Os Departamentos do Sindicato Arrozeiro e a efetivação das medidas de defesa...	p.103
Os impasses da política de “centralização” comercial e a “politização da economia” em torno da questão	p.108
A Diretoria: quem é quem no Sindicato Arrozeiro	p.115
As Comissões Regionais	p.119
O papel do governo estadual	p.121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.129
ANEXO I	p.134
ANEXO II	p.135
ANEXO III	p.136
ANEXO IV	p.147
FONTES	p.149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.152

LISTA DE FOTOS, TABELAS E GRÁFICOS

FOTO I	p.35
FOTO II	p.37
TABELA I – Exportações do Rio Grande do Sul na I República segundo o destino, discriminadas conforme o valor total da balança comercial do estado	p.26
TABELA II – Importação de arroz estrangeiro discriminada por estado da Federação – 1901 – 1907 (Ton.)	p.61
TABELA III – Preço médio do arroz exportado pelo Rio Grande do Sul – 1920 – 1930 (Cr\$/Ton.)	p.73
GRÁFICO I – Produção de charque no Rio Grande do Sul – 1907 – 1930	p.30
GRÁFICO II – Produção arrozeira no Rio Grande do Sul (1914 – 1930)	p.38
GRÁFICO III – Produção arrozeira no município de Cachoeira (1906 – 1912)	p.39
GRÁFICO IV – Arroz beneficiado nos diversos estados brasileiros, 1920	p.55
GRÁFICO V – Importação e exportação de arroz no Brasil, 1905 – 1926	p.66
GRÁFICO VI – Percentual do arroz gaúcho exportado para o mercados nacional e estrangeiro – 1915 – 1930	p.68

INTRODUÇÃO

Comecei a interessar-me pela realidade rural rio-grandense durante a minha graduação em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O caminho que me fez chegar a este campo iniciou com o tema da escravidão no meio rural, quando participei de uma pesquisa bibliográfica coordenada pela prof.^a Regina Xavier.¹ Em seguida, no ano de 2005, obtive uma bolsa de pesquisa no tema da História Agrária no período colonial, sob a orientação da Prof.^a Helen Osório, que me possibilitou conhecer a historiografia deste campo de estudos e compreender um pouco melhor a formação da agro-pecuária gaúcha. A concretização do presente trabalho deve muito às aprendizagens e reflexões feitas durante esta fase de minha formação acadêmica.

Ao final da graduação, no entanto, pareceu-me insuficiente estudar a realidade rural nos séculos XVIII e XIX para compreender de fato o surgimento do capitalismo agrário, tema que passava a interessar-me cada vez mais na medida em que aprofundava o conhecimento da realidade rural. Foi assim que, ao aprofundar o estudo do desenvolvimento rio-grandense no pós-abolição, com foco na questão agrária, entrei em contato com uma bibliografia escassa que tratava sobre a rizicultura na I República, considerada por alguns historiadores como a primeira forma capitalista de produção nos campos do sul. De fato, como o leitor poderá ver no primeiro capítulo deste trabalho, a moderna produção arrozeira gaúcha representou uma nova etapa da expansão do capitalismo agrário com seus contrastes frente ao tipo de desenvolvimento verificado nos centros mais dinâmicos do país, especialmente no setor cafeeiro paulista. A compreensão dessas peculiaridades foi o ponto de partida que me fez chegar ao estudo do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.

Este trabalho trata especificamente da atuação de algumas frações da classe dominante rural rio-grandense, vinculadas à produção e ao comércio de arroz em larga escala, que se viram na necessidade de debater os problemas econômicos e políticos que vinham influenciando o desempenho do setor arrozeiro no quadro de restrições comerciais do pós I Guerra Mundial e da chamada crise dos anos 1920 no Brasil.² O

¹ XAVIER, Regina (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

² “Na década de 1920, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930.” FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama C. de Sá. *A crise dos anos*

foco da análise recai sobre o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e sua relação com os determinantes econômicos e políticos postos para a classe dominante rural.

No intuito de dar conta da complexidade do objeto de pesquisa, as questões formuladas no corpo do texto buscam articular as expectativas e pressões advindas da dinâmica regional e nacional, ponderando especialmente a relevância das questões regionais num período em que o Brasil apresentava uma estrutura econômica, política e jurídica bastante fragmentadas, institucionalizada no regime federativo.³

O problema central que buscarei responder é: qual o significado político subjacente à criação e à atuação de um órgão de classe como o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul no contexto dos anos 1920?

O Sindicato Arrozeiro era uma agremiação de produtores e comerciantes de arroz fundada em 1926 visando valorizar o arroz exportado pelo Rio Grande do Sul nos mercados nacional e estrangeiro.⁴ Com este intuito, os idealizadores do Sindicato formularam diversas políticas centradas na oligopolização do comércio e no rebaixamento dos custos de produção além de reivindicarem-se os únicos representantes legítimos da categoria para negociar a política econômica setorial com os agentes do estado e com os produtores locais. Para compreender a natureza dessa agremiação, suas motivações e os conflitos de interesses subjacentes ao aparente consenso do grupo que protagonizou a iniciativa analisarei o período preparatório de discussão das propostas para vencer a crise arrozeira bem como a conformação institucional e os resultados práticos das medidas aplicadas. Neste sentido, privilegiarei o momento em que se formulam discursivamente as demandas da rizicultura sob a insígnia de “crise arrozeira”, termo que designava o agravamento de pressões econômicas na visão dos agentes envolvidos, fossem eles proprietários agrícolas e donos de engenhos de arroz, pequenos produtores, comerciantes, bem como os representantes do governo estadual e

1920 e a Revolução de 1930. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2ª Ed., livro 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. p.389.

³ “A Constituição Brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo e a importância dos Estados para a recém-inaugurada ordem política. A imagem do Estado, a sua importância, seu controle político, foram os principais temas de congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da carta institucional. Esta assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos (org.). *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. p.162.

⁴ O termo “exportação” utilizado aqui se refere à totalidade dos gêneros vendidos para fora das fronteiras do Rio Grande do Sul. Na Primeira República os entes federados tinham autonomia para regulamentar e taxar as vendas para outros estados, arrecadando tributos sobre o valor das vendas, denominados Impostos de Exportação ou Impostos Interestaduais. Tal situação revela a precária unidade do mercado nacional no período.

federal. A “crise arroeira”, como ficou conhecida através dos jornais da época, especialmente aqueles publicados em Porto Alegre, foi um fenômeno surgido em meados de 1926 e que resultou na criação do Sindicato em junho do mesmo ano.

Optei por findar a análise em 1930 devido às mudanças profundas que esta data representa para a dinâmica nacional, especialmente por alterar o papel desempenhado pelo Rio Grande do Sul dentro da federação. De estado de segunda ordem na constelação dos entes federados brasileiros,⁵ o estado sul-rio-grandense aparece como elemento político estratégico na transição da Primeira República para República Nova, sob a direção de Getúlio Vargas, o que obrigou-me a fazer um corte na análise. As transformações políticas daí decorrentes têm consequências notáveis nos fatores estudados. Em primeiro lugar, a relação entre os grupos políticos gaúchos que se dividiram entre a gestão do governo federal e aqueles que permaneceram e, inclusive, ganharam notoriedade no espaço regional a partir da Revolução de 1930, modificou-se consideravelmente.⁶ Tal transformação afetou também a abertura às demandas apresentadas por diferentes grupos de interesse, a exemplo dos charqueadores gaúchos, que não tinham mais respaldo imediato nas lideranças gaúchas de projeção nacional.⁷ Acrescenta-se a isto o fato de que a crise da lavoura cafeeira agravada em 1929 e início dos anos 1930 acabou obscurecendo a projeção de reivindicações tidas como secundárias para o restante do país. De fato, a Revolução de 1930 significou uma rearticulação importante na gestão dos interesses regionais no interior da Federação.⁸

De outra parte, o leitor notará que a delimitação inicial da pesquisa em 1926 foi bastante flexibilizada ao longo do texto. Isto ocorreu porque, na medida em que a reflexão sobre o tema avançou e o conhecimento das fontes se ampliou, pareceu-me quase inevitável retornar às décadas anteriores para averiguar a dinâmica de processos que parecem condensar-se nos anos 1920. Os fatores que mais pesaram para o

⁵ Para uma abordagem geral sobre o papel desempenhado pelo Rio Grande do Sul no quadro nacional durante a República Velha ver LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁶ Sobre as transformações na inserção do estado gaúcho na federação brasileira depois da Revolução de 1930 ver PESAVENTO, Sandra. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Para uma apreciação das transformações na gestão da economia após a Revolução de 1930 ver DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷ A partir de 1930, “As perspectivas identificadas com a solução de problemas nacionais começavam a chocar-se com aquelas mais exclusivamente voltadas para os problemas regionais dos charqueadores. Neste sentido, a charqueada se revelava o setor mais retrógrado na região e mais em oposição com a orientação nacional. A idéia da complementaridade com o mercado aparecia acompanhada de divergências com o centro.” PESAVENTO, Sandra. *Op. Cit.* p.62.

⁸ Sobre o caráter regional da *Revolução de 1930* ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

alargamento do marco inicial da análise foram as características da produção rizícola gaúcha e os problemas colocados para o setor, o desempenho das exportações na Primeira República bem como as mudanças e permanências na noção de sindicalismo que alimentava as expectativas dos agentes envolvidos na “questão arrozeira”. Não seria possível aprofundar a análise proposta sem considerar a evolução geral dos diferentes aspectos concebidos ou modificados ao longo das três primeiras décadas do século XX. O Sindicato Arrozeiro é tomado aqui como condensação e confluência de ações e tendências desenvolvidas ao longo do tempo.

Existem alguns trabalhos no âmbito da história regional do Rio Grande do Sul que tangenciam o objeto aqui estudado. Desses, alguns de temáticas variadas limitam-se a despendar algumas poucas linhas na descrição do processo de sindicalização ocorrido nos anos 1920.⁹ Joseph Love, por exemplo, aborda rapidamente a intensificação do associativismo em *O Regionalismo Gaúcho*, quando analisa os últimos anos da República Velha. Ele observa que “das 70 e tantas associações comerciais, agrícolas e pecuárias existentes no Rio Grande do Sul em 1930, quase a metade se formou entre 1926 e 1929”.¹⁰ Dentre elas, cita a Federação das Associações Rurais, o Sindicato Arrozeiro e o dos Charqueadores.

Geralmente os autores analisam as organizações de classe tendendo a reduzir o fenômeno a uma expressão fundamentalmente de defesa econômica. Deste ponto de vista os sindicatos e associações eram, sobretudo, respostas a conjunturas comerciais desfavoráveis. Portanto, não haveria grandes dificuldades de entender por que surgiam essas organizações de classe, uma vez que elas seriam como uma iniciativa natural aos problemas colocados pela acumulação do capital.

O mesmo problema tem perpassado a historiografia que analisa especificamente o Sindicato Arrozeiro.¹¹ Paulo Beskow, por exemplo, tende a resumir o papel do

⁹ LOVE, Joseph. *Op. Cit.*; PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980; AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 2001.

¹⁰ LOVE, Joseph L. *Op. Cit.* p.241.

¹¹ BAK, Joan L. *Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937*. Yale University, Ph.D., 1977; BESCOW, Paulo. *Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. Piracicaba: USP, Dissertação de mestrado, 1981; AROZTEGUI, Ema Julia. *A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1980. (Trabalho de conclusão no curso de Licenciatura em História); FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do estado e a criação do sindicato arrozeiro. IN: GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 329-357, 1979; PEBAYLE, Raymond. Les rencontres dans les terres humides. IN: _____ . *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. Service de reproduction des theses – Université de Lille III, pp. 580-589, 1974.

Sindicato à sua atuação comercial. A abordagem do autor é compreensível, visto que trata-se de trabalho elaborado sob a perspectiva da Economia Agrária. De qualquer modo, tal enfoque é sintomático do estado atual do estudo sobre a questão.

Jane Fraquelli é, certamente, a historiadora que mais próximo chegou de uma análise que conjuga o econômico e o político, embora não a tenha realizado de forma sistemática. No seu breve artigo intitulado “A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: A ação do Estado e a criação do Sindicato Arrozeiro” a autora observa que

A atuação do Estado, no setor orizícola gaúcho, apesar de definir-se em diversos aspectos segundo parâmetros positivistas, demonstra um avanço no sentido do intervencionismo. Esta perspectiva, no entanto, deve ser reduzida à sua real dimensão, e isto implica em analisar a orizicultura rio-grandense a partir da posição hegemônica do setor pecuário em crise. Partindo de uma macroperspectiva, já é sensível uma mudança na orientação geral do governo, visualizada através do tratamento preferencial dado à pecuária.¹²

Nota-se que ela propõe um esboço da relação entre o Sindicato e o governo estadual nos marcos da hegemonia regional dos pecuaristas. Essa questão é bastante presente na historiografia rio-grandense, pois a principal atividade na região era a pecuária. A agricultura e a indústria, embora viessem ganhando importância econômica, ocupavam uma posição econômica secundária no cenário regional. Ainda assim, permanece ausente do estudo o próprio significado político do Sindicato em si, não mais como elemento passivo, como objeto que sofre a intervenção da política econômica oficial, senão ele mesmo como agente definidor dos termos desta política. O conteúdo e a forma da enunciação dos interesses de determinadas frações de classe é o principal aspecto que pretendo abordar aqui.

Sandra Pesavento também sugere uma questão interessante a respeito da motivação do governo estadual de Borges de Medeiros em relação ao Sindicato Arrozeiro.¹³ Segundo ela, na década de 1920, o governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)¹⁴ passava por um problema de legitimação com o agravamento da

¹² FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p.352-353.

¹³ Borges de Medeiros foi o sucessor de Julio de Castilhos no governo estadual do Rio Grande do Sul. O seu primeiro mandato transcorreu entre os anos de 1898 e 1902, quando Castilhos ainda era vivo. Após sua morte, em 1903, Medeiros manteve-se no poder até 1907, quando, por conflitos políticos dentro do Partido Republicano Rio-Grandense, decidiu não candidatar-se. Depois desse intervalo ele assumiria o Poder Executivo estadual em 1913, permanecendo por três mandatos sucessivos até 1927, quando foi impedido de reeleger-se pela terceira vez, sendo substituído por Getúlio Vargas.

¹⁴ O PRR foi criado em 1882, em cuja convenção foram endossados os princípios do Manifesto Republicano, elaborado no Rio de Janeiro. Adeptos do federalismo e do abolicionismo, os republicanos gaúchos se diferenciariam de seus aliados nacionais pela influência da ideologia positivista baseada nos

crise na pecuária, tendendo a ampliar o seu leque de alianças com setores emergentes da economia regional:

no momento em que a pecuária se debatia em crise, a crise atingia os pecuaristas, mas não todo o Estado, que possuía agora o recurso do arroz, tornado o 3º produto de exportação em 1922. Além do mais, um governo como o gaúcho, que não contava com o apoio de toda a classe dos pecuaristas para manter-se no poder, tinha de ampliar a sua sustentação política, incorporando estes novos setores que se iam criando. Também entre os arrozeiros Borges [de Medeiros] tinha parte de sua base social de controle político.¹⁵

Como o excerto indica, o debate sobre as características e a composição do governo estadual ganha centralidade na historiografia regional envolvendo a compreensão dos interesses da classe dominante rural. Muitas vezes tal debate tende a ocupar boa parte das discussões sobre a economia e a política rio-grandense, como é o exemplo da obra “Gaúchos e Paulistas”, organizada por Luiz Roberto Targa.¹⁶ A historiografia rio-grandense parte de uma caracterização da composição regional da classe dominante para aferir os termos da atuação e as bases de sustentação do PRR, que se manteve no poder durante praticamente toda a Primeira República. No entanto, tal avaliação peca recorrentemente por simplificar a complexidade da realidade rural e por perder de vista a totalidade do processo de formação de uma burguesia regional no Rio Grande do Sul, que incluía parte dos produtores e comerciantes de arroz. A própria filiação partidária dos agentes ligados ao Sindicato Arrozeiro, por exemplo, ainda não recebeu merecida atenção dos autores.¹⁷

Estudando a Primeira República, Joan Bak percebeu com bastante precisão a emergência de um grupo capaz de controlar diferentes setores da economia regional num quadro de complexificação das relações sociais e dos interesses em jogo nos anos 1920; grupo caracterizado pela autora como uma “elite” de comerciantes e

princípios filosóficos do francês Augusto Comte. O PRR defendia a forma de governo centralizada, a hierarquia partidária, a divisão entre cargos políticos e administrativos, a harmonia social e o progresso dentro da ordem, a austeridade fiscal e a diversificação econômica regional. A concepção de governo do partido foi sintetizada pela Constituição Estadual de 1891, cuja escrita é atribuída a Julio de Castilhos, um dos fundadores do partido e seu principal líder. O PRR governou o Rio Grande do Sul durante praticamente toda a Primeira República (de 1893 a 1937), enfrentando dois conflitos armados com os grupos opositoristas (a chamada Revolução Federalista – 1893 a 1895 – e a Revolução de 1923). Ver LOVE, Joseph. *Op. Cit.* e PINTO, Céli. *Contribuição ao estudo da formação do Partido republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 1979.

¹⁵ PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.224-225.

¹⁶ TARGA, Luiz (Org.). *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

¹⁷ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.51, nota 11.

beneficiadores dos principais artigos exportados pelo estado.¹⁸ O Sindicato Arrozeiro, como outras associações de classe criadas na época, seriam de alguma forma a expressão da força desse novo grupo, em grande parte formado por estratos urbanos e descendentes de imigrantes alemães e italianos, chegados no Brasil em fins do século XIX. Nota-se, contudo, que a autora não desenvolve todas as consequências potenciais subjacentes à sua tese, ainda que a meu ver tenha aberto o caminho para tanto.

Outra deficiência da historiografia especializada no tema que estamos analisando é a quase ausência de uma discussão que envolva a dimensão nacional do problema levantado. Via de regra, a análise restringe-se às fronteiras regionais. Considero, pois, insuficiente avaliar as motivações e o impacto do Sindicato Arrozeiro unicamente nesse âmbito. Tanto a restrição comercial que se manifestou nos anos 1920 quanto a prática associativa da burguesia rural eram realidades que ultrapassavam as barreiras estaduais. Tampouco o intento de lançar um plano de valorização do arroz pretendia inicialmente limitar-se ao Rio Grande do Sul.¹⁹ Podemos dizer que o Sindicato Arrozeiro foi a alternativa de organização possível e viável no momento, mas não necessariamente a única alternativa cogitada pelos agentes envolvidos. O capítulo II é dedicado a avaliar a dimensão nacional do problema de pesquisa, em relação ao comércio, à propalada “crise” de 1926, e às alternativas pensadas em escala nacional.

Neste quadro, busco questionar, sobretudo, por que a organização dos arrozeiros assumiu uma forma específica e datada naquele período particular da Primeira República. Por que o Sindicato Arrozeiro foi fundado em 1926 e não em anos anteriores, quando as dificuldades econômicas já se delineavam? Por que os produtores

¹⁸ BAK, Joan. *Op. Cit.*

¹⁹ Os planos de valorização levados a cabo na Primeira República quase que se restringiam aos produtos de exportação. O objetivo comum aos diferentes planos era a elevação do preço no mercado consumidor, mantendo a renda do setor correspondente. O café foi o primeiro artigo a sofrer uma intervenção desse tipo em 1906 com o conhecido Convênio de Taubaté. Os sucessivos planos de valorização do café incluíam medidas como empréstimos com casas bancárias internacionais, concentração do produto em silos reguladores, classificação e oficialização dos tipos de grãos, isenção ou rebaixamento de impostos de exportação, regime cambial prioritário para os agentes do setor e até mesmo aumento da taxa de emissão de moedas por parte do governo federal. Com o agravamento da crise cafeeira nos anos 1920, foi instaurado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café em 1924. Ver FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. v.1. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. pp.193-248; De forma similar, desde os anos 1910 os comerciantes do norte do Brasil tentavam colocar em prática um plano de defesa da borracha, mas a idéia não frutificou. Ver PRADO, Maria Lígia & CAPELLATO, Maria Helena. A borracha na economia brasileira da Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. v.1. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. pp. 285-307. Cabe notar, no entanto, que mesmo restringindo-se a o âmbito regional, o impacto econômico dos planos de valorização poderiam ter consequências importantes para o resto do país.

e comerciantes escolheram o formato sindical e não algum outro disponível na época, como as cooperativas ou associações de produtores? Por que os rizicultores não empreenderam um plano de valorização em nível nacional, a exemplo dos cafeicultores? Qual era, afinal, a relação do Sindicato Arrozeiro com a política econômica estadual e federal? No esforço de responder a essas questões tem prevalecido um economicismo contraproducente, incapaz de perceber o fenômeno associativo na sua totalidade.

Restringir o objeto à sua dimensão econômica é deixar de lado a questão do poder, que se colocava permanentemente para as oligarquias rurais no cenário de regionalização dos interesses econômicos e federalização do regime republicano. Como atenta Steven Topik, “O funcionamento da república, por meio de acordos extra-oficiais mais que por organismos oficiais, teve como conseqüência um excesso de conflitos”²⁰, o que sugere uma variedade de caminhos de acesso ao poder. Acrescente-se a isso a afirmação dos interesses rurais em escala nacional e por meios extra e intra oficiais, através de agências de defesa da agricultura como a Sociedade Nacional de Agricultura e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para termos uma idéia da relevância da questão política subjacente ao sindicalismo rural.²¹

O associativismo no Rio Grande do Sul, concretizado na fundação de cooperativas, união de produtores, associações de classe e sindicatos rurais, foi o mais expressivo do Brasil. O número de agremiações agrícolas registradas pela Sociedade Nacional de Agricultura entre os anos de 1899 e 1908 aumentou de 5 para 40 no Rio Grande do Sul, secundado por Minas Gerais, que contabilizava 23 entidades de classe neste último ano.²² Se não é possível ignorar o impulso regional representado por essas iniciativas de classe, tampouco pode-se deixar de notar a dimensão e o impacto nacional que o fenômeno associativo teve durante toda a Primeira República. Neste último ponto, no entanto, esbarramos na insuficiência historiográfica consolidada nas duas principais tendências explicativas da realidade rural brasileira para o período: a tese do “coronelismo” e a ênfase na proeminência dos grupos agro-exportadores concentrados em regiões bastante restritas do território nacional. O debate com essas interpretações é meu ponto de partida para o diálogo com a historiografia nacional.

De forma geral, a Primeira República foi caracterizada como o período de domínio das oligarquias agrárias, da predominância dos interesses e dos poderes locais e

²⁰ TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: record, 1987. p.28

²¹ MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²² *Idem*. p.201.

de relações clientelísticas na vida política brasileira. Para alguns autores, esta fase da nossa história chegou a representar um retrocesso em relação ao Império, visto que depois de 1889 o poder oligárquico foi institucionalizado no âmbito dos estados federados, que antes permaneciam submetidos às determinações da Coroa.²³ A “política dos governadores”, negociada pelo presidente Campos Sales (1898 - 1902), teria sido a expressão nacional desse poder localista.

O fundamento dos fatores negativos atribuídos à Primeira República era a estrutura econômica agro-exportadora, um dos temas privilegiados, aliás, pela historiografia dos anos 1970 e 1980.²⁴ Conseqüentemente, fenômenos econômicos, políticos e sociais que nem sempre se encaixavam na explicação geral proposta eram relegados a segundo plano. O caráter subdesenvolvido e dependente da economia brasileira frente aos centros dinâmicos do capitalismo mundial reforçaria internamente a estrutura agrária tradicional.²⁵

Nas ciências humanas, a raiz da negatividade das interpretações sobre o período, sugestivamente denominado República Velha, parece ter origem nos textos clássicos de Nestor Duarte e Victor Nunes Leal.²⁶ Apesar de chegarem a conclusões invertidas, ambos os autores acentuaram o papel desempenhado pelos “coronéis locais”, ou pelo que Duarte denominou genericamente de “poder privado”, no entrave para a formação de uma estrutura política moderna e democrática. O coronelismo como chave interpretativa perdurou no tempo com variações consideráveis, permanecendo como tese válida para inúmeros estudos de caso.²⁷

No outro extremo, os historiadores e economistas atribuíram um papel determinante ao grupo cafeeiro como principal protagonista da dinâmica econômica e

²³ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. V.1 e 2. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.

²⁴ Ver IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: brasiliense, 2004; OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980; PELÁEZ, Carlos M. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista brasileira de economia*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 4, pp. 2-202, out./dez. 1971.

²⁵ CARDOSO, Fernando & FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

²⁶ DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1966; LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

²⁷ QUEIROZ, Maria. “O coronelismo numa interpretação sociológica”. IN: _____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. pp.163-216; PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias – 1889 – 1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993; No Rio Grande do Sul, o trabalho mais importante neste tema é FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

política brasileira.²⁸ A burguesia cafeeira, como foi chamada muitas vezes com imprecisão,²⁹ imprimiria seus interesses no interior do governo federal e nos governos estaduais, determinando a conformação de um novo “modo de produção de mercadorias”³⁰ e ditando os rumos da política econômica nacional em conjunto com o capital externo a ela associado. Os planos de valorização do café, iniciados em 1906 e reeditados a cada crise do setor, seriam o indício mais evidente da primazia da burguesia agro-mercantil sobre os interesses nacionais.³¹

Fazendo um balanço das duas interpretações, verifica-se, pois, uma tensão entre o tradicional, representado pelos grupos agrários estagnados, associados ao coronelismo, e o moderno, ou seja, a burguesia cafeeira do Oeste Paulista.³² Em qualquer dos casos, vale notar que as características dos grupos agrários pareciam impregnar a sociedade como um todo, e não apenas as esferas econômica e política.

Desde pelo menos a década de 1980 o modelo dual de análise da história brasileira vem sofrendo diversas críticas e revisões, que colocam em questão os pressupostos dessas explicações, como o monolitismo do grupo cafeeiro, a natureza conservadora e atrasada das oligarquias regionais, a coerência da política econômica oficial, além do esforço empreendido pela nova geração de historiadores de trazer à cena atores sociais esquecidos até o momento.

Todavia, se o estudo de grupos sociais e setores econômicos de menor projeção nacional, como é o caso dos rizicultores rio-grandenses, não era favorecido pela interpretação do coronelismo e pelo tema do café e da crise cafeeira, hoje a diversidade de temas continua desfavorável a esses objetos.³³ Tende-se a abandonar-se, ainda, o

²⁸ Dentre outros trabalhos sobre o tema trabalhos destacam-se FAUSTO, Boris. *Op. Cit.*; PELÁEZ, Carlos M. *Op. Cit.*; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981; REIS, Elisa. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880 – 1930*. 1979. 315f. PhD Dissertation of Political Science – Massachusetts Institute of Technology, 1979;

²⁹ “O uso do termo “burguesia cafeeira” ou “burguesia do café”, que não nos revela nenhuma oposição, nenhuma diferenciação no interior dessa classe – na verdade, quando esse termo é usado raramente se sabe de quem se está falando, se do grande capital cafeeiro, se da lavoura ou dos comissários (...)”. PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994. p.20.

³⁰ OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In: _____ . *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 9-38, 1977.

³¹ REIS, Elisa. *Op. Cit.*

³² Os cafeicultores do Vale do Paraíba não passaram pelo mesmo grau de modernização das lavouras tal como ocorreu no Oeste Paulista, por isso não são incluídos no setor moderno da burguesia cafeeira. FAUSTO, Boris. *Op. Cit.* p. 196-197.

³³ Comparando-se as duas grandes coletâneas de textos sobre a Primeira República confirma-se este problema. Na obra *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, organizada por Boris Fausto, os artigos que abordam a economia agrária são voltados eminentemente para o café, a borracha e o açúcar, sendo os demais ramos tratados somente nos capítulos atinentes aos casos regionais. O arroz

sentido de totalidade da realidade histórica em troca do ecletismo temático e teórico-metodológico. Conseqüentemente, no que se refere á Primeira República corre-se o risco de perde-se o que Jorge Sábato chamou de “valor heurístico” da análise histórica,³⁴ quer dizer, aquele sentido mais amplo que as explicações gerais tinham a capacidade de formar sobre certos objetos históricos, a despeito das deficiências ou imprecisões verificadas nos modelos propostos.

Portanto, o esforço que farei aqui será o de observar a atuação do grupo arrozeiro gaúcho tentando manter o “valor heurístico” acumulado pela historiografia desde a década de 1970. Ao longo do trabalho buscarei manter um diálogo e retomar as contribuições dessa historiografia.

Finalmente, este trabalho não pretende ser uma “história econômica”, no sentido clássico, pensada como a análise das taxas e tendências da produção, do comércio e do consumo de um determinado setor ou de uma nação, com vistas a responder a questões relativas ao processo de acumulação e circulação de capital, ainda que eu leve em conta alguns desses aspectos na análise do problema. Com efeito, a história econômica foi alvo de duras críticas nas últimas três décadas por não levar em conta fatores da dinâmica histórica que não apareciam em taxas de natureza quantitativa.³⁵

merece apenas uma rápida menção no texto desenvolvido por Joseph Love. LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. v.1. São Paulo: Difusão Editorial, 1985. pp. 99-122; Na última coletânea sobre a Primeira República, organizada por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado, a defasagem entre os temas explorados se mantém. Observa-se inclusive um retrocesso no que se refere aos temas econômicos. O único artigo voltado para a questão, de autoria de José Arias Neto, não obstante tenha a intenção de revisar o binômio café-indústria, dá muito pouca atenção à produção dirigida ao mercado interno. Ver NETO, José Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia. (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 191-229.

³⁴ SÁBATO, Jorge. *La clase dominante en la Argentina moderna*. 2ª Ed. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 1991. p. 33-34. Sábato refere-se especificamente às questões postas pela historiografia argentina sobre a hegemonia dos proprietários de terra na totalidade da classe dominante daquele país durante o século XIX. O significado do termo “valor heurístico” utilizado pelo autor é o de que mesmo negando determinadas hipóteses formuladas pela historiografia anterior, o caráter explicativo de tais hipóteses mantém seu valor geral para a compreensão do funcionamento da sociedade, ainda que revisões e reformulações sejam necessárias.

³⁵ No diagnóstico do historiador Jorge Gelman “A nadie escapa que luego de haber sido la niña mimada de los estudios históricos durante las décadas centrales del siglo XX y hasta los años sesenta y setenta, la historia económica se convirtió recientemente en una rama relativamente marginal de las disciplinas históricas. Este desplazamiento tiene en parte razones internas a la propia especialidad, como el agotamiento de ciertos modelos explicativos, los rendimientos decrecientes de algunas investigaciones cuantitativas muy demandadoras de trabajo, etc.” GELMAN, Jorge (org.). *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo/AAHE, 2005. p.9.

Aqui os dados vinculados à rizicultura são entendidos como a matéria-prima para a compreensão de tendências que superam a universo do econômico. Neste aspecto é esclarecedora a observação de Tamás Szmrecsányi, segundo o qual

De modo geral podemos classificar os historiadores econômicos e seus trabalhos em três categorias intelectuais: a dos economistas com conhecimentos de História, a dos historiadores com conhecimentos de Economia, e a dos demais cientistas sociais com conhecimentos tanto de Economia como de História.³⁶

O leitor, pois, notará rapidamente que me coloco na segunda classificação, ou seja, a de historiador que arrisca adentrar o campo da economia, embora não tenha a pretensão de fazer um trabalho da natureza e da profundidade que um economista certamente faria.

A ênfase do estudo que faço recai sobre o resultado político das pressões geradas na esfera da produção, do comércio, e da política governamental. Uma das consequências da perspectiva histórica aqui acentuada é que o econômico não tem significado por si mesmo, mas pelas restrições e expectativas que gera nos agentes envolvidos. Neste caso, o leitor observará não apenas como a crise econômica de 1926 foi sentida, momento em que se dá a gênese da “crise arroseira”, mas especialmente como ela também foi tecida nos discursos para justificar vantagens econômicas e políticas diversas para os rizicultores.

Trata-se, portanto, de compreender como ocorre a formação de uma “vontade coletiva”, nos termos de Gramsci, capaz não só de responder aos problemas colocados pela conjuntura, mas de mobilizar os indivíduos em torno das questões pautadas.³⁷ Como veremos, esta “vontade coletiva” que emerge não é certamente um “momento ético-político” de busca da hegemonia frente à sociedade, mas muito mais um “momento econômico-corporativo” da afirmação dos interesses de determinado grupo econômico vinculado ao setor arroseiro como fração de classe no interior da classe dominante local. Não se deduza daí qualquer intuito de sucessão cronológica entre os dois momentos, já que a formação de um não leva necessariamente ao outro. O aspecto

³⁶ SZMRECSÁNYI, Tamas. Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado. *Estudos Avançados*, dossiê Memória (set-dez 1999). v. 13, 37. p. 207.

³⁷ Gramsci utiliza o termo “vontade coletiva” num sentido muito mais amplo do que dimensão do objeto aqui analisado. “Vontade coletiva”, para Gramsci, corresponderia ao impulso que leva à modificação do funcionamento do Estado, dos rumos de uma nação, e não apenas de uma parte específica desta. Assim, a apreensão que faço do conceito é bastante livre, mas considero que o sentido de seu uso não se perde por isso, pois reflete em menor escala a perspectiva desenvolvida por Gramsci. Ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p. 13-19.

mais importante de perceber-se é que naquela conjuntura específica o elemento capaz de identificar tal grupo de interesses como fração de classe e forjar a sua unidade foi o problema econômico e comercial a ser resolvido. Cabe-nos avaliar o grau de determinação desse processo, o seu nível de articulação consciente, a intencionalidade dos agentes e os limites da ação ao inserir-se dentro de um contexto histórico específico.

O primeiro capítulo oferece uma reflexão sobre o sentido do desenvolvimento rio-grandense e o surgimento da rizicultura no cenário regional. Veremos como se deu a modernização e a expansão territorial das lavouras, e o papel que os engenhos de beneficiamento tinham para o controle vertical do setor. A intenção dessa etapa é problematizar a situação da rizicultura no quadro de diversificação produtiva estadual e a sua inserção no modelo agro-exportador hegemônico em nível nacional. Buscarei igualmente periodizar as diferentes fases da produção de arroz nesses três primeiras décadas do século em comparação com a evolução do charque, principal artigo produzido no estado. Veremos que o fator central que sintetiza as modificações ocorridas no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, e que vincula o Sindicato Arrozeiro a estas modificações, foi a emergência de uma nova fração de classe, capaz de controlar diferentes esferas da economia regional e de unificar uma estrutura econômica e social até pouco desarticulada.

No segundo capítulo, analiso a atuação dos rizicultores em escala nacional, direcionada para a discussão do problema do abastecimento interno e das tarifas alfandegárias que representava o principal mecanismo de proteção econômica do Governo Federal para controlar a entrada de produtos estrangeiros no país. Para isso, observo a evolução do comércio do arroz a partir da I Guerra Mundial, buscando compreender em que medida e de que maneira as restrições comerciais afetaram os produtores gaúchos e foram sentidas pelos mesmos.

Neste capítulo verifico também como os problemas vividos pelo setor foram interpretados e articulados discursivamente no que veio a se chamar de “crise arrozeira”, ponderando a relevância do exemplo dado pela organização dos planos de valorização do café e de outros ramos da economia agrária brasileira para os rizicultores gaúchos.

O terceiro e último capítulo trata das raízes e da natureza do sindicalismo agrário. Nesta parte, observo quais as matrizes de sindicalismo informaram o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, seja através do debate e das iniciativas nacionais sobre o tema, seja através das matrizes regionais, especialmente do associativismo de origem

germânica e das organizações de pecuaristas e charqueadores. Finalmente analiso a forma como o Sindicato Arrozeiro se configurou à luz dessas diferentes matrizes e quais as principais medidas tomadas pelo sindicato. Partindo dessa questão acesso as disputas subjacentes à noção de sindicato propostas e às medidas de proteção formuladas pelo setor arrozeiro, tendo em vista os interesses locais e políticos dos agentes envolvidos. Este capítulo busca esclarecer também a participação do Governo Estadual no plano de valorização do arroz, bem como o saldo político final da institucionalização de interesses na forma de organização sindical.

CAPÍTULO I

A BURGUESIA AGRÁRIA NUM ESTADO DE SEGUNDA ORDEM DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

Este primeiro capítulo tem o objetivo de introduzir o tema da rizicultura no cenário geral da economia e da sociedade gaúcha, levando em conta as características históricas, os determinantes estruturais da produção e os fatores que influenciaram na constituição dos agentes ligados a esta atividade agrícola. Tal esboço potencializará a análise empreendida mais adiante sobre o papel desempenhado pelo Sindicato Arrozeiro como mecanismo de regulação econômica e pressão política no quadro referido. Em razão do objetivo indicado, este capítulo não delimita-se no marco temporal que vai de 1926 a 1930, senão estende-se por todo o período de surgimento e expansão da rizicultura pelo estado.

Buscarei problematizar este processo de gênese e expansão da lavoura em pelo menos duas dimensões distintas e relacionadas: a formação sócio-econômica regional propriamente dita, definida pelas atividades produtivas desenvolvidas ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, com especial atenção sobre o papel da agricultura na região; a forma de inserção do Rio Grande do Sul na dinâmica econômica brasileira, com as conseqüentes potencialidades e constrangimentos de tal relação. Buscarei verificar como a expansão da rizicultura esteve relacionada com a mudança nos pólos dinâmicos da economia estadual e com a diversificação produtiva pela qual o estado passava. O primeiro item intitulado *O sentido da economia gaúcha na Primeira República* aborda exatamente esses aspectos. Ele é basicamente uma problematização do desenvolvimento rio-grandense.

O segundo item, *Surgimento e expansão da rizicultura irrigada*, é dedicado a descrever o processo de consolidação do setor arrozeiro no estado, desde os primeiros experimentos com a irrigação, até a disseminação deste ramo agrícola mecanizado. Não pretendo esgotar a análise dos fatores econômicos, como as inovações tecnológicas, as formas de acesso à terra ou a apropriação do trabalho humano. Em outras obras estes elementos já foram abordados. O objetivo deste item é indicar alguns determinantes econômicos que influenciaram o desenvolvimento do setor arrozeiro. Para fazer isso, utilizei-me da historiografia já existente sobre o tema, complementada com fontes primárias por mim pesquisadas.

A rizicultura vem sendo considerada pela historiografia como a primeira lavoura de natureza tipicamente capitalista a se desenvolver nos campos do sul do Brasil. Tal consideração é feita com base em algumas características que individualizam a rizicultura no leque de atividades econômicas existentes na época, pela sua estreita vinculação com o mercado nacional, seu alto grau de mecanização produtiva, e pela prática do arrendamento como alternativa de acesso à terra por parte dos produtores não proprietários.³⁸ A meu ver, a ênfase nesses pontos é correta, embora peque por reduzir o fator econômico a certas questões da composição do capital e dos mecanismos de mercado que agiam sobre o setor, esquecendo um outro fator fundamental: o surgimento do rizicultor como novo agente no cenário que vinha se delineando nessas primeiras décadas do século XX. Por isso, proponho caracterizar mais detidamente a composição social dos rizicultores e sua conseqüente conformação histórica como uma burguesia agrária em ascensão. É este o centro da análise que realizarei no subcapítulo *A nova burguesia agrária: diversidade de origens*.

A ênfase de todo capítulo, portanto, recairá sobre dois processos que considero fundamentais para compreender-se as inovações trazidas pela rizicultura: a formação de um complexo econômico de natureza capitalista integrado regional e nacionalmente e a emergência de uma nova classe, caracterizada pela diversidade de origens sociais e variedade de investimentos. Veremos que ambos os processos foram resultado de transformações de maior envergadura, que possibilitaram a integração de diferentes pólos de desenvolvimento regional num eixo comum da acumulação capitalista no Rio Grande do Sul.

O sentido da economia gaúcha na Primeira República

Este item aborda os aspectos gerais da formação sócio-econômica rio-grandense, oferecendo ao leitor um pano de fundo para as questões que serão tratadas adiante. O *sentido* da economia gaúcha será buscado em dois aspectos principais: na sua formação peculiar, a partir do deslocamento dos eixos dinâmicos regionais na passagem do Império para a República; na sua inserção dentro do desenvolvimento brasileiro. Ressaltamos ao leitor que a compreensão dos pontos aqui esboçados, dos quais alguns serão mais bem desenvolvidos nos próximos capítulos, é fundamental para

³⁸ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.*; AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.*

visualizarmos a inserção da rizicultura na economia local, o seu potencial e os constrangimentos que ela sofreria ulteriormente.

O Rio Grande do Sul foi considerado por observadores da época e pela própria historiografia como o estado “celeiro” do país, neste momento de sua história. Tal visão, assim resumida e simplificada, decorria do fato de que a região colocava-se em evidente contraste com a formação agro-exportadora brasileira, cujo sentido fundamental era o de ter uma economia voltada “para fora”, usando um termo clássico do pensamento dependentista,³⁹ uma vez que a burguesia brasileira assegurava a maior parte de seus ganhos com a venda de produtos primários para o mercado internacional.

Nesse cenário nacional, Antonio Barros de Castro caracteriza corretamente, a meu ver, a economia sulina como um caso de precoce desenvolvimento voltado para dentro.⁴⁰ Nessa região não ocorreu uma especialização tão acentuada como no sudeste do país, e a burguesia local não encontrou nenhum produto com potencial similar ao café, ao cacau ou à borracha que colocasse os interesses locais no centro da política nacional. Por outro lado, dificuldades estruturais como a ausência de portos e transportes modernos dificultavam o escoamento da produção para o resto do país.

A diversificação produtiva, no entanto, era a alternativa que se delineava para a superação das incertezas da economia e das oscilações do mercado. Por ser o grande fornecedor de artigos básicos para o restante do país o Rio Grande do Sul pode ser considerado uma “potência” agropecuária da época. Utilizando alguns indicadores apenas a título de exemplo, verificamos a importância das atividades rurais para o desenvolvimento local e nacional. Dos cerca de 141.196 arados existentes no país em 1920, 73.403 localizavam-se no Rio Grande do Sul, ou o equivalente a 52% do total.⁴¹ No mesmo ano o estado sulino contabilizava cerca de 817 tratores em seu território de um total aproximado de 1.706 (logo 47%).⁴² Proporções nada desprezíveis num país ainda essencialmente agrícola. Essas cifras também indicam a intensidade da mecanização no meio rural gaúcho.

O incremento da produção gaúcha dependia, fundamentalmente, do abastecimento local e da demanda nacional por artigos de primeira necessidade, daí a

³⁹ CARDOSO, Fernando & FALLETO, Enzo. *Op. Cit.*

⁴⁰ CASTRO, Antonio. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. v.2. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971. p. 52-58.

⁴¹ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Dr. Geminiano Lyra Castro por Arthur Torres Filho, diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas – Ano de 1926*. Rio de Janeiro: Graf. Villas Boas & Cia, 1927. p.165.

⁴² *Idem*. p.165.

noção da região como “celeiro”. De forma geral, o papel do mercado externo era pequeno para impulsionar a economia. Na Primeira República verifica-se esta composição da demanda muito claramente se tomamos o percentual das exportações segundo seu destino:

TABELA 1
Exportações do Rio Grande do Sul na I República segundo o destino, discriminadas conforme o valor total da balança comercial do estado

Mercado Nacional		Mercado Exterior	
Cr\$	%	Cr\$	%
4.200.969	69,9 %	1.808.659	30,1 %

FONTES: DALMAZZO, Renato. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul - do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004. p.103.(cálculo meu)

Como veremos no segundo capítulo, embora o mercado internacional não fosse o principal impulsionador da economia, ele ganharia relevância para o incremento da rizicultura a partir da I Guerra Mundial (1914-1918).

Justamente devido à sua precoce internalização, a formação social gaúcha sofreria os constrangimentos da posição secundária que assumia no cenário político nacional, vendo limitadas as margens de manobra dos mecanismos de gestão da economia. As taxas de câmbio, a regulamentação das importações e o acesso a planos de valorização do vulto político que a burguesia cafeeira conseguia impor ao Estado, estavam fora do alcance da burguesia gaúcha. Ademais, a região sofreria também o impacto da reconversão interna de parte da economia brasileira depois da I Guerra Mundial, tendo que concorrer no mercado nacional com outros estados produtores.

Esta situação reflete uma contradição permanente da formação sul-riograndense, uma vez que “repetidamente se observa na história do Rio Grande do Sul que o difícil para este não é “descobrir” novos produtos e introduzir novas técnicas: o problema consiste em “manter” os mercados, uma vez que outras áreas, mais bem situadas, se lancem no ramo.”⁴³

⁴³ CASTRO, Antonio Barros de. *Op. Cit.* p. 54.

Contudo, é importante compreender que a condição que o Rio Grande do Sul vivenciava não era fruto de uma situação excepcional ou passageira. A sua posição de economia subsidiária e dependente remonta à sua própria formação histórica.

A ocupação do território sulino no século XVIII deu-se em razão da necessidade de garantir a posse territorial e um espaço geopolítico próximo ao estuário do *Prata*, estrategicamente localizado na rota comercial do interior da América do Sul. Somado a isso, o impulso gerado pela atividade mineradora no sertão brasileiro levou exploradores e aventureiros a adentrarem o território em busca do gado xucro espalhado pela região do que viria ser o Rio Grande de São Pedro. A criação de gado vacum e cavalar e a “produção” de mulas,⁴⁴ utilizadas como meio de transporte de pessoas e cargas, tornaram-se as principais atividades desenvolvidas nas estâncias no período colonial. Desde muito cedo, pois, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul esteve associado à demanda de produtos de primeira necessidade para o abastecimento dos principais eixos da economia brasileira.

Associado a esta expansão territorial, emergiu uma classe de proprietários de terra, possuidores de extensos rebanhos de gado e envolvidos frequentemente em atividades de contrabando e nos conflitos armados na fronteira sul. A mobilidade geográfica e a manutenção de uma fronteira aberta e em disputa permanente também favoreceram a constituição de uma identidade regional peculiar, colocando atores sociais tão distantes dos centros decisórios do Império, e depois da República, numa posição geopolítica estratégica para a Coroa. Conflitos que influenciavam os rumos de todo o Império, como a Revolução Farroupilha (1835-1845) ou a Guerra do Paraguai (1865-1870) seriam travadas nesse cenário e o sucesso da Coroa certamente dependia da aliança com as elites locais.⁴⁵

Até meados do século XIX, o eixo dinâmico regional recaía sobre a zona mais próxima da fronteira sul. Nesse período, os centros urbanos eram quase insignificantes. O centro da vida econômica e política assentava-se no meio rural. Os bens de maior valor econômico eram os semoventes, fossem gado ou escravos, especialmente nos

⁴⁴ Para uma caracterização mais aprofundada da economia colonial gaúcha ver HAMEISTER, Martha. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes. (c. 1727 – 1763)*. Rio de Janeiro, 2002. Tese [Doutorado em História] – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste período além do gado que fornecia carne às minas também eram criadas mulas, animal importante para o transporte de mercadorias no sertão do Brasil.

⁴⁵ KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

períodos de guerra.⁴⁶ A zona norte era habitada por povos originários de diferentes matrizes culturais servindo apenas de rota de passagem das tropas de gado, mula e cavalos que rumavam para o norte do país.

Além da atividade pecuária, no final do século XVIII a cultura do trigo emergiu no Rio Grande de São Pedro como alternativa para os imigrantes açorianos estabelecidos na região do Litoral. Voltado para o auto-consumo e para o abastecimento das primeiras vilas que se constituíam, a produção tritícola cresceu rapidamente e o artigo passou a abastecer outras partes da colônia portuguesa.⁴⁷

O trigo foi o primeiro gênero a demonstrar o potencial da agricultura rio-grandense. É verdade que, desde o início da colonização, os cultivos agrícolas estiveram presentes no território, embora a criação de gado fosse a atividade predominante.⁴⁸ O caráter mercantil da agricultura, no entanto, só seria incrementado a partir do ciclo do trigo. Depois disso, teríamos um espaço de quase um século até que o arroz emergisse no cenário regional reafirmando a natureza agrícola da formação econômica rio-grandense. Com o fim do ciclo tritícola, outros produtos ganhariam importância na pauta de exportação gaúcha, embora não tivesse o mesmo potencial que o trigo. O feijão, o milho, a farinha de mandioca e a erva-mate, por exemplo, figurariam entre os principais produtos remetidos para o resto do Brasil durante o século XIX.⁴⁹

Não obstante, o charque tornou-se o principal produto de exportação. O setor pecuário-charqueador gaúcho localizava-se na região meridional do estado, denominada Campanha, em alguns centros próximos ao litoral e na região do chamado Planalto Rio-grandense. Tal atividade estava sob o controle de uma classe proprietária tradicional destacadamente os colonizadores portugueses e seus descendentes que chegaram aqui no século XVIII.

Contudo, desde pelo menos os anos 1860 a atividade charqueadora vinha sofrendo com a concorrência do produto similar importado da região do Rio da Prata

⁴⁶ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1999.

⁴⁷ DALMAZZO, Renato. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul - do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004. p.17.

⁴⁸ A historiografia recente revelou que a plantação de mandioca, cereais e hortaliças era parte integrante e permanente dos afazeres rurais e não se contrapunham necessariamente à pecuária extensiva. OSÓRIO, Helen. *Op. Cit.*; FARINATTI, Luis A. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS. 1999. Dissertação de Mestrado.

⁴⁹ DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.* p.69-72

pelas casas importadoras.⁵⁰ A questão do preço da carne e das taxações que recaiam sobre os produtores já era antiga, remontando às discussões em torno da política econômica do Império nos tempos da Revolução Farroupilha.⁵¹

O tradicional mercado do charque rio-grandense eram as populações escravas das regiões brasileiras de “plantation”. A raiz do problema da concorrência no mercado nacional assentava-se sobre a desvantagem do regime servil de trabalho utilizado no Rio Grande do Sul frente ao regime assalariado recém-implantado na Argentina e no Uruguai, que já haviam abolido o trabalho escravo.⁵² Além disso, a elite saladeiril platina tinha na carne salgada seu principal produto de exportação em escala nacional, controlando a política alfandegária e tributária em benefício próprio, o que contrastava com o papel subsidiário da charqueada gaúcha frente à economia de “plantation” predominante no Brasil, e o pequeno peso político da classe charqueadora no cenário nacional.

Conseqüentemente, avalia Renato Dalmazzo

A condição desfavorável da pecuária-charqueada gerava grande instabilidade, incertezas, desestímulos e prejuízos aos charqueadores, que se transmitiam para os ganhos dos pecuaristas. A baixa lucratividade e a instabilidade do mercado foram as principais barreiras de desestímulos à modernização da pecuária charqueada à época e, por suposto, para a manutenção das formas tradicionais de criação “a campo aberto” e extensiva.⁵³

Acrescentava-se ao problema da concorrência estrangeira a questão dos altos frentes de exportação, o custo do sal importado e da aniagem para embalar o produto.⁵⁴

Todavia, deve-se avaliar com cautela a noção de decadência do complexo pecuário-charqueador ao longo das décadas seguintes para não termos uma impressão exagerada do problema. O fato é que, tal como organizada até então, a charqueada estaria com os dias contados caso não inovasse seus processos tecnológicos e não substituísse o modelo de criação extensiva do gado. Embora em ritmo lento e dependendo de iniciativas individuais, o processo foi modernizado, com a introdução de novas raças bovinas, gado ovino, instalação de cercas, cultivo de pastagens de engorde e

⁵⁰ *Idem.* p.21.

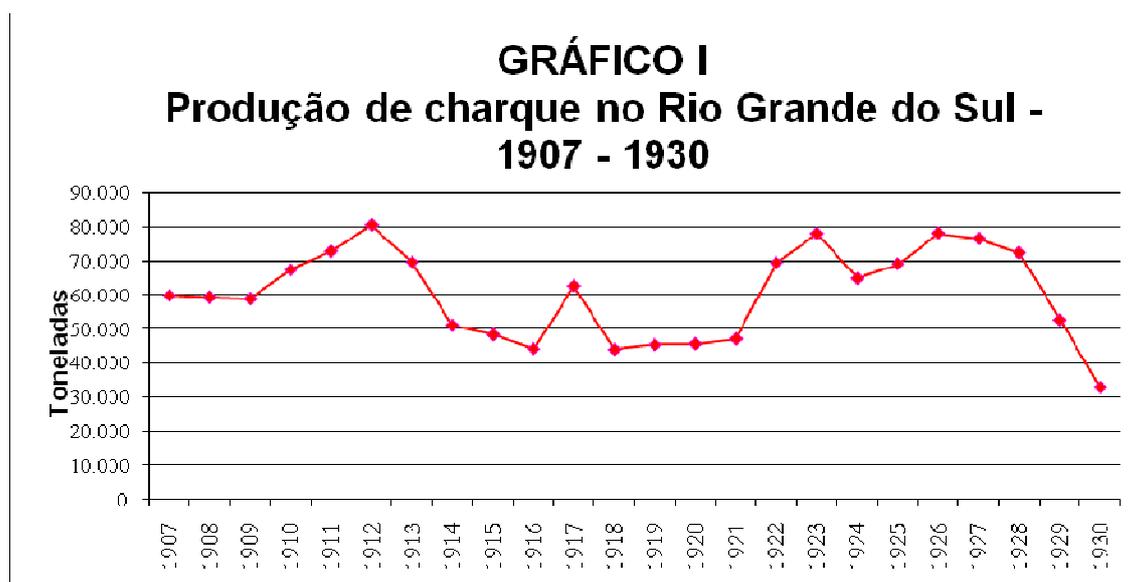
⁵¹ *Idem.* p.20.

⁵² PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

⁵³ DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.* p.21.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra. *Op. Cit.* p.35.

disseminação de cuidados veterinários.⁵⁵ Assim, o charque permaneceu o principal produto da pauta das exportações rio-grandense ao longo do Império até 1926, quando foi superado pelas exportações de banha de porco, oriunda da região colonial. Mesmo então, se somados ao charque os valores dos demais produtos de origem bovina, como os couros secos e salgados, os produtos da pecuária superavam em muito o resto das exportações.⁵⁶ É correto, portanto, falar da estagnação da charqueada como pólo dinâmico regional, não propriamente de sua decadência. O que ocorreu com o charque foi, sobretudo, uma situação de instabilidade dos ganhos durante a Primeira República.



FONTE: Gráfico elaborado com base nos dados de DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.* p. 109.

Uma das iniciativas voltadas para a modernização de setor de carnes foi a instalação de frigoríficos no estado, já no final dos anos 1910, por grandes empresas de origem norte-americana.⁵⁷ Sem dúvida, tais empreendimentos ajudaram a manter o padrão das exportações de produtos bovinos em um patamar mais estável do que se a atividade dependesse apenas da oferta das charqueadas, apesar do receio dos pecuaristas de que essas empresas forçassem o rebaixamento do preço da carne comprada do produtor.

Desde meados do século XIX, no entanto, o Rio Grande do Sul vinha passando por transformações significativas seja pela diversificação da sua economia, seja pela

⁵⁵ BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1997. p. 99-135.

⁵⁶ FONSECA, Pedro C. D. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.69.

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra. *Op. Cit.* p.124-151.

complexificação da sociedade. A nova onda de imigração foi o elemento determinante destas mudanças.

A zona colonial formou-se a partir da política de imigração patrocinada pelo Império, num primeiro momento, e posteriormente deixada a cargo da iniciativa privada, no intuito de ocupar a fronteira sul, em disputa com as nações de colonização espanhola.⁵⁸ Se no Sudeste brasileiro a vinda dos imigrantes visava sobretudo substituir a mão-obra escrava nas lavouras cafeeiras, no Sul o impulso teria uma motivação diferenciada, já que aqui os imigrantes receberiam pequenos lotes de terra para estabelecer-se, formando alguns núcleos coloniais prósperos. Juntamente com os chamados “lavradores nacionais”,⁵⁹ os imigrantes europeus comporiam uma formação social de tipo camponesa, caracterizada pela posse de pequenas parcelas de terra, mão-de-obra eminentemente familiar e produção voltada, de início, para a subsistência.⁶⁰

A primeira leva de imigrantes chegou ao Rio Grande de São Pedro na década de 1820, assentando-se no atual município de São Leopoldo, próximo à capital. Calcula-se que entre 1824 e 1854 entraram cerca de 7.500 colonos na província.⁶¹ Predominaram nessa primeira onda os alemães, vindos da região européia que passava por um processo de modernização da agricultura, deslocando as populações rurais camponesas e retirando-as de seu modo de vida tradicional.⁶²

Depois de 1875, os núcleos coloniais se multiplicariam com a chegada de contingentes italianos, assentados nas regiões mais inacessíveis da Serra Rio-Grandense.⁶³ Imigrantes de outras origens também chegaram à província, como os judeus e os poloneses, mas em escala muito menor.

As regiões de imigração recente, especialmente as de matriz étnico-cultural germânica e itálica, destacaram-se no cultivo da uva, fumo, trigo e mandioca, assim como na produção de vinho, cerveja e banha de porco, fornecendo gêneros alimentícios direcionados ao abastecimento local e, mais tarde, para os outros estados da

⁵⁸ LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, José (Org.). *RS: imigração e colonização*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. pp. 9-46.

⁵⁹ ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Ijuí, 2002.

⁶⁰ Para uma caracterização sociológica mais precisa dos imigrantes como camponeses ver BOTH, Marcio. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do Planalto Rio-Grandense. 1850 – 1900*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado.

⁶¹ LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. *Op. Cit.* p.26.

⁶² *Idem.* p.14.

⁶³ *Idem.* p.61-62.

Federação.⁶⁴ A diversificação produtiva seria incentivada pelos governos republicanos do Partido Republicano Rio-grandense durante a Primeira República, que viam aí uma forma de reduzir os gastos com exportações e minimizar o impacto das crises do setor pecuarista, que mantinha-se como mais importante do Rio Grande do Sul.

Antonio Barros de Castro ressalta que neste cenário,

A consolidação da pecuária (inclusive preparo de carnes) e da agricultura diversificada dos colonos alemães e italianos atribuía ao Rio Grande do Sul crescente importância na economia brasileira. O Brasil Meridional conseguia progressivamente inserir-se no nascente esquema nacional de divisão do trabalho. E no próprio extremo-sul se insinuava promissora subdivisão do trabalho, para reforço de uma estrutura econômica cujo grau de diversificação não tinha paralelo no país.⁶⁵

A prosperidade da agro-pecuária da zona colonial teve duas consequências de grande impacto para o desenvolvimento estadual: a emergência de um setor manufatureiro local e a formação de um grupo ligado ao comércio inter-colonial.

Os empreendimentos para a fabricação de banha de porco, cerveja e vinho, por exemplo, foram algumas manufaturas originadas na zona colonial em fins do século XIX, projetando importantes famílias de imigrantes alemães e italianos no cenário rio-grandense.⁶⁶ Sobrenomes como Bins, Friedrich, Renner, Sassen, Ritter, Christoffel, Mentz, Trein, dentre outros, figurariam desde então entre os mais destacados empreendedores da região.

Constata-se que, nas primeiras décadas do século XX, no contexto de uma precária divisão do trabalho em escala nacional, subsistia espaço suficiente para a diversificação dos investimentos da burguesia local em empreendimentos agro-pecuários e manufatureiros, paralelamente, num cenário de industrialização incipiente e ainda descentralizada nacionalmente.⁶⁷ Mais tarde, esta situação levaria a economia de certos estados a sofrerem graves desequilíbrios, pois encontravam-se na condição de concorrentes de regiões mais bem colocadas no mercado nacional. No caso do arroz, como veremos no segundo capítulo, o embate comercial ocorreria com maior impacto nos anos 1920.

⁶⁴ PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

⁶⁵ CASTRO, Antonio. *Op. Cit.* p. 57.

⁶⁶ PESAVENTO, Sandra. *Op. Cit.*

⁶⁷ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

O pequeno comércio entre as colônias era uma atividade importante e juntamente com o abastecimento de Porto Alegre formou um incipiente mercado regional.⁶⁸ Nele destacou-se um grupo restrito de agentes responsável inicialmente por intermediar as trocas locais, possibilitando um enriquecimento rápido e o controle do circuito local. Ao longo da última década do Império, este grupo viu o seu poderio econômico aumentar continuamente, controlando além das rotas comerciais, o fornecimento de crédito aos produtores, bem como o comércio de importação e exportação do Rio Grande do Sul.

Estudando o papel dos alemães na economia local, Jean Roche notou a sua proeminência no comércio de Porto Alegre, donde 52% das casas exportadoras da capital eram vinculadas a esse grupo étnico.⁶⁹ Proporção nada desprezível e que indica a rápida ascensão de uma burguesia comercial com origens na zona colonial.

Conseqüentemente, o eixo dinâmico regional migrou vagarosa, mas continuamente, para o norte, onde a cidade de Porto Alegre polarizava o desenvolvimento industrial e comercial, servindo de mercado garantido para os produtos manufaturados e agro-pecuários advindos das pequenas propriedades rurais em seu entorno.⁷⁰

Os imigrantes enriquecidos na manufatura e no comércio regional, a elite pecuário-charqueadora, os representantes das firmas frigoríficas e novos banqueiros formavam uma verdadeira burguesia local, imiscuindo-se crescentemente no poder de Estado durante a Primeira República.

Ao longo das quatro décadas de República (1891-1930) a realidade sócio-econômica gaúcha transformou-se consideravelmente. A sociedade tornou-se mais complexa, os centros urbanos cresceram⁷¹, a economia diversificou-se e o papel do Estado na gestão da vida pública e privada foi incrementado, com a criação de novos mecanismos de regulação econômica e controle social. Seria neste quadro histórico dinâmico que a rizicultura ganharia importância no universo agro-pecuário rio-grandense.

⁶⁸ *Idem*. pp. 141-198.

⁶⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.444.

⁷⁰ SINGER, Paul. *Op. Cit.*

⁷¹ *Idem*

Surgimento e expansão da rizicultura irrigada

De acordo com Fortunato Pimentel, desde o início do século XIX encontravam-se experimentos de plantio do arroz em pequena escala na região norte do Estado relacionados ao desenvolvimento da zona colonial rio-grandense.⁷² É difícil, e certamente desnecessário datar o momento exato em que a rizicultura surgiu como prática agrícola no Rio Grande do Sul.

Os primeiros indícios do cultivo do arroz no estado remontam ao início do século XIX. Dante de Laytano afirma que às vésperas da Independência encontravam-se lavouras de arroz na província, cuja produção entrou em decadência junto com o trigo nos anos 1820.⁷³ Depois da Revolução Farroupilha a produção aumentaria continuamente, chegando a cerca de 160 toneladas em 1859 e 250 em 1863.⁷⁴

No último quartel do século já havia pelo menos 16 engenhos de descascamento de arroz na zona colonial,⁷⁵ sendo que parte do produto era comercializado pelas colônias de Taquara, Emília, Santo Ângelo e Santa Cruz.⁷⁶ Provavelmente ainda não havia uma especialização das unidades produtivas nesta atividade, a exceção dos engenhos de descascamento, visto que a diversificação agrícola foi uma das características que marcaram a inserção da zona colonial no mercado regional gaúcho.

Se os primeiros cultivos do cereal surgiram na região colonial alemã, nem por isso a rizicultura se caracterizaria como uma cultura específica da região colonial, pois não seria ali que os cultivos irrigados se desenvolveriam em larga escala. Como bem notou Jean Roche, “O arroz teve, no Rio Grande do Sul, uma história bastante movimentada e paradoxalmente ligada à da agricultura alemã”.⁷⁷

Ao longo dos anos subseqüentes, a lavoura se expandiria intensa e rapidamente pelas regiões central e meridional do estado, dando uma nova perspectiva de ganhos para a elite pecuarista e charqueadora que via seus ganhos decrescerem há algumas décadas. Aproveitando-se da abundância d’água da costa da Lagoa dos Patos e dos rios da Depressão Central Rio-grandense para a irrigação da gramínea, um pequeno grupo

⁷² PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1949. p.17

⁷³ LAYTANO, Dante de. *História da república rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1983.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p. 19.

⁷⁶ *Idem*. p.19.

⁷⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.247.

de fazendeiros começou também a fazer experiências com o arroz irrigado expandindo a agricultura do cereal pelo estado.⁷⁸

O fator fundamental que possibilitou a expansão geográfica da rizicultura foi a aplicação da tecnologia da irrigação em grande escala, através do recurso do “levante mecânico”. A técnica consistia em bombear a água oriunda de um rio, lago ou açude até uma calha principal a determinada altura do solo, sendo distribuída, por um desnível calculado da rampa, pelo sistema de calhas até o terreno plantado.⁷⁹ Como veremos adiante, o empreendimento da irrigação exigia conhecimentos e detalhes técnicos que diferenciavam a rizicultura das práticas agrícolas mais tradicionais, restringindo as possibilidades de investimento em infra-estrutura a um grupo agrário dominante relativamente pequeno.

FOTO I

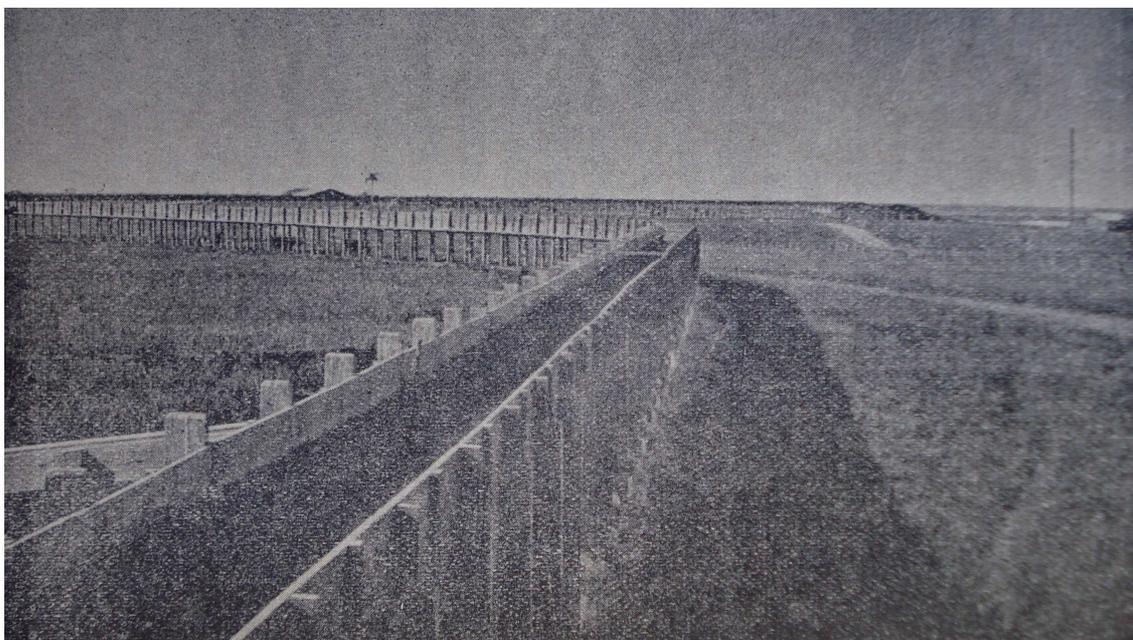


Foto da estrutura da calha principal de irrigação do terreno. Localidade não referida. FONTE: LOPES, João Simões. *Op. Cit.* p.69. (Arquivo pessoal do autor).

A irrigação artificial do arroz provavelmente se iniciou na última década do século XIX, nas colônias de Taquara e Santa Cruz.⁸⁰ Todavia, foi nos municípios de Pelotas, Cachoeira do Sul e Porto Alegre que a lavoura arroteira começou de fato a ser

⁷⁸ PEBAYLE, Raymond. *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Bresil)*. Lille, Service de reproduction des theses, Université de Lille III, 1974. p. 583.

⁷⁹ Os detalhes técnicos do sistema de irrigação dos arrozais no período foram obtidos através de monografias agrárias que tratam sobre o tema. Ver LOPES, João Simões. *Cultura do arroz*. Pelotas, 1914. (Arquivo pessoal do autor).

⁸⁰ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p.331.

desenvolvida como uma cultura de potencial mercantil, originando-se algo que podemos denominar imprecisamente como um ciclo rizícola no Rio Grande do Sul. Para o geógrafo Raymond Pebayle a intensidade desse fenômeno não fica atrás de outras ondas de expansão agrícola ocorridas no resto do país, configurando um verdadeiro *rush* pela apropriação de terras produtivas.⁸¹

As informações de diferentes autores são bastante próximas no que diz respeito à difusão das lavouras irrigadas pelo estado.⁸² É certo que a datação exata dessas experiências agrícolas não corresponde ao nosso problema central de pesquisa, até porque é muito provável que a rizicultura irrigada artificialmente seja resultado de um acúmulo de conhecimentos e experiências realizadas na zona colonial alemã, juntamente com os empreendimentos que ocorreram nos municípios mais meridionais do estado. Apesar dessa evidência de continuidade, a historiografia frequentemente apega-se à exaltação dos nomes e feitos dos “pioneiros” desse empreendimento, vendo o processo histórico como soma de ações de indivíduos extraordinários, e não como processo social e coletivo.⁸³ Se citamos alguns casos individuais aqui é porque eles terão muito a dizer sobre algumas características da composição do grupo que estamos analisando e da disseminação espacial dos cultivos pelo território.

Uma das primeiras iniciativas tomadas para a implantação da rizicultura na região sul do estado ocorreu em 1903. Dois irmãos, Frederico e Ernesto Lang, proprietários de uma fábrica de glicerina, sabão e velas em Pelotas, fizeram a primeira experiência com o cultivo do arroz irrigado, às margens do Arroio Pelotas. Essas tentativas iniciais, no entanto, não parecem ter sido bem-sucedidas, pois como afirma o memorial do Sindicato Arrozeiro, publicado em 1935,

Apesar de ter como diretor técnico A. Saenger, que já plantara arroz na América do Norte, com seu irmão, esse empreendimento teve que lutar contra as maiores dificuldades; faltava a experiência na adaptação dessa cultura às condições climáticas e do solo e só depois de vários fracassos se conseguiu fazer da rizicultura um ramo lucrativo da agricultura no nosso estado.⁸⁴

Mais ou menos no mesmo período, quatro indivíduos oriundos do município de Cachoeira do Sul associaram-se para cultivar arroz na região da Depressão Central Rio-

⁸¹ PEBAYLE, Raymond. *Op. Cit.*

⁸² PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.*; Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre [s.n.], 1935.

⁸³ Um dos exemplos é a exaltação feita por Fortunato Pimentel desses pioneiros. PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.*

⁸⁴ Sindicato Arrozeiro. *Op. Cit.* p.93.

grandense.⁸⁵ Em Gravataí, próximo a Porto Alegre, a primeira lavoura de produção significativa começou a funcionar em 1905, sob a direção de Oscar Loewen.⁸⁶ De fato, os municípios de Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira foram os grandes centros difusores da cultura do arroz para o resto do Rio Grande do Sul.

FOTO II



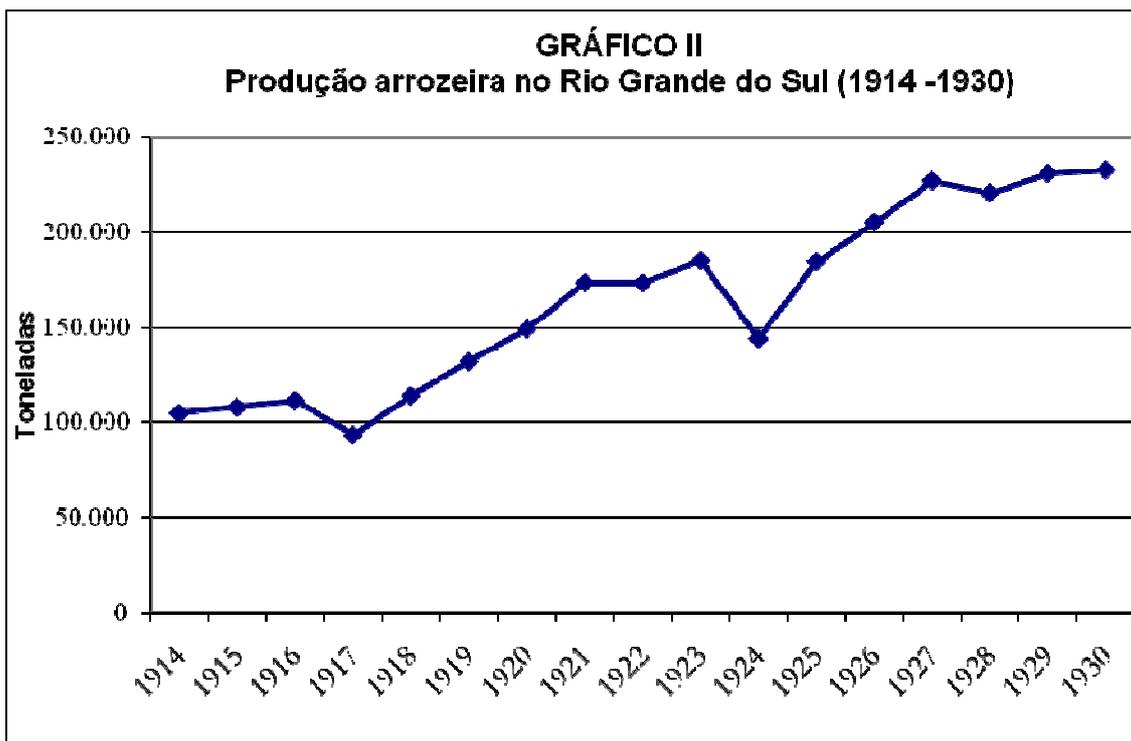
Chegada de equipamentos destinados à cultura agrícola arrozeira na estação ferroviária de Cachoeira do Sul, ano de 1907. FONTE: Sindicato Arrozeiro. *Op. Cit.* p.105.

Entre as décadas de 1910 e 1920 a lavoura do arroz se expandiria continuamente, abrangendo a atual região da Depressão Central, em torno do Rio Jacuí (municípios de Cachoeira do Sul, Santa Maria e Rio Pardo), a costa leste da Lagoa dos Patos (Camaquã, Barra do Ribeiro, Pelotas, Tapes, Guaíba e Porto Alegre) e, mais tardiamente, partes da região da Campanha rio-grandense (Cacequi, São Gabriel e Bagé).

A produção de arroz evoluiu da seguinte maneira:

⁸⁵ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.6.

⁸⁶ Sindicato Arrozeiro. *Op. Cit.* p. 93.

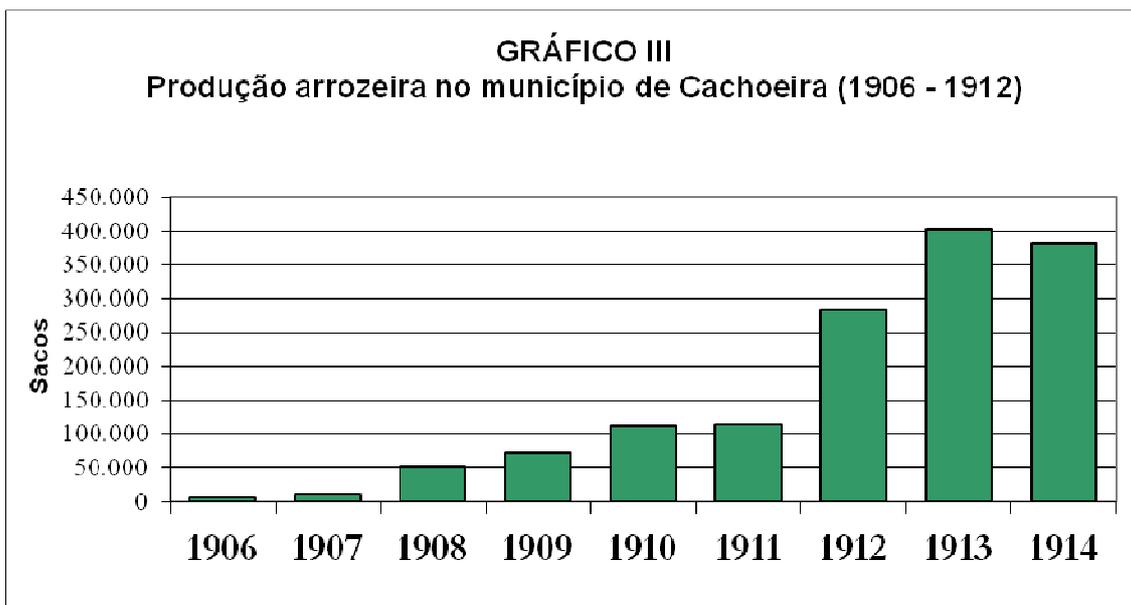


FONTE: DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.* p.126.

Como se observa pelo gráfico acima, de 1914 a 1917 a produção cresceu vagarosamente, sofrendo uma queda acentuada neste último ano. Na seqüência, de 1917 em diante, os cultivos aumentaram continuamente, à exceção do ano de 1924. Tomando também o marco inicial de 1917 até o final da série observa-se que a produção mais que dobrou nesses 13 anos (de 1917-1930), o que evidencia o impulso econômico da rizicultura gaúcha neste período de tempo.

Infelizmente, não existem dados sistemáticos da produção para o período anterior a 1914.⁸⁷ Mesmo assim, é possível fazer uma comparação das informações de safras do município de Cachoeira do Sul, para termos uma aproximação inicial da questão:

⁸⁷ Nem Jane Fraquelli nem Dalmazzo encontraram dados para este período. FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.*; DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.*



FONTES: PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p.81-82.

A quantidade colhida em Cachoeira do Sul é apresentada com a unidade sacos, que provavelmente equivale a 50 quilos ou 60 quilos, levando em conta as informações recolhidas em jornais que mencionam essa equivalência. A safra de arroz obtida em Cachoeira representava apenas uma parcela do total estadual. Se tomarmos, por exemplo, a quantidade colhida em 1914 convertidas em toneladas (382.300 sacos, que dão aproximadamente 19.115 toneladas, para sacos de 50 quilos) e compararmos com a informação da produção estadual (104.775 toneladas) teremos um percentual de mais ou menos 18% da produção arrozeira advinda de Cachoeira do Sul. É, pois, uma proporção pequena para concluir-se diretamente daí que o crescimento da safra estadual seguisse a mesma tendência daquele município. De qualquer forma, a evolução da safra municipal nos primeiros anos da década de 1910 é bastante marcante para ser ignorada, indicando que estes anos podem ter sido de crescimento acelerado geral.

Independentemente da representatividade da amostra, o fato significativo é que do início do século XX até meados da década de 1910, o arroz entrou no cenário econômico rio-grandense como uma cultura agrícola extremamente relevante para a dinâmica regional.

Cachoeira do Sul se tornaria o grande centro arrozeiro do estado, gerando um clima de progresso material na região:

O início da lavoura arrozeira no estado deve ter sido, pelo menos para os núcleos pioneiros, um acontecimento de grande envergadura, algo novo e até deslumbrante.

Em Cachoeira, o centro arroseiro do estado por décadas, o ambiente era de franca modernização. Em 1906, havia apenas duas lavouras com levante mecânico; em 1916, já são 129 e possuem 180 locomóveis com a potência de 4.005 HP.⁸⁸

Nas demais localidades, excetuando-se as três já mencionados (Pelotas, Cachoeira do Sul e Porto Alegre) a rizicultura parece ter-se difundido já na década de 1910. Segundo as informações fornecidas por Pimentel, o processo seguiu mais ou menos esta ordem cronológica: em São Gabriel a primeira empresa arroseira de que se tem registro surgiu em 1917,⁸⁹ em Camaquã o processo é anterior a 1914⁹⁰ e em Rio Pardo data-se em torno de 1916 a instalação de uma lavoura com levante mecânico.⁹¹ Este fato ratifica a minha suposição de que a década de 1910 foi de expansão acelerada.

Tendo como base essas informações, podemos dividir o período desses 30 anos analisados em três ondas de expansão produtiva, intercalados com pequenas quedas, e um momento final de estagnação: a primeira onda inicia-se com a instalação das lavouras irrigadas no estado e vai até 1916, apesar de não ser verificada em detalhes pela ausência de dados seriais; a segunda inicia-se em 1917, quando ocorreu a primeira queda na safra colhida, indo até 1923; a terceira começa em 1924 e vai até 1927; o quarto período é de estagnação, de 1927 a 1930, quando o impacto do estrangulamento comercial de 1926 atinge o nível da produção.

Esta estagnação está associada ao objetivo do Sindicato Arroseiro de conter a alta oferta do artigo no mercado nacional e estrangeiro, que forçava o preço para baixo. Conseqüentemente, vislumbra-se a quebra de alguns empreendimentos que não puderam se sustentar com uma margem de lucro menor do que a obtida nos anos anteriores, ou mesmo a redução da área plantada em cada propriedade, deixando no mercado apenas aqueles empreendimentos com maior capacidade de concorrência e uma oferta condizente com a demanda total.

Os pólos de desenvolvimento e o novo complexo capitalista

No início deste capítulo, vimos que a formação sócio-econômica rio-grandense foi determinada por duas dimensões de natureza diversa: uma regional, caracterizada pelo deslocamento do pólo de desenvolvimento do sul para o norte do estado; outra

⁸⁸ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.19-20.

⁸⁹ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p. 90.

⁹⁰ *Idem.* p.92.

⁹¹ *Idem.* p.95.

nacional, marcada pela dependência comercial no mercado interno brasileiro, desde o início da colonização do território sulino. Vimos, em seguida, que o arroz difundiu-se rapidamente pelo território concentrando-se na região do “litoral” rio-grandense, nas proximidades de Porto Alegre e nas franjas da “campanha”. Esta expansão deu-se no mesmo período histórico em que a charqueada encontrava-se estagnada e a diversificação produtiva oferecia novas alternativas econômicas nas regiões setentrionais do estado, especialmente na zona de colonização recente. O que tentaremos responder aqui é como aquela conjuntura específica e a geografia econômica do estado influenciaram a expansão agrícola e determinaram a constituição de um grupo particular de indivíduos ligado à atividade arrojada. Esta reflexão nos levará, necessariamente, a revisar alguns paradigmas da historiografia regional gaúcha que se debruçou sobre as peculiaridades do desenvolvimento econômico rio-grandense durante a Primeira República.

A proclamação da República no Brasil representou um incremento da autonomia política da oligarquia e da burguesia local na definição dos rumos políticos de cada uma das regiões do país. Até então, a gestão das questões locais dependia das redes estabelecidas na Corte e dos interesses maiores do Império, nem sempre condizentes com os interesses das elites provinciais. Evidentemente havia mecanismos de mediação entre as partes para resolver as disputas políticas nos marcos da ordem, seja através da ampliação das redes de alianças, seja pelo enraizamento dos próprios representantes da Coroa nas províncias. De qualquer modo, importa aqui compreender que a mudança fundamental ocorrida na última década do século XIX, é que, de uma estrutura centralizada do poder de Estado, no Império, se passaria para um regime de tipo federado na República. O impacto que essa modificação trouxe não afetou somente a organização jurídico-administrativa, senão representou um aumento da ingerência da burguesia local sobre a política, com impacto visível no que se refere à política econômica estadual. Como notou Eduardo Kugelmas:

Em última análise, o sistema da Constituição de 1891 abria aos estados que tivessem condições políticas e financeiras de fazê-lo a possibilidade de atuar em qualquer área de seu interesse, respeitados os poderes expressos da União.

Liberal na forma e oligárquica no conteúdo, como tantas vezes já se disse, o sistema da Constituição de 1891 passaria por várias provas de fogo até atingir um módico de estabilidade institucional;

pronto o esqueleto formal, seu recheio dependeria da correlação política.⁹²

O que unificava a atuação dos grupos dominantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo na instauração da República era este intento autonomista frente à União, embora o conteúdo das propostas e a matriz ideológica dos debates nem sempre fossem convergentes.⁹³ O poder de Estado, em consequência, seria incrementado no âmbito estadual, em detrimento do poder federal. Em cada região ocorreriam conflitos interoligárquicos específicos que marcariam uma diversidade de formas de transição para o novo regime. Surgia também a necessidade de se firmar acordos e constituir instituições locais que garantissem a ordem. Entender a forma como este poder foi constituído e gerido ao longo do tempo ganha relevância no presente estudo.

Existe uma tese balizadora de inúmeras análises que perpassa a historiografia rio-grandense, às vezes enunciada, outras vezes difusa, de que o fator determinante do desenvolvimento histórico gaúcho era a divisão geoeconômica entre o norte e o sul do estado. Mais do que isso, o fator geográfico, nos seus diferentes matizes, teria influenciado os eixos de desenvolvimento econômico, a formação das classes, e os conflitos políticos que o Rio Grande do Sul vivenciou nas quatro décadas que se seguiram à Proclamação da República em 1889.

Para Paul Singer, existiriam no Rio Grande do Sul como que “duas sociedades” fortemente diferenciadas e quase totalmente separadas, uma tradicional, hegemônica pelo setor pecuarista da Campanha, e outra mais recente, constituída pela diversidade da zona colonial e arredores. Nas suas palavras:

A dicotomia entre a sociedade de criadores do sul e de lavradores do centro e do norte permeia a história do Rio Grande do Sul durante dois séculos, isto é, de meados do século XVIII até quase o presente. É mister compreendê-la bem. Ela resulta em primeiro lugar do fato de duas sociedades diferentes existirem lado a lado, sem quase nenhuma interligação econômica.⁹⁴

⁹² KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 1986. p.57.

⁹³ *Idem*. p.53. O grupo dos republicanos gaúchos era muito mais radical do que os paulistas na proposta descentralizadora, sendo informados por uma versão própria da ideologia positivista de Augusto Comte. Julio de Castilhos, mais destacado líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), era conhecido por defender uma conduta disciplinada no interior de partido e por certo fanatismo nas suas convicções políticas. Ver LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. Especialmente o item 2 da parte I – “Da agitação à consolidação”.

⁹⁴ Singer, Paul. *Op. Cit.* p.146.

A divisão territorial entre um espaço ligado às tradicionais elites colonizadoras associada à pecuária e à charqueada e outra porção do território caracterizada pela agricultura desenvolvida em pequenas propriedades de origem colonial tem um enraizamento profundo na leitura sobre a realidade histórica rio-grandense. O que mais impressiona nessa perspectiva é a reafirmação desta segmentação quase total entre duas realidades sociais geograficamente tão próximas. Agora, cabe indagar por que levantamos esta questão no presente capítulo. Justamente porque, como demonstrarei a seguir é, empiricamente, impossível manter esta interpretação no caso em estudo. Também porque esse esquema impede que se perceba um tipo de entrelaçamento de interesses entre frações agrárias e Estado que representam uma etapa superior de desenvolvimento da região.

Algumas justificativas para a manutenção desse afastamento seriam os vínculos que os grupos dominantes da Campanha mantinham com os países platinos e a ausência de uma rede de transportes que os integrasse com a parte norte do estado. As fronteiras jurídico-políticas e territoriais, por consequência, não garantiam a integração de um mercado regional.

No entanto, Singer acrescenta sugestivamente que a capital do estado projetava-se, já no início do século XX, como o elemento aglutinador das duas sociedades:

Porto Alegre é parte de uma das metades do Rio Grande do Sul. Durante o primeiro século e meio de sua existência, a cidade foi o núcleo do desenvolvimento agrícola e comercial do centro e norte do estado. Mas, a partir dos começos de nosso século, Porto Alegre começa a desempenhar um papel integrador no Rio Grande, na medida que a sua indústria une as duas sociedades agrárias num só mercado comum, obturando a fratura que as separava.⁹⁵

A meu ver, esta última conclusão é correta. O que parece ocorrer na historiografia é uma supervalorização da tendência “centrífuga” do desenvolvimento rio-grandense em detrimento da dimensão “centrípeta” de certos processos, como a projeção de Porto Alegre como pólo econômico, a disseminação da manufatura e a consequente integração do mercado de artigos de subsistência, assim como a modernização da agropecuária e a sua integração com o circuito comercial local. A diferença de ênfase na análise desses processos tem consequências que vão além do econômico, afetando o entendimento da política rio-grandense.

⁹⁵ *Idem.* p.147.

No que tange à questão, Pedro Dutra Fonseca aponta as conseqüências políticas da segmentação regional. Segundo ele os conflitos intestinos entre diferentes facções políticas desenrolados ao longo da República Velha encontravam suas raízes na perda da hegemonia regional do setor pecuarista sulino frente à importância crescente do eixo norte estadual. A chamada Revolução Federalista, a Guerra de 1923 e a permanente polarização partidária faziam parte de um mesmo processo de contestação ao projeto de diversificação da estrutura econômica estadual e do monopólio político do Partido Republicano Rio-grandense:

(...) desde a segunda metade do século XIX, houve um processo de transformação econômica, manifesto pela ascensão gradativa do norte do Estado com relação à zona sul (Campanha). Assim, ao lado dos grandes proprietários desta região, começam a aparecer pequenos e médios fazendeiros no Planalto, ao lado de imigrantes, também pequenos proprietários, que se estendem pela região serrana. Estes novos setores, e especialmente os últimos, de pouco peso relativo dentro da economia estadual, constituem-se em setores disponíveis politicamente.⁹⁶

E acrescenta:

A hipótese central do trabalho está, pois, em ver na divisão regional do Rio Grande do Sul o fundamento dos conflitos entre “chimangos” e “maragatos”. Esta divisão regional, ao contrário de esconder as características econômicas, traz à tona a divergência de interesses entre as duas facções.⁹⁷

Pedro Fonseca utiliza uma divisão tipológica das sub-regiões que compunham o cenário regional para explicar sua hipótese. De acordo com ele, o território seria subdividido em Campanha, Planalto, Serra (incluindo a nesta a zona de colonização recente) e Litoral. Em relação a este último, o autor explica:

O Litoral, por exemplo, constitui uma área a parte, com características próprias, mas aqui excluído porque possui escasso significado econômico na época. Por outro lado, existem municípios, embora poucos, que a rigor não se enquadram em nenhuma das regiões, estando estes, principalmente, em zonas de transição, atípicas. É o caso de Santiago, de Santa Maria e Cachoeira do Sul, cujas economias

⁹⁶ FONSECA, Pedro. *Op.Cit.* p.25.

⁹⁷ *Idem.* p.26. Os aliados de Júlio de Castilhos eram chamados depreciativamente de “chimangos” – nome dado a um tipo de ave carrapateira - por seus adversários. Eles eram partidários do republicanismo e estavam ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense. Os “Maragatos” eram os adeptos do parlamentarismo como forma de governo, ligados ao Partido Federalista. Os conflitos citados pelo autor foram respectivamente a Revolução Federalista e a Revolução de 1923 que opunham os dois grupos mencionados.

não se enquadram exatamente em uma das três regiões, ficando em uma área indefinida entre elas.⁹⁸

Ora, já demonstramos que boa parte da produção rizícola localizava-se nesta zona de “escasso significado econômico”, nas palavras do autor. É verdade que Fonseca leva em conta a expansão arroteira como uma importante alternativa econômica,⁹⁹ mas notamos que seu esquema não comporta o significado estrutural desta inovação. Aliás, tem sido recorrente caracterizar a rizicultura como um setor econômico à parte, não adaptado àquela divisão estanque entre norte e sul, o que a meu ver é um problema, pois demonstra por si mesmo os limites do modelo proposto.

Sintoma disso é que a divisão do Rio Grande do Sul em sub-regiões tem dado margem a alguns desencontros na historiografia. Loiva Félix, propõe uma divisão territorial diferente daquela utilizada por Fonseca, na busca de sistematizar as relações políticas do PRR com os coronéis que detinham o poder em cada município. Referindo-se ao Litoral, Félix afirma que esta região era

a mais densamente povoada. Incluía dois pólos básicos: as cidades vizinhas de Pelotas e Rio Grande que, com o porto dessa última, constituíam-se no eixo comercial do estado, voltados para a comercialização do gado e seus derivados (charque e couros), durante todo o século XIX; os municípios do vale do Jacuí com o desenvolvimento da agricultura, no final do século XIX, já especializada na cultura rizícola; além do grande centro polarizador e irradiador em termos políticos e, já há muito tempo, o maior centro comercial do RS: a capital, Porto Alegre.¹⁰⁰

Evidente contraste com a conclusão anterior, onde o Litoral aparecia como uma área economicamente insignificante. Concluímos, por isso, que a discussão de natureza geográfica carece de um aprofundamento maior, sendo frequentemente utilizada como pretexto pra afirmar certas teses com pouco rigor conceitual e metodológico.

Por outro lado, ao tratar-se do impacto político dessa segmentação, percebe-se uma tendência a tomar como passivos os agentes sociais sediados no eixo norte do estado, principalmente os imigrantes. Nesse sentido, é repetido o argumento da “disponibilidade política” desses imigrantes e seus descendentes em relação ao PRR, já que durante o Império eles eram mantidos afastados da vida política.¹⁰¹ Assim, a

⁹⁸ *Idem.* p. 27, nota 37.

⁹⁹ *Idem.* p.63-64

¹⁰⁰ FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1996. p.46.

¹⁰¹ PINTO, Celi. *Positivism: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

possibilidade de reforço do poder de Estado no Rio Grande do Sul dava-se exatamente pela manutenção de um certo “equilíbrio de classes”, materializado na divisão regional.¹⁰²

Em resumo, a explicação encadeia-se da seguinte maneira: o PRR, partido novo no cenário regional e informado pela ideologia positivista, carregava uma concepção modernizadora da economia e da sociedade rio-grandense, que, no entanto, esbarrava nos interesses dos setores tradicionais do estado. Todavia, o projeto de diversificação da economia, desenvolvimento eqüitativos da sociedade (entre os setores dominantes) e rompimento da vulnerabilidade comercial não encontraria força política para ser implementado, não fosse a cooptação dos setores “politicamente disponíveis” da sociedade. Apesar dos conflitos recorrentes, o PRR logrou impor sua hegemonia no Rio Grande do Sul frente aos grupos opositores.¹⁰³ No último capítulo do trabalho aprofundarei a discussão sobre as questões relativas à política regional do Rio Grande do Sul.

A questão da divisão regional rio-grandense coloca em contraste, portanto, pelo menos três critérios de origem: o geográfico, onde norte e sul se opõe; o econômico, onde o complexo pecuarista e a pequena produção familiar colonial se opõe; e finalmente o étnico, onde, a tradicional elite colonizadora e os imigrantes europeus se opõe. Evidentemente que cada uma dessas dimensões do problema traz variáveis complexas a serem consideradas. A seguir veremos como cada elemento se articula com a constituição de uma nova burguesia agrária no Rio Grande do Sul.

Alguns autores apontaram a insuficiência do dualismo regional como explicação da evolução social, econômica e política do Rio Grande do Sul. Sandra Pesavento advertiu que

É importante deixar claro aqui que não se pode reduzir a complexidade do problema dos obstáculos econômicos, das insatisfações sociais e do fechamento político a uma explicação de caráter geográfico, ou seja: a campanha seria liberal e após federalista; a serra, por sua vez, geraria o republicanismo.¹⁰⁴

Parece-me que a autora é muito mais atenta à diversidade de interesses subjacentes ao aparente consenso dos grupos dominantes regionais.

¹⁰² Refiro-me aqui exatamente à emergência das frações da burguesia localizadas no norte do estado, que ameaçavam a hegemonia das frações dominantes do sul. Sobre isso ver FONSECA, Pedro. *Op. Cit.*

¹⁰³ PINTO, Céli. *Op. Cit.*

¹⁰⁴ PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.26.

Por outro lado, a idéia de que os empresários de origem colonial não eram grandes proprietários de terras está pressuposta em muitas explicações, como no caso da argumentação de Joseph Love

A despeito do crescente e ativo papel da população colonial nas atividades econômicas do estado, os colonos desempenhavam um papel menor na política. A tradicional economia de estancieiros tinha o seu equivalente na vida política. A grande maioria dos líderes oficiais e opositores do Rio Grande era membro da classe proprietária de terra.¹⁰⁵

Considero bastante frágil esta tese, já que encontrei grandes proprietários de terra ligados diretamente à produção agro-pecuária cujos sobrenomes evidenciam a sua origem nas famílias de imigrantes alemães. Parece-me que o grau de integração dessa nova fração da burguesia rural tem sido subestimado pela historiografia local.

Uma explicação alternativa para as contradições observadas no período é aquela que vê no exercício do poder a prática do coronelismo, tendendo a diminuir o peso da divisão regional nas alianças e agrupamentos de interesse que surgiam. Neste caso, as práticas do PRR nada tinham de modernas, pois seu poder baseava-se na barganha política com cada um dos coronéis municipais no interior do estado. O positivismo, antes visto como motivador de um republicanismo novo e genuíno, aparece nesta tese de forma multifacetada, não se prestando a um guia claro para a ação política.¹⁰⁶

A tese coronelista, no entanto, problematiza muito pouco a política econômica levada a cabo pelos governos estaduais e sobre os interesses de classe subjacentes a essa atuação. A meu ver, a concepção original do coronelismo formulada por Victor Nunes Leal¹⁰⁷ perde sua força ao restringir-se às minúcias, negociações e conflitos na esfera local, centrando-se nas redes pessoais de clientelismo, sem dar maior atenção aos efeitos do compromisso coronelista na linha de desenvolvimento geral da sociedade. Por este caminho também inviabiliza-se uma análise que propõe um corte partindo das características econômicas de um grupo social. Por consequência, tudo se passaria como se este desenvolvimento geral fosse um somatório de interesses dispersos e de alianças fluidas de coronéis locais, o que certamente não tem poder explicativo da totalidade do processo histórico referido.

¹⁰⁵ LOVE, Joseph. *Op. Cit.* p.140.

¹⁰⁶ FÉLIX, Loiva. *Op. Cit.*

¹⁰⁷ LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*

O centro da questão que viemos analisando até aqui coloca-se na constituição das classes sociais dominantes no Rio Grande do Sul e na sua relação com a política estadual. Alguns elementos levantados neste item serão aprofundados no último capítulo do trabalho, quanto analisaremos os conflitos em torno do plano de valorização do arroz e a atuação do Estado em relação a ele.

Agora, vejamos como formou-se o grupo de rizicultores que mais tarde definiriam as diretrizes do Sindicato Arrozeiro.

A nova burguesia agrária: diversidade de origens

A rizicultura expandiu-se pelos territórios úmidos do estado, aproveitando-se das águas da Lagoa dos Patos, da bacia do Rio Jacuí e do rio Uruguai. A condição de agricultura extensiva, adaptada às grandes propriedades de terra e a existência de um ciclo agrícola apto à complementaridade com a pecuária bovina fizera com que a rizicultura se tornasse uma importante alternativa para os estancieiros locais. O arroz surgiu nas colônias alemãs, disseminou-se pelo Litoral, e adentrou a Campanha nos primeiros vinte anos do século XX. A prosperidade dessa cultura e a velocidade de sua expansão trouxeram à cena diferentes atores rurais que passariam a se dedicar aos cultivos.

Como já dissemos, os imigrantes alemães e seus descendentes foram os primeiros a se dedicarem à rizicultura, em moldes experimentais. Certamente alguns deles eram pequenos proprietários rurais que buscavam diversificar seus cultivos. Outros, ainda, devem ter se especializado minimamente nesta atividade, investindo na construção de engenhos, que aparecem nas informações a respeito da zona colonial já no século XIX. Fortunato Pimentel menciona que na Exposição Brasileira-Alemã de 1881, ocorrida em Porto Alegre, o produtor Francisco Knebel ganhara um prêmio pelo mostruário de arroz, produzido na colônia de Teutônia, município de Estrela. Em Taquara, um colono alemão produzia 50 sacos de arroz por dia em 1890.¹⁰⁸

A relação da rizicultura com os colonos de matriz germânica, contudo, não deve ser reduzida a um padrão de localização geográfica. Aqui, constatamos um fato extraordinário e muito pouco estudado pela historiografia regional: os imigrantes alemães e seus descendentes envolveram-se na lavoura e no comércio do arroz para

¹⁰⁸ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p.19.

além da zona colonial tradicionalmente apontada como o seu espaço de atuação econômica.

Em Pelotas, município de colonização predominantemente portuguesa, um dos mais tradicionais do estado, e que havia sido o maior centro charqueador no século XIX, encontramos referências de empreendimentos agrícolas vinculados a sobrenomes germânicos, como Müller, Fetter, Krauser, Krüger, Böhmer, Göebel, Tuchtenhagen, dentre outros.¹⁰⁹

Em todo o estado, parece ter subsistido uma classe de pequenos produtores, de tipo camponês e de origem colonial, ao longo da Primeira República. Em 1928, o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, afirmava que “A cultura do arroz no Rio Grande é feita toda por irrigação; salvo pequenos colonos que fazem as suas culturas perto dos brejos, ninguém pensa em cultivar arroz contando somente com as chuvas”.¹¹⁰ Mas os empreendedores de origem germânica também se destacaram como grandes produtores, proprietários de engenhos e comerciantes de arroz.

Em Rio Pardo, um dos maiores produtores nos anos 1920 era Frederico Ernesto Wunderlich, imigrante alemão chegado ao Brasil em 1901. Depois de passar por Encruzilhada do Sul, ele estabeleceu-se em Rio Pardo em 1916, construindo um engenho de arroz na região movido a energia elétrica. Para isso, o imigrante instalou uma usina elétrica conjugada ao engenho, com capacidade de fornecer energia também para o núcleo urbano do município.¹¹¹

O exemplo de maior relevância foi o do major Alberto Bins, que viria a ser o primeiro presidente do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.¹¹² Filho do casamento de um alfaiate e pequeno comerciante natural da região do Trier, na Alemanha, com uma operária natural do Rio Grande do Sul, Bins se destacaria pela diversidade de empreendimentos com que se envolveu na sua trajetória de vida. Participou do pequeno comércio familiar, especializado na importação de artigos de

¹⁰⁹ Conselho Municipal de Pelotas. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente engenheiro Cipriano Correa Barcelos – ano de 1920*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1921. Anexo 10. (Biblioteca Pública Pelotense)

¹¹⁰ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. (Biblioteca Nacional – I – 389, 6, 26, nº. 2). P.25.

¹¹¹ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p.95.

¹¹² Um resumo da vida de Alberto Bins pode ser encontrado em FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund & cia, [s.d.]. Ver também o resumo biográfico encontrado no *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro pós-1930* (CD-Rom). Rio de Janeiro: Cpdoc-FGV.

ferro da Alemanha. Alguns anos depois, com o apoio do comerciante Martin Bromberg, o major abriu seu próprio empreendimento, a União de Ferros, voltada para o ramo da metalurgia e, em seguida, passaria a diretor da Fábrica Berta, especializada na produção de cofres, fogões e prensas de ferro. Em 1927, Alberto Bins ajudaria a fundar a VARIG (Viação Aérea Rio-Grandense), em associação com o Condor Syndikat, sediado em Berlim.¹¹³

Paralelamente às atividades comerciais e industriais, Bins administrava o seu próprio estabelecimento agro-pecuário no município de Gravataí, próximo à capital do estado. Na Granja Progresso, como foi sugestivamente batizada a propriedade, o major fazia experimentos com novas raças de gado vacum, cultivo de uvas, produção de vinho e plantação de arroz irrigado artificialmente.¹¹⁴

O caso de Alberto Bins demonstra não só o envolvimento dos imigrantes europeus e seus descendentes na rizicultura, mas principalmente a diversificação dos investimentos que uma importante parcela da burguesia local fez também neste setor da economia gaúcha. Bins não foi o único a migrar de uma atividade essencialmente urbana, a indústria, para um empreendimento agrário. Já vimos anteriormente o caso dos irmãos Frederico e Ernesto Lang, que começaram como manufatureiros de artigos de glicerina para tornarem-se produtores de arroz em Pelotas.¹¹⁵ Muitos exemplos de indivíduos que poderíamos definir como “profissionais liberais” também tomaram o mesmo caminho.

Edmundo Berchon Des Essarts, médico de Pelotas¹¹⁶ foi um dos fundadores da Sociedade Agrícola Gabrielense, sediada no município de São Gabriel, que dedicou-se à rizicultura a partir da década de 1910.¹¹⁷ Juntamente com ele encontrava-se Fernando Abbott, médico e destacado político local.

¹¹³ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.241.

¹¹⁴ “Finalmente foi visitada a grande plantação de arroz, que ocupa uma extensão de 2 ½ quilômetros, ao longo da estrada que vai até Canoas, sendo a área plantada de 300 hectares. Foi muito apreciado o canal de irrigação, sistema norte-americano, introduzido no Estado pelo major Alberto Bins e que tem uma extensão e 3.500 metros de comprimento por 15 de largura e uma profundidade mínima de 1,5 metros. Esse canal é também aproveitado para o transporte do arroz. Estavam em pleno funcionamento, possantes locomoveis Lanz, que elevam do rio Gravataí a água necessária, fornecendo as bombas 600 litros por segundo. Possantes tratores “Fordson” arrastavam grandes carretas, que transportam o arroz para a trilhadeira.” *A Federação*. Porto Alegre, 07 de junho de 1926. p.1. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre).

¹¹⁵ PIMENTEL, Fortunado. *Op. Cit.*

¹¹⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23 de maio de 1926. p.2. (Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa)

¹¹⁷ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p. 90.

Em Cachoeira do Sul, alguns dos primeiros arroteiros, como Jorge Franke e João Krieger, advinham de profissões diversas: o primeiro era dentista e o segundo, comerciante e homeopata.¹¹⁸ Reinaldo Roesh era caixeiro viajante, ocupando-se da compra e venda de produtos agrícolas. Isidoro Neves da Fontoura começou suas atividades no comércio e mais tarde juntou-se em sociedade com outros três indivíduos para criar o Engenho Central descascamento de arroz.¹¹⁹ Dentre eles, encontravam-se João Aydos, comerciante em Porto Alegre, Eurípedes Mosterdeiro, também comerciante e criador de gado e Frederico Dexheimer, diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul.¹²⁰ Junto com seu filho, João Neves e com Augusto Castillo, Isidoro Neves da Fontoura mantinha uma fazenda onde cultivava arroz e fazia experiências de criação com novas raças de gado bovino.¹²¹

Ainda em Cachoeira do Sul, encontravam-se os irmãos João e Julio Castagnino, filhos de um imigrante italiano, técnico em conservas. Na mesma época em que se tornarem rizicultores, buscaram paralelamente diversificar seus ganhos na área do seguro e do comércio.

Não foi possível verificar estatisticamente as ocupações de todos os arroteiros de que temos notícia no período. Todavia, é certo que grande parte deles desenvolvia outras atividades econômicas, fosse no meio rural ou no urbano.

Os pecuaristas e os charqueadores rio-grandenses também encontraram no arroz uma alternativa importante para complementar seus ganhos. Para estes, a rizicultura tinha ainda uma vantagem: o ciclo agrícola poderia ser complementar à criação com a rotação das terras na época da invernada do gado. Assim, como destacou Raymond Pebayle:

Este começo reveste-se de certo valor simbólico, pois foram exatamente os descendentes de colonos que lançaram a monocultura do arroz irrigado nos campos do Rio Grande do Sul. Os criadores seguem o exemplo deles, ou a eles se associam. Com efeito, como as várzeas eram de fracas pastagens, inutilizáveis no inverno devido à

¹¹⁸ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.45.

¹¹⁹ Monte Domecq & Cia. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona Est. Gráf. Thomas, 1916. p.490.

¹²⁰ *Idem.* p.498.

¹²¹ João Neves da Fontoura foi uma figura central na vida política brasileira a partir da Revolução de 1930. Antes disso, João Neves fora deputado federal de 1928 a 1930, cargo que assumiria novamente em 1935. Juntamente com Vargas e os demais políticos gaúchos da chamada Geração de 1907, João Neves foi o articulador da unidade dos partidos políticos rio-grandenses em torno da candidatura de Getúlio Vargas e participou ativamente dos eventos que desencadearam a Revolução de 1930. Nos anos 1940 ele teria também um papel importante nas relações exteriores do Brasil ao assumir a Embaixada brasileira em Portugal (1943-1945) e posteriormente ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1951-53). *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro pós-1930* (CD-Rom). Rio de Janeiro: Cpdoc-FGV.

grande umidade, os fazendeiros aceitaram facilmente a sua entrega ao cultivo. A experiência mostrou uma outra vantagem, à qual esses autênticos gaúchos não puderam ficar insensíveis: as palhas dos arrozais transformavam-se rapidamente em boas pastagens de inverno para os animais magros.¹²²

Em Cachoeira do Sul, os homens que se associaram a Jorge Franke e João Krieger (acima citados) foram dois pecuaristas locais, João Leitão e Fidelis Prates, instalando uma lavoura irrigada à beira do rio Piquiri.¹²³

Pelotas parece ser o caso paradigmático quanto à participação de pecuaristas e charqueadores na agricultura arroseira. Os irmãos João e Ildefonso Simões Lopes foram alguns dos primeiros a se dedicar a esta atividade, instalado-se às margens do Arroio Pelotas, onde plantaram 47 hectares de arroz.¹²⁴ Ambos eram pecuaristas, descendentes de uma família tradicional daquele município.¹²⁵ Ildefonso viria a desempenhar um papel político proeminente na Primeira República, quase sempre vinculado às causas das classes dominantes rurais em nível nacional.¹²⁶

O maior rizicultor de Pelotas, no entanto, era o coronel Pedro Osório. Também descendente de uma família tradicional de origem portuguesa, Osório destacou-se como o maior rizicultor da região, sendo apelidado de “Rei do Arroz” por alguns documentos da época.¹²⁷ O homem que mais tarde seria o chefe político do PRR em Pelotas e uma das principais lideranças do Sindicato Arroseiro começou sua trajetória como pequeno comerciante e ascendeu a representante da charqueada Boa Vista, propriedade do barão do Arroio Grande. Na década de 1880, Pedro Osório já havia conseguido acumular um capital suficiente para criar sua própria charqueada, em sociedade com Antonio Correa Leite e Antonio Rodrigues Cordeiro. Nos anos 1920, Osório aparecia como o maior

¹²² PEBAYLE, Raymond. *Op. Cit.* p. 583. (Tradução minha)

¹²³ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.45.

¹²⁴ PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p.67.

¹²⁵ Ambos eram filhos do Visconde da Graça, que havia sido Presidente da Província durante do II Império.

¹²⁶ Ildefonso Simões Lopes foi deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (1897-1904). Como deputado federal (1906-1908; 1913-1919; 1922-1930) participou das comissões de Viação, Agricultura, Fazenda, Especiais e Orçamento, da qual foi relator. Foi Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1919-1922), no governo de Epitácio Pessoa, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (1926-1943); criador da Confederação Rural Brasileira (1928); vice-presidente da comissão executiva encarregada da campanha da Aliança Liberal (1929-1930); membro do estado-maior civil revolucionário (1930); e diretor do Banco do Brasil (1930-1943).

¹²⁷ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.37. (Biblioteca Nacional – I – 389, 6, 26, nº. 2). *Ata de fundação do Sindicato Arroseiro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 12 de junho de 1926. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

charqueador da região, de cuja empresa Pedro Osório & Cia abatia cerca de 31 mil cabeças de gado em 1925.¹²⁸

Nas imediações da Charqueada do Cascalho, como ficou conhecido o estabelecimento localizado às margens do Arroio Pelotas, Osório começaria também as primeiras experiências com a lavoura de arroz, em 1907. Alguns anos mais tarde, seria construído no mesmo local o Engenho São Gonçalo. Fazendo referência às propriedades de Osório, o *Relatório do Ministério da Agricultura* afirmava em 1920:

Os métodos culturais científicos foram iniciados em São Paulo, nos campos de Moreira César, ao tempo da administração do sr. Carlos Botelho. Por essa ocasião, também, no Rio Grande do Sul faziam-se os primeiros ensaios com a mesma orientação técnica. Hoje, nesse último Estado, existe a maior lavoura conhecida na América Latina, e talvez, mesmo no mundo devido à iniciativa e aos esforços inteligentes do sr. Coronel Pedro Luis da Rocha Osório.¹²⁹

Osório expandiu os negócios agrícolas juntando-se a outros empresários da região em regime de sociedade ou de parceria.¹³⁰ Em lista elaborada pela Intendência Municipal de Pelotas no ano de 1920, o sobrenome Osório aparece participando de diversas empresas rizícolas, como Osório & Schild, Osório & Schuch, Osório, Vasconcelos & Osório, Osório, Krüger & Lemos, dentre outras.¹³¹

A análise dos agentes, portanto, indica três aspectos importantes. Primeiro, que no que se refere à origem étnica, existiu uma convergência entre indivíduos de distintas origens para a prática da rizicultura, quer seja com seu envolvimento direto com a lavoura, quer com o controle dos engenhos de beneficiamento. Especialmente destaca-se o envolvimento dos descendentes de imigrantes alemães e pessoas ligadas a famílias tradicionais de origem portuguesa nesta empreitada. Segundo que, quanto à origem econômica dos agentes, constata-se a diversidade de investimentos dos envolvidos. A rizicultura abrangeu indivíduos ligados a atividades comerciais ou eminentemente urbanas com outros oriundos do universo da pecuária e da charqueada num mesmo setor. Finalmente, constata-se a impossibilidade de enquadrar a rizicultura estritamente

¹²⁸ Conselho Municipal de Pelotas. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes em 20 de setembro de 1926*. Pelotas: Globo, 1926. Anexo 6. (Biblioteca Pública Pelotense)

¹²⁹ BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildfonso Simões Lopes*. Rio de Janeiro: Papelaria e typ. Villas-boas & cia, 1920. (Fundação Casa de Ruy Barbosa, Coleção RB / B-8 8-1.)

¹³⁰ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.*

¹³¹ Conselho Municipal de Pelotas. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente engenheiro Cipriano Correa Barcelos – ano de 1920*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1921. Anexo 10. (Biblioteca Pública Pelotense)

em uma das zonas geoeconômicas em que o estado é tradicionalmente dividido (Planalto, Serra, Campanha, Litoral). O que não é uma constatação original, pois mesmo os autores que utilizaram esta tipologia acabaram encontrando problemas para delimitá-las com precisão.

Os engenhos de beneficiamento de arroz

Depois da plantação, da colheita e da trilha do arroz, o beneficiamento dos grãos era a última etapa do processo produtivo. Contudo, a importância dos engenhos excedia esta função na medida em que os seus proprietários tinham o poder de controlar o crédito disponível aos pequenos produtores, controlar e regular em certa medida o comércio do produto e, por conseqüência, dominar a política de preços aos agricultores. O emprego de maquinário pesado e de uma estrutura física robusta nos engenhos rendeu o termo de “industrialização do arroz” para esta atividade.¹³² De fato, os donos dos engenhos, que tinham a capacidade de concentrar o circuito comercial local, representavam a fração mais poderosa envolvida na atividade rizícola.

Desde muito cedo, a questão do beneficiamento foi considerada estratégica para o controle do setor arroseiro. Na sua recapitulação sobre a luta em defesa da produção nacional, João Dunshee de Abranches recordava que em 1898

houve quem apresentasse à Câmara Federal um projeto capcioso, que chegou a merecer voto unânime favorável da Comissão de Finanças, sempre tão escrupulosa e ríspida em os seus pareceres. Por essa proposta de lei, concedia-se a determinado cidadão o monopólio por 15 anos da importação do arroz em casca, pagando ele apenas a miserável taxa de 10 réis por kilograma, em recompensa da promessa de instituir uns famosos engenhos centrais em diferentes pontos do país e ficar obrigado (repare-se bem no *ônus pesadíssimo* que se impunha mais em troca de tão grandes favores), a distribuir as sementes, que lhe reclamassem os lavradores!¹³³

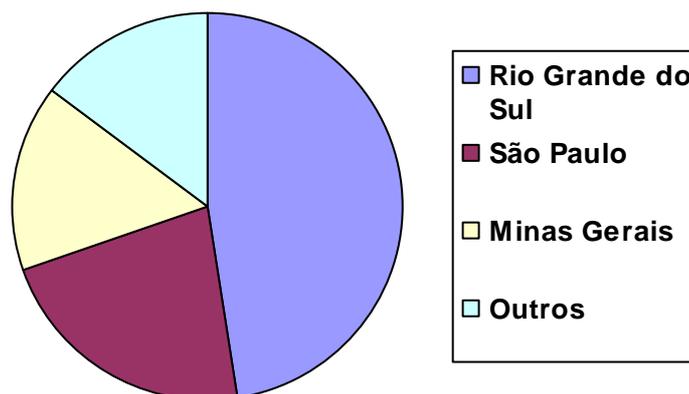
A preocupação de Abranches com este fato denota o poder que os engenhos poderiam deter na regulação do setor. Segundo o mesmo, o projeto mencionado não teve encaminhamento prático, o que parece ter favorecido a implantação de engenhos descentralizados sob o controle dos grupos locais em cada estado. O Rio Grande do Sul

¹³² FRAQUELLI, Ema. *Op. Cit.* p.337.

¹³³ ABRANCHES, João Dunshee de. *A cultura do arroz e o protecionismo agrícola. Memória ao Congresso dos Lavradores de arroz reunido em São Paulo a 25 de março de 1916.* São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & cia., 1916. p.9 (Biblioteca Nacional - I - 205, 5, 7, n.4). Grifo do original.

teve grande projeção no número de empreendimentos desse tipo, sendo provavelmente o estado que mais investiu no beneficiamento do arroz. Conclui-se isso a partir dos dados que discriminam a quantidade de arroz beneficiado em cada região do país.

GRÁFICO IV
Arroz beneficiado nos diversos estados brasileiros, 1920.¹³⁴



A concentração do circuito comercial do arroz nos engenhos variou de acordo com o município. Na sua pesquisa, Ema Aroztegui percebeu que em Pelotas e em Tapes a concentração da produção sob o controle dos engenhos era maior, visto que esses passaram a comprar terras de seus antigos associados e produzir diretamente o artigo. Em Cachoeira do Sul, diferentemente, a tendência era a de uma maior pulverização na propriedade das lavouras, sem uma vinculação direta com os engenhos locais.¹³⁵ Assim, “as necessidades de armazenagem e beneficiamento colocam o produto na dependência do industrial do arroz.”¹³⁶

Retornamos, pois, à tese de Joan Bak segundo a qual nos anos 20 percebe-se a emergência de um novo grupo social e econômico caracterizado pelo controle dos processos de produção e das redes comerciais dos artigos agro-pecuários locais.¹³⁷ É exatamente o que parece ocorrer na rizicultura, onde, como demonstrado, a diversidade de origens sociais, de investimentos no meio rural e urbano e o controle do crédito e da

¹³⁴ “Transformação industrial, venda e beneficiamento de produtos agrícolas, nos estabelecimentos rurais recenseados em 1 de setembro de 1920”. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Sinopse do Censo da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. p.84-85. (Fundação Casa de Ruy Barbosa – Coleção SC – 17370)

¹³⁵ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.48.

¹³⁶ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p.338.

¹³⁷ BAK, Joan L. *Op. Cit.*

circulação de grãos pelos engenhos favorecia um controle maior de todo um setor econômico. Bak define este grupo restrito pela noção de “elite”. Todavia, a maneira como a burguesia agrária passou a especializar-se em alguns setores, como a rizicultura, sem perder de vista a diversificação produtiva e a sua tomada de consciência dos problemas que afetavam o desenvolvimento regional parecem sugerir que estamos lidando com uma nova “fração de classe” e não com uma “elite”.

Conceitualmente o termo elite remete ao acúmulo de uma variedade de tipo de capital (político, social, econômico) que carecem de uma hierarquização embutidas no próprio conceito, ao contrário do que ocorre com a referência de *classe*.¹³⁸ Quer dizer, como afirma a “lei de ferro” da teoria das elites, as elites sempre existiram, embora sua definição nem sempre seja precisa. Assim, é evidente a flexibilidade desse conceito.¹³⁹

A divisão proposta por Renato Perissinoto no estudo do grupo cafeeiro paulista parte de uma definição que pode ser útil.¹⁴⁰ Segundo o autor, havia pelo menos duas frações de classe diferentes envolvidas na economia do café: “a lavoura” e o “grande capital cafeeiro”. A primeira restringia-se ao nível da produção, e por isso permanecia com um poder restrito. A segunda detinha o controle de inúmeros recursos econômicos e estava economicamente diversificada, controlando empresas ferroviárias, bancos, casas de importação e exportação, dentre outros empreendimentos. A rizicultura parece reproduzir uma divisão desse tipo, embora em escala muito mais modesta.

O autor ainda acrescenta que,

A uma fração de classe corresponderia uma posição específica nesse processo: frações que se concentram na produção propriamente dita (industriais, lavradores), frações que se concentram no financiamento da produção (bancos) e frações que se concentram na comercialização da produção (capital comercial).¹⁴¹

Quer dizer, a posição inerente ao processo produtivo tem correspondência nos interesses expressos pelos grupos econômicos, que passam a assumir a forma de fração

¹³⁸ ALBERTONI, Ettore. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990; BOBBIO, Norberto. *Teoria das Elites*. IN: BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*. 12ªed. Brasília: UnB, 2002.

¹³⁹ Um exemplo dessa imprecisão é expressa por Flávio Heinz: “Trata-se, com efeito, de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, e isto, na maioria dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações””. HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.7.

¹⁴⁰ PERISSINOTO, Renato. *Op. Cit.* p 37-38.

¹⁴¹ *Idem.* p.21

de classe. Essa condição, no entanto, depende de certas mediações para chegar a expressar-se no plano político. Assim, ocorre que

(...) esta identificação de uma fração autônoma de classe exclusivamente do ponto de vista do processo social de produção não é suficiente, visto que uma mesma fração de classe pode ter uma atividade econômica bastante diversificada. Isto quer dizer que uma determinada atividade dentro do processo social de produção pode não configurar uma fração de classe, mas apenas mais uma atividade de uma fração que ocupa múltiplas posições nesse processo.¹⁴²

Ora, parece ser exatamente esta a situação com que nos deparamos no caso em questão. Um grupo econômico com interesses específicos ligados a atividades agropecuárias e comerciais que se envolve, dentre outras coisas, com a produção e o comércio de arroz. Em acréscimo, suponho que a emergência dessa nova fração no cenário rio-grandense em fins da Primeira República deve ter significado uma nova forma de associativismo a ela vinculada. O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul foi uma expressão da emergência de uma “vontade coletiva” da fração de classe mais capitalizada envolvida na rizicultura: os comerciantes e os proprietários de engenho. O capítulo 3 será dedicado a analisar esse aspecto. Agora, vejamos como gestou-se objetiva e subjetivamente aquela conjuntura definida na época como “crise arrozeira”.

¹⁴² *Idem.* p.21

CAPÍTULO II

A LUTA NO PLANO NACIONAL: AS EXPORTAÇÕES, A POLÍTICA ALFANDEGÁRIA E O ABASTECIMENTO DO MERCADO INTERNO

No primeiro capítulo tivemos uma visão panorâmica das questões regionais que influenciaram o desenvolvimento da rizicultura e o surgimento de uma nova fração de classe ligada ao complexo econômico capitalista emergente. Esta fração estava envolvida em diferentes atividades, como a pecuária, a charqueada, a manufatura, o comércio local e de longa distância, e a rizicultura. Todavia, ainda não apreendemos como a conjuntura nacional influenciava este grupo diverso de capitalistas ligados ao comércio e ao beneficiamento do arroz, e que respostas foram dadas diante das pressões advindas do universo da produção e do comércio de bens de consumo básico.

O mercado nacional e a política tarifária

O surgimento e expansão de uma rizicultura comercial e suficientemente capitalizada no Rio Grande do Sul está intimamente ligado ao crescimento dos centros urbanos do sudeste brasileiro e à política alfandegária aplicada desde fins do século XIX sob inspiração do nacionalismo econômico então vigente.¹⁴³ As primeiras indicações de lavouras irrigadas coincidem com estes dois fenômenos.

Segundo Bescow, a demanda nacional pelo arroz está relacionada ao rápido crescimento da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, cuja população manteve hábitos alimentares tradicionais herdados dos colonizadores portugueses. O arroz constituía parte essencial da dieta da população da capital.

De acordo com ele:

No período de 1890/1920 a população do município do Rio de Janeiro cresceu de 522.000 para 1.158.000 habitante. As importações realizadas através do porto do Rio de Janeiro, tanto provenientes do exterior como de outros estados, no período de 1888 a 1899, no que se refere ao arroz, milho, charque e banha, representaram algo em torno

¹⁴³ Para uma análise sobre o papel desempenhado pela demanda da cidade do Rio de Janeiro no incremento da produção de arroz no Rio Grande do Sul ver BESCOW, Paulo. *Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. 1981. Dissertação de mestrado em Economia Agrária - Escola Luiz de Queiroz, USP, São Paulo, 1981; Sobre o nacionalismo econômico em fins do século XIX ver LUZ, Nícia. *A luta pela industrialização do Brasil*. Difusão Européia, 1961. Jane Fraquelli foi a primeira historiadora a observar a importância do protecionismo alfandegário para o incremento da rizicultura gaúcha. FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p. 329-357.

de 50% do total das importações brasileiras desses produtos. Isto reflete a extrema dependência do abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro.¹⁴⁴

Ao contrário do que se pode pensar, apesar do seu crescimento, o estado de São Paulo, a região sul fluminense e Minas Gerais, maiores centros cafeeiros do Brasil, não ofereceram o mesmo potencial para o incremento da demanda do arroz, visto que essas sociedades agrárias tendiam a transferir a demanda local para a produção familiar, sob o regime do colonato implantado na região. Além disso, São Paulo era um centro com grande capacidade de auto-abastecimento, diminuindo a possibilidade de colocação do arroz gaúcho naquele mercado.¹⁴⁵ Apesar desse limite, a parcela do produto gaúcho destinada ao mercado interno tendia a ser volumosa.

Infelizmente não encontramos dados de exportação para os anos anteriores a 1915 que mostrasse o destino das remessas. Tais dados poderiam indicar qual foi o papel do mercado interno na composição da demanda. No entanto, é provável que a porção do arroz gaúcho destinado ao mercado exterior fosse insignificante antes de 1915, visto que as exportações para fora adquirem relevância somente em 1916.¹⁴⁶ Assim, entre os anos de 1915 e 1930 a média da participação do arroz exportado do Rio Grande do Sul para o mercado nacional ficou em torno de 65% do peso total, tendo o mercado estrangeiro, conseqüentemente, uma participação de 35% aproximadamente.

Por outro lado, a maior parte da produção local era absorvida pelo próprio mercado gaúcho, o que coloca uma variável importante na questão. O peso do arroz exportado pelo Rio Grande do Sul jamais ultrapassou a proporção de 40% do total produzido durante a Primeira República,¹⁴⁷ denotando a existência de um forte mercado interno regional. É provável que a demanda estivesse concentrada na cidade de Porto Alegre, a maior do estado em população na época, secundada pelos centros urbanos de Rio Grande e Pelotas. É certo, no entanto, que a dinâmica dos preços foi pautada pelo mercado nacional em expansão, ao menos para os proprietários dos engenhos que regulavam os estoques e para os produtores a eles vinculados.

Não foi apenas a ascensão dos mercados urbanos que garantiu o incremento da demanda geral pelo produto. Aliado a isso, um fator fundamental para a reversão da situação de comprador no mercado externo para a auto-suficiência econômica foi a

¹⁴⁴ BESCOW, Paulo. *Op. Cit.* p.23.

¹⁴⁵ *Idem.* p.26-29.

¹⁴⁶ DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.*

¹⁴⁷ Este percentual foi atingido no ano de 1927. Cálculo realizado a partir das cifras levantadas por DALMAZZO, Renato. *Op. Cit.* p.126-127.

elevação das tarifas alfandegárias levadas a cabo já nos primeiros anos da República. Nícia Vilela Luz observa que a raiz dessas medidas foi um movimento de natureza nacionalista gestado no Brasil a partir da década de 1870, com forte adesão de setores industriais e rurais não vinculados às culturas de exportação:

Se um dos argumentos mais fortes a favor do nacionalismo brasileiro era o desequilíbrio de sua balança de pagamentos, como limitar-se à proteção industrial se a importação de gêneros alimentícios consumia também uma grande parte de nossas cambiais?

(...)

Baseados nesses argumentos e estimulados pelos interesses regionais de certos estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde a decadência da lavoura do café tornava urgente o desenvolvimento de outras culturas e de outras atividades econômicas, surgiu, assim, paralelo ao protecionismo industrial, um protecionismo agrícola, traduzindo-se ambos num amplo movimento a favor da defesa da produção nacional.¹⁴⁸

A discussão em torno do tema teria abrangência nacional tornando-se, ao mesmo tempo, ponto de confluência dos interesses da indústria e da lavoura, como indica Nícia Vilela Luz, e ao mesmo tempo o parâmetro para a discórdia entre os diferentes ramos da economia. A forma como a questão era tratada pelo *Centro Industrial do Rio de Janeiro* aponta esse caráter contraditório, pois “O problema das tarifas é o epicentro da defesa industrial e é em torno dele que podemos constatar a ligação conflitante ou não entre indústria e capital estrangeiro, indústria e comércio, indústria e agricultura”.¹⁴⁹

Em 1906 a legislação protecionista atingia pela primeira vez o arroz importado. De fato, a legislação reforça uma tendência já existente em todo o país de reduzir as compras no exterior em proveito do produto de origem nacional. A evolução desses primeiros anos pode ser observada na tabela abaixo:

¹⁴⁸ LUZ, Nícia. *Op. Cit.* p.78-79.

¹⁴⁹ CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978. p. 80.

TABELA II
IMPORTAÇÃO DE ARROZ DO ESTRANGEIRO DISCRIMINADA POR
ESTADO DA FEDERAÇÃO - 1901-1907 (TON.)

	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
RJ	47.040	68.549	35.818	29.059	31.579	14.451	1.866
SP	25.639	20.693	24.005	18.842	12.251	13.351	1.548
RS	6.849	3.825	3.520	2.071	2.567	2.927	1.361
PA	4.462	3.357	4.312	4.070	4.701	4.618	3.307
AM	1.407	1.486	1.753	2.099	2.184	1.947	2.098
MA	894	636	705	301	621	342	111
PB	876	411	1.423	2.323	1.900	688	353
BA	780	691	407	333	565	823	191
CE	675	865	1.235	1.213	1.465	526	346
Outros	758	482	411	483	688	619	412
TOTAL	89.380	100.995	73.589	60.794	58.521	40.292	11.593

FONTE: OSÓRIO, Manuel Luis. *Arroz. Monografia apresentada ao 1º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, reunido na cidade de Pelotas, em 12 de outubro de 1908*. Pelotas: Off. Gráph. de Obras do Diário Popular, 1908. p. 72-25. (Biblioteca Nacional III – 331,5,10 n. 5.

Confirmando, pois, a perspectiva de Beskow, o quadro indica que a cidade do Rio de Janeiro era a grande importadora do artigo estrangeiro no alvorecer do século XX. Bastariam, no entanto, 5 a 6 anos de política protecionista para termos uma queda bastante acentuada dessa importação, favorecendo o desenvolvimento da agricultura nacional em diferentes regiões do país, não especializadas na produção de artigos de exportação. O quadro indica claramente, pois, que a tendência era de queda continua da compra de arroz estrangeiro.

Ao resgatar os primeiros anos de luta pela proteção tarifária dos produtos nacionais, João Dunshee de Abranches observava o impacto nacional que a campanha teve e o seu caráter propagandístico:

A esse tempo, já o arroz da Índia, trazido quase todo como lastro das embarcações que visitavam os nossos portos, havia entre nós açambarcado quase todos os mercados. O produtor nacional desanimava de entrar em concorrência com o estrangeiro, embora este nos fornecesse um gênero péssimo e suspeitado até de transmissor de terríveis epidemias que, de vez em quando, assolavam as populações,

especialmente do extremo norte. A carestia dos transportes internos acabou por completar a asfixia das poucas tentativas que se ousaram fazer de levantar em Maranhão e outras províncias a lavoura do arroz.

Os *trusts* comerciais de importadores desse cereal, estabelecidos logo depois nas praças do Rio de Janeiro e de Santos, deram o último golpe na agricultura indígena.

Foi nesse momento que encetei a campanha na imprensa em prol do ressurgimento da cultura do arroz entre nós. De São Paulo, como de Minas, da Bahia e do Rio Grande do Sul, não tardaram a animar-me em protestos de solidariedade e informações preciosas à propaganda iniciada.¹⁵⁰

Evidentemente devemos relativizar as afirmações categóricas do autor, levando em conta que era próprio do nacionalismo econômico recorrer a argumentos de combate aos trusts e monopólios de comerciantes para afirmar-se como alternativa comercial viável.¹⁵¹ De qualquer modo, a atenção que o autor dá à campanha em defesa do arroz aponta o vínculo existente entre a disseminação dessa cultura agrícola e a modificação do regime alfandegário, além de sugerir o envolvimento de agentes vinculados a variadas regiões do país na questão. Um dos senadores que defenderam a proposta de modificação dos tributos que recaíam sobre o arroz estrangeiro foi Ramiro Barcelos, que mais tarde aparece como empresário ligado à rizicultura juntamente com seu genro, Leopoldo de Souza, no município de Cachoeira do Sul.¹⁵²

Em monografia agrícola apresentada ao *I Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul*, em 1908, o engenheiro civil Manoel Luis Osório apresentava suas expectativas em torno da evolução da rizicultura, da necessidade de organização em sindicato e do papel desempenhado pelas tarifas:

A preferência dos srs. agricultores deve ser pelo regimen syndical, único capaz, bem dirigido, de garantir prosperidade duradoura, sem paliativos recursos de tarifas proteccionistas.

O governo já fez o que podia fazer.

Estimulou com providências administrativas a cultura do arroz. Dispertou nas classes ruraes as vantagens econômicas que prodigalisa, e depois, com patriotismo, deu-lhes uma lei sábia que os emancipa de percalsos políticos.

¹⁵⁰ ABRANCHES, João Dunshee de. *A cultura do arroz e o proteccionismo agrícola. Memória ao Congresso dos Lavradores de arroz reunido em São Paulo a 25 de março de 1916*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & cia., 1916. p.7-8. (Biblioteca Nacional - I - 205, 5, 7, n.4)

¹⁵¹ LUZ, Nícia. *Op. Cit.*

¹⁵² *Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de junho de 1926. p. 4. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

Ajam agora os srs. agricultores.¹⁵³

Nota-se que o discurso de Osório é informado por uma perspectiva liberal, colocando a ênfase na ação dos “agricultores” e criticando uma atitude “paliativa” em relação à política econômica, embora não deixe de apontar o papel estratégico desempenhado pela ação do governo em garantir um certo “espírito” patriótico no andamento da economia. Conclui-se, por essa visão, que o tema do protecionismo não deve ser tomado imediatamente como defesa do intervencionismo estatal voltado a um setor específico, embora aponte para uma defesa global da economia nacional.

Jane Fraquelli já havia notado com razão que a nova política alfandegária do governo federal republicano fora responsável pela transformação do Brasil de importador de arroz a país auto-suficiente no abastecimento do mercado interno.¹⁵⁴ O que ela deixou de observar, contudo, é que a questão das tarifas perduraria pela Primeira República como um problema central para os rizicultores rio-grandenses. Os demais autores, quase sempre seguindo o estudo iniciado por Fraquelli, permanecem nesse mesmo limite. Como a maior parte dos artigos direcionados ao mercado interno, o arroz dependia de uma reserva de mercado que só poderia ser garantida por meio de uma política econômica específica direcionada à esfera não-exportadora da economia brasileira. Algumas evidências apontam a permanência dessa disputa ao longo do período.

Em 1914 Novello di Novelli – técnico agrícola italiano - visitou o Rio Grande do Sul no intuito de conhecer as condições em que se desenvolvia produção arrozeira no interior do estado. A iniciativa de convidá-lo partiu da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, órgão que representava os diversos segmentos rurais da classe dominante rio-grandense. Antes de retornar ao seu país de origem, Novelli escreveu um relatório sobre as condições e o potencial da produção do arroz no estado. Como forma tornar pública as conclusões do relatório, os deputados federais Joaquim Luiz Osório e Ildfonso Simões Lopes requereram sua publicação no *Diário Oficial da República*. Suponho que a intenção de tal divulgação, embora não explícita, fosse divulgar igualmente a necessidade de manutenção da proteção federal ao arroz nacional,

¹⁵³ OSÓRIO, Manoel Luis. *Arroz. Monografia apresentada ao 1º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, reunido na cidade de Pelotas, em 12 de outubro de 1908*. Pelotas: Off. de Obras do Diário Popular, 1908. p.78. (Biblioteca Nacional, III – 331, 5, 10 n.5).

¹⁵⁴ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.*

uma vez que nos primeiros parágrafos estava explícita a sintonia do autor com esta política:

Não há dúvida que para a realização de tais empreendimentos, contribuíram principalmente as condições naturais favoráveis à cultura do arroz e a oportuna proteção das tarifas alfandegárias, que com sabedoria, o governo brasileiro, desde algum tempo, dispensa à produção do arroz nacional. (...) Conseqüentemente a proteção aduaneira deve subsistir até que a cultura do arroz tenha aí atingido a uma boa proporção e intensidade de produção.¹⁵⁵

O problema das taxações aos importados, no entanto, só ganharia visibilidade a partir de 1925, ano em que, em razão da crise agrícola de alguns estados produtores e da elevação do preço do arroz no mercado nacional, o governo federal decidiu diminuir o imposto de entrada do artigo estrangeiro para evitar o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade.

A fase de atividade criada pela tarifa protecionista começou a manifestar indícios de desequilíbrio, do ano de 1921 em diante.

É assim que a importação do produto entrou a se avolumar novamente, culminando em 1925, com uma importação em quantidade, pode-se dizer, anormalmente grande; a exportação, por sua vez, sofreu certo declínio progressivo (...).¹⁵⁶

Foi neste momento que os arrozeiros gaúchos adquiriram noção dos limites da expansão de seus negócios e do perigo representado pela concorrência com outros países, reafirmando o papel regulador que o Estado assumia na condução da política econômica nacional. Mesmo em condição subsidiária na economia nacional vale lembrar que o Rio Grande do Sul nunca esteve em oposição ao modelo agro-exportador vigente. Nesse cenário contraditório, os agentes gaúchos colocar-se-iam no limite da crítica dentro da ordem, fosse através de articulações na esfera política propriamente dita, como demonstrou Renato Perissinoto,¹⁵⁷ seja na impulsão de demandas próprias na esfera econômica.

A expansão da agricultura gaúcha foi fruto de duas variáveis: prosperidade do mercado interno e protecionismo. Ambas as variáveis começavam a ser insuficientes no

¹⁵⁵ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Propaganda Agrícola do delegado executivo da produção nacional. *Cultura do arroz no Rio Grande do Sul, pelo professor dr. Novello de Novelli*. Rio de Janeiro: papelaria Mendes, 1918. p.3-4. (Biblioteca Nacional I – 342, 5, 23, n.9)

¹⁵⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.2. (Biblioteca Nacional – I – 389, 6, 26, n.º. 2)

¹⁵⁷ PERISSINOTO, Renato. *Op. Cit.* p.206-226.

quadro do pós I Guerra Mundial. Entretanto, antes de verificarmos o impacto desse momento específico na forma de sentir a crise e na atuação dos rizicultores, façamos uma parada para entender a dinâmica econômica que gerava as pressões que o governo federal deveria gerir e os limites dos mecanismos de regulação disponíveis.

Os anos 1920: o esgotamento da expansão para fora, a concorrência inter-regional e o problema do abastecimento interno

No início deste capítulo vimos que o mercado interno foi o grande impulsionador da rizicultura gaúcha pelo aumento da demanda por produtos de subsistência, propiciando ganhos reais aos produtores não ligados ao eixo agro-exportador. No entanto, ficou ausente na análise até agora a ponderação sobre o papel do mercado estrangeiro nesta conjuntura. Conhecer esta dimensão do problema interessa-nos aqui porque ela vai indicar porque a década de 1920 concentra as maiores perturbações econômicas vividas pelo setor durante a Primeira República.

A I Guerra Mundial foi um evento que causou grande impacto na dinâmica comercial brasileira, alterando os padrões de colocação dos produtos no mercado internacional. Se por um lado, artigos já consolidados nesse plano sofreram com a queda de preços e com os obstáculos comerciais gerados pela guerra, por outro, uma série de novos produtos encontraram uma saída favorável nos países centrais.

Quanto ao café, a guerra teve um impacto imediatamente negativo. Embora mantivesse as quantidades exportadas estáveis até 1917, o preço médio do produto caiu, diminuindo o lucro dos produtores e comerciantes. A partir dessa data, cairia também o volume remetido ao exterior, acentuando a crise do setor.¹⁵⁸ As dificuldades eram maiores porque a produção de café aumentava continuamente, compondo um quadro já tradicional de superprodução de grãos. A borracha, importante artigo de exportação brasileiro, teve um declínio relativo e absoluto das exportações. O algodão, por sua vez, teve algumas dificuldades, mas conseguiu encontrar saída no mercado interno nacional, em expansão no período de guerra. O açúcar e o cacau viveram um período de prosperidade, tendo incrementado o preço e a quantidade exportadas.¹⁵⁹

¹⁵⁸ MUELLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983. p.132.

¹⁵⁹ *Idem*. p.132-136.

Por sua vez, a agricultura alimentar básica que garantia o abastecimento da população local viu-se em situação favorável no mercado internacional, conjuntura que levaria a graves problemas de abastecimento no país em fins da década de 1910. A situação colocava em xeque não só a política econômica federal, mas a própria condução dada pelo governo do Rio Grande do Sul ao abastecimento regional. Nesse sentido, o governador Borges de Medeiros proibiu a exportação de artigos de alimentação com o fim de evitar a carestia, apesar da oposição de setores da classe dominante regional. O temor de que o fato se repetisse perpassava a consciência dos rizicultores rio-grandenses, mobilizando os interesses regionais.¹⁶⁰

Para visualizarmos melhor a situação, vejamos a evolução das compras e vendas de arroz para o exterior ao longo da Primeira República:



FONTE: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. (Biblioteca Nacional, I – 389, 6, 26, nº. 2)

Ora, percebe-se que até 1916 as exportações eram insignificantes enquanto a importação decrescia quase que continuamente. Este é, pois, o processo de “substituição

¹⁶⁰ O documento que revela este temor de que houvesse uma nova contenção das exportações encontra-se em AXT, Gunter. *Op. Cit.* p.206, nota 759: “O Governo prejudicou os colonos enormemente, proibindo a exportação do feijão e, não é improvável que um dia seja dificultada a exportação de arroz. O comércio é obrigado a pagar continuamente novos tributos, até sobre mercadorias antigas, que ha muito tem em casa. Os impostos que os colonos tem pago para reparos nas estradas foram aplicados em funcionários supérfluos do governo”. O documento é assinado por diversos políticos municipais de Cachoeira do Sul, vinculados à câmara municipal. Lembrando que nesse caso, o termo “exportação” referia-se à totalidade do produto saído pela fronteira estadual, independente do seu destino.

de importações” do arroz nacional.¹⁶¹ De 1916 a 1923, a balança inverte-se, tendo as quantidades exportadas (em toneladas) dimensões sempre maiores que as importadas. Tal delimitação temporal pode ser considerada o auge comercial da rizicultura no período. Como veremos adiante, a questão das exportações coloca-nos um novo ponto na discussão do problema em questão, que diz respeito ao papel do mercado externo na atenuação, atraso ou motivação da “crise” de 1926. Depois de 1923 a balança comercial começa a apresentar-se crescentemente instável, atingindo o seu pior desempenho em 1925.

Se tomarmos rigorosamente o período da I Guerra Mundial como marco de análise, notaremos que há um *delay* entre o início do conflito mundial e o aumento das exportações brasileiras de arroz, assim como o fim da guerra não significou uma queda imediata das exportações do cereal. Esse *delay* no impacto da conjuntura internacional sobre o setor arrozeiro é importante de ser observado por dois motivos: primeiro porque ele coloca uma percepção diferenciada sobre a forma de sentir a “crise”, já que as dificuldades ulteriores poderiam e seriam previstas por analistas econômicos. A *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*, por exemplo, alertava em 1919 que avizinhava-se uma situação comercial difícil para o estado, uma vez que

Quanto a nós, não nos iludamos. Ninguém lemente – o que seria, acima de tudo, um crime de lesa-humanidade – ninguém lamente, dizíamos, o restabelecimento da paz como o encerramento de um período de gigantescos negócios fáceis e rendosos. É verdade que a guerra, depois dos prejuízos que ao nosso comércio causou nos primeiros tempos, permitiu-lhe ressarcir-se na oportunidade de magníficas transações. As nossas exportações cresceram e cresceram, sobretudo, os preços porque vendíamos ao consumidor estrangeiro as mercadorias que lhe fornecíamos, entre as quais passaram a figurar até produtos que, anteriormente, se encontravam na escala das nossas importações.

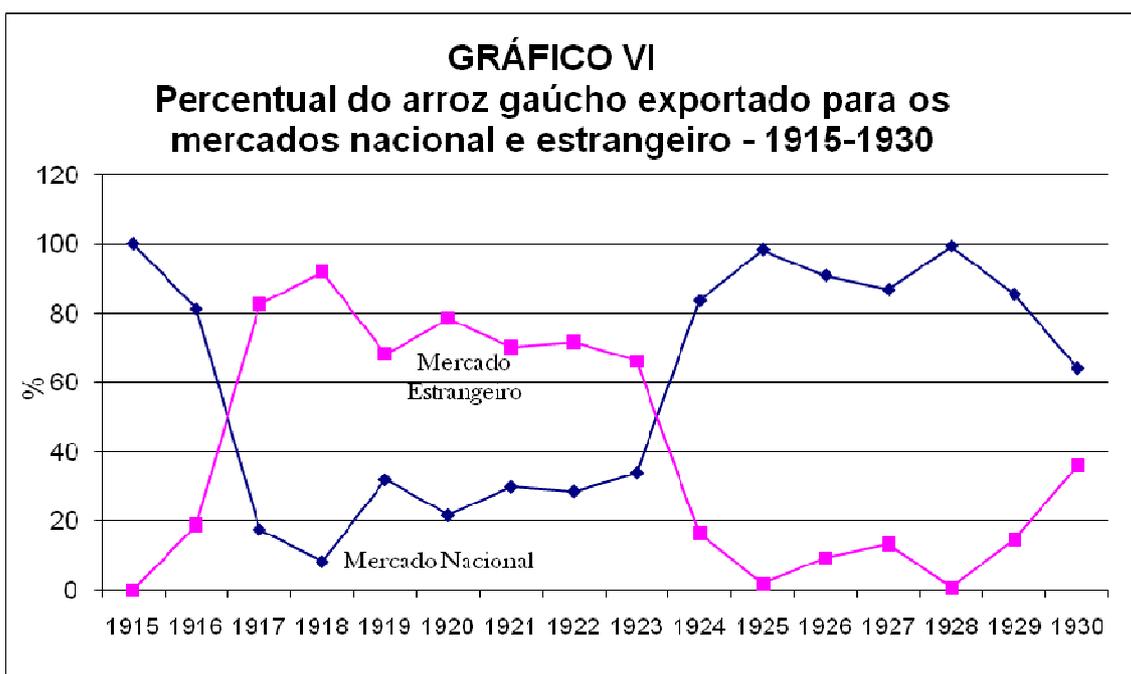
Mas essa prosperidade, essa facilidade de negócios, tendo por única base a situação criada pela guerra, nem era suficientemente sólida, nem oferecia garantias bastantes. Dum momento para o outro, a sorte poderia inverter-se. E numa situação, em que tudo assentava sobre bases artificiais, não era difícil que a grandes lucros se seguissem imensos prejuízos.¹⁶²

¹⁶¹ O termo “substituição de importações” é tradicionalmente utilizado na historiografia para designar o processo de industrialização que o Brasil viveu a partir dos anos 1930 com base na produção de artigos de primeira necessidade antes importados. O mesmo termo é empregado aqui como analogia, pois se refere a um artigo agrícola e não industrial que deixou de ser comprado no exterior.

¹⁶² *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ano 2, n° 6, junho de 1919. p. 265. (Biblioteca Pública Rio-Grandense)

Em segundo lugar, o atraso na propagação da crise colocaria em primeiro plano as disputas inter-regionais pelo mercado nacional de arroz, já que ele e o consumo dos países platinos é que poderiam assegurar a alta demanda do produto gaúcho. Adiante analisaremos como estes aspectos influenciaram a forma do grupo dominante local sentir a crise.

A colocação do arroz gaúcho é mais bem visualizada se discriminarmos as remessas segundo o destino (nacional e estrangeiro). Assim, podemos avaliar a participação de cada um dos mercados na composição da demanda setorial.



FONTE: DALMAZZO, Renato *Op. Cit.* p.126-127.

O gráfico acima confirma a tendência das exportações de arroz no plano nacional: envio para o exterior na conjuntura da I Guerra, com um *delay* tanto nesta conversão quanto no retorno para o mercado nacional. Percebemos, todavia, que no caso do Rio Grande do Sul a inversão é bastante acentuada e rápida, tanto na ascensão do mercado externo (1916 e 1917) quanto na sua reconversão ao mercado interno (1924 e 1925), demonstrando a rapidez com que os mecanismos de mercado agiam sobre o setor.

Outro fator fundamental na determinação da conjuntura negativa nos anos 20 foi a excessiva demora do Rio Grande do Sul em reverter suas exportações de arroz para o mercado interno frente aos demais centros produtores. Quando isto aconteceu, o estado passou a competir em desvantagem relativa em comparação com os estados.

Grande parte do abastecimento de São Paulo, por exemplo, era feita pelo produto oriundo da própria região ou de Minas Gerais.

A situação em 1925, no entanto, não refletiu a posição real do Rio Grande do Sul no cenário nacional. Contraditoriamente, o desabastecimento de arroz levou à alta dos preços internos dando grande vantagem para o produto gaúcho por um breve período. Isso ocorreu porque a conjuntura daquele ano foi bastante particular, pois a seca em outras regiões minimizou a concorrência interna.¹⁶³ O Rio Grande do Sul era o único estado onde o arroz era produzido com irrigação controlada. Assim, a solução para garantir o abastecimento foi comprar o arroz do estado sulino e importar o restante do exterior.¹⁶⁴

Desde o ano de 1917 era a segunda vez que se liberava a compra de arroz no mercado externo.¹⁶⁵ As cifras de entrada do produto foram gigantescas se comparadas com os momentos anteriores¹⁶⁶ refletindo os graves problemas que a falta de um mercado integrado nacionalmente tendia a aprofundar. Assim, em 1925, o Ministério da Agricultura constatava que “A perturbação registrada na circulação dos nossos gêneros de consumo contribuiu também para a escassez do produto em alguns centros de consumo, dando lugar à crise no abastecimento das populações, enquanto outros centros detinham stocks sem saída.”¹⁶⁷ A deficiência dos transportes, então, também aparecia como um entrave no acesso aos mercados.

A ameaça da escassez de alimentos levaria o governo federal a decretar a importação de arroz estrangeiro, o que não satisfazia o interesse dos rizicultores gaúchos.¹⁶⁸ De fato, o problema do desabastecimento dos principais centros urbanos brasileiros já delineava-se desde 1915. Em acréscimo, é provável que a política de valorização do café financiada pela emissão monetária, durante o período da guerra,

¹⁶³ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p.345.

¹⁶⁴ O Rio Grande do Sul era o único estado brasileiro que produzia arroz utilizando a irrigação em larga escala. O resultado disso era a obtenção de um produto de qualidade mais alta do que o arroz de sequeiro, oriundo dos outros estados, além de garantir uma estabilidade maior das colheitas. Esta condição ajudou no retardamento dos efeitos da concorrência inter-regional em meados de 1920, embora não a tenha impedido.

¹⁶⁵ A primeira vez foi em 1924.

¹⁶⁶ Em 1925 importou-se mais de 74.000 toneladas de arroz, o equivalente à maior compra contabilizada desde pelo menos 1905. O mais impressionante nessa conjuntura era o contraste com os anos anteriores. Em 1923, por exemplo, a quantidade de arroz importado era próxima a zero. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. (Biblioteca Nacional, I – 389, 6, 26, nº. 2)

¹⁶⁷ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.3. (Biblioteca Nacional, I – 389, 6, 26, nº. 2)

¹⁶⁸ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p. 345.

tenha favorecido o aumento dos preços dos produtos de subsistência.¹⁶⁹ Era o conhecido mecanismo de “socialização das perdas” do café agindo sobre o setor arroteiro.¹⁷⁰ A instabilidade dessa situação gerada na órbita econômica nacional era crescente. Neste sentido, Mueller avalia que:

Como conseqüências desse surto emisionista – que, incidentalmente, permaneceu ativo até meados da década de 20 -, a partir de 1915 os preços passaram a aumentar rapidamente, sendo que só nos anos da guerra o índice de preços mais do que dobrou. Um dos problemas difíceis que Venceslau Brás teve que enfrentar esteve, em parte, associado a essas elevações de preços, com os quais surgiram as primeiras agitações urbanas contra a carestia, levando à criação, em 1918 – contra os protestos do comércio e da lavoura -, do Comissariado de Alimentação Pública, com o objetivo de intervir sobre o abastecimento. O Comissariado teve atuação inócua, mas notabilizou-se por ter introduzido no Brasil o tabelamento de preços alimentícios.¹⁷¹

Em 1926, uma diversidade de fatores conjugados ocasionou uma queda inesperada dos preços do produto no mercado arroteiro, preocupando os principais agentes do ramo. Por um lado, os países europeus, principalmente a Itália e a Espanha, retomaram as exportações de cereais para a Argentina e o Uruguai, que vinham comprando o produto gaúcho há alguns anos.¹⁷² A grande expansão das lavouras no Rio Grande do Sul também reforçou a tendência à depreciação dos preços, aliada aos altos custos da produção, forçando a margem de lucro para baixo. Finalmente, a concorrência inter-regional na oferta do artigo foi também determinante para o estrangulamento comercial. Em resposta à situação difícil e com base na interpretação e construção de uma certa noção de crise econômica criou-se o *Sindicato Arroteiro do Rio Grande do Sul*, uma agremiação formada pelos produtores e comerciantes locais no intuito explícito de centralizar a venda do produto, controlar a qualidade final e buscar alternativas para rebaixar os custos de produção.¹⁷³

¹⁶⁹ FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. IN: _____. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889–1930)*. Tomo III, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 193-248, 2000. p.226-227.

¹⁷⁰ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972.

¹⁷¹ MUELLER, Charles. *Op. Cit.* p.116.

¹⁷² Há, inclusive, menções à disputa pelo mercado consumidor da Argentina por duas empresas de arroz de origem italiana, *Galo* e *Cão*. Esta disputa prejudicava o comércio rio-grandense. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 de junho de 1926. p.5 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

¹⁷³ Ata de fundação do Sindicato Arroteiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arroteiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

Interpretação e construção da crise pelos agentes

O ano de 1926 foi o de maior mobilização dos produtores de arroz no Rio Grande do Sul. Os meses de junho e julho, fase de criação do sindicato, deixaram muitas informações sobre a atuação dos agentes do setor, especialmente pela grande quantidade de reportagens e entrevistas publicadas em jornais do estado. Esses dois meses representaram o auge das reivindicações postuladas pelo setor.

A seguir, analisarei como e porque a restrição dos mercados e a queda dos preços em 1926 foi sentida e enunciada como uma crise da economia arroseira. Para isso, tomarei como fonte principal uma série de reportagens veiculadas pelo jornal *Correio do Povo*, editado em Porto Alegre. As reportagens foram feitas entre os dias 23 de maio e 19 de junho e consistiram de entrevistas com pessoas ligadas à rizicultura, fossem elas produtores ou comerciantes no ramo, que buscavam fazer uma avaliação da situação da produção e do mercado do produto, bem como sobre a natureza e o impacto da crise. (Ver anexos I e II)

Como já indicamos, a situação da rizicultura tornava-se preocupante devido à crescente instabilidade do mercado de arroz. Apesar disso, o que ficou conhecido pelos jornais como uma crise econômica da economia arroseira deve ser estudado com alguma cautela para não referendarmos automaticamente o enunciado dos agentes da época, com interesses ligados diretamente ao futuro do ramo. Munidos de uma avaliação sobre a profundidade dos problemas que afetavam a rizicultura rio-grandense historicamente, podemos analisar a noção de “crise” com alguma cautela. Curioso é, todavia, que todos os historiadores que trataram do assunto simplesmente repetiram acriticamente o que era estampado nos jornais.¹⁷⁴

Os problemas que afetavam o setor arroseiro rio-grandense eram de natureza conjuntural, de uma parte, mas também eram fruto das deficiências históricas de uma inserção contraditória no quadro nacional. Questões como a ausência de mecanismos de crédito agrícola, deficiência nas linhas de transporte, forma de produção predominantemente extensiva,¹⁷⁵ a ausência de quadros técnicos no ramo, tudo isso

¹⁷⁴ Todos os autores referem-se à crise arroseira sem uma maior preocupação em analisá-la. FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.*; BESCOW, Paulo. *Op. Cit.* Joseph Love, por exemplo, é direto e sintético quanto trata do assunto: “As plantações de arroz continuaram a expandir-se rapidamente ao longo dos anos 20, até o ponto em que a superprodução levou à queda dos preços; daí por diante, fez-se um esforço para controlar a oferta.” LOVE, Joseph. *Op. Cit.* p.136.

¹⁷⁵ Sobre o caráter extensivo da produção, Novello di Novello diz: “Com a direção que até aqui se tem dado no Rio Grande do Sul, não poderia a cultura do arroz continuar, porque, pela sua natureza e suas

certamente afetou o desempenho da economia agrícola ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a dificuldade em influenciar a política econômica nacional, como veremos no próximo item, diminuía as margens de manobra dos agentes preocupados em retomar as margens de lucro dos seus empreendimentos.

A amostra de reportagens analisada é composta de 9 entrevistas com diferentes indivíduos, dos quais 5 são mencionados o nome, e outros 4 permanecem anônimos. Nesse último caso, um deles é identificado como “plantador”, o segundo como “exportador”, outro como um conjunto de “exportadores” e, finalmente, “um dos maiores plantadores e exportadores” de arroz. A relação dos nomes, ocupação, município de origem e relação com o Sindicato Arrozeiro de cada um dos entrevistados pelo *Correio do Povo* está sintetizada no Anexo I.

Do ponto de vista da interpretação da situação, a avaliação dos entrevistados seguia a seguinte tendência, conforme os diversos aspectos envolvidos (vide Anexo II): dos 9 indivíduos, 3 consideravam explicitamente a conjuntura como uma “crise de superprodução”, 4 tendiam a essa mesma leitura e apenas 2 discordavam da idéia de superprodução na rizicultura. 2 avaliavam que se tratava de uma crise geral da agropecuária gaúcha, e 1 defendia que a situação difícil era particular aos arrozeiros, não sendo comparável a outros ramos econômicos. Quanto aos fatores que compunham a “crise”, o mais mencionado era a escassez de crédito aos produtores, depois a concorrência com outros estados, seguidos da concorrência estrangeira e dos altos custos de produção e transporte até o produto chegar ao consumidor. Alguns poucos ainda citaram o excessivo otimismo em 1925 como potencializador das adversidades, a política de importação do arroz estrangeiro e a especulação dos comerciantes.

Quer dizer, o foco da interpretação recaía sobre os mecanismos de financiamento e de mercado, ficando em segundo plano a esfera da produção e da política governamental como elementos diretamente vinculados à crise. Por outro lado,

exigências, não deve essa cultura ser extensiva, embora o terreno represente aí um valor diminuto. (...) Até agora, com raras exceções, não tem sido aplicada convenientemente nos arrozais do Rio Grande a adubação racional. O rizicultor tem confiado demais na fertilidade natural dos terrenos, sem se lembrar que a cultura do arroz é extremamente exigente, e que a submersão prolongada debilita o terreno e dificulta a elaboração dos elementos fertilizantes contidos nas terras. Esta dificuldade tem sido observada pelos rizicultores rio-grandenses, verificando eles que depois de dois a três anos os seus arrozais, em geral, começam a produzir pouco.” Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Propaganda Agrícola do delegado executivo da produção nacional. *Cultura do arroz no Rio Grande do Sul, pelo professor dr. Novello de Novelli*. Rio de Janeiro: papelaria Mendes, 1918. p.10-21. (Biblioteca Nacional I – 342, 5, 23, n.9)

foi muito pouco observado nas entrevistas o corte de classe que os interesses do comércio representavam em relação aos interesses dos produtores.

De partida, vale a pena questionarmos a própria noção de crise emitida pelos agentes, para colocar a discussão num patamar realista e captar a intenção por detrás dos discursos. Partindo do parâmetro central que pautaram as discussões sobre a “crise arrozeira”, os preços de exportação, vemos que ao longo da década de 1920 os anos em que houve os valor médios mais baixos foram de 1921 a 1923 , e não 1926 como a bibliografia implicitamente sugere ao referendar o discurso dos agentes da época (Tabela III).

TABELA III
Preço médio do arroz exportado pelo Rio Grande do Sul – 1920-1930
(Cr\$ / Ton)

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Cr\$/Ton	350	240	240	300	360	380	301	300	350	330	330

FONTE: AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* Anexo 2.

Ora, percebemos que, levando em conta unicamente o preço médio, os anos de 1921 a 1923 foram muito mais críticos para os produtores locais do que 1926. Na verdade, o que parece ter determinado a intensidade na sensação de crise foi o forte contraste entre a alta de preços de 1925 e a sua queda no ano seguinte. Ademais, conforme aponta a repercussão nos jornais, o ano de 1926 iniciou muito mal com o preço do arroz bastante depreciado, havendo uma melhora depois do mês de junho que contrabalançou as perdas iniciais. As dificuldades para a colocação do artigo no mercado platino depois de 1924 também devem ter reforçado a insegurança quantos aos rumos do setor.

Para compreender melhor a visão dos agentes, vejamos como os entrevistados se referem à *crise arrozeira*. Escolhi algumas passagens que parecem mais esclarecedoras para perceber as interpretações formuladas na época. O foco dessa análise é qualitativo.

Houve duas interpretações gerais da crise: uma que afirmava ser uma crise de superprodução e outra que negava essa natureza, dando ênfase para fatores conjunturais ou para uma sucessão de eventos negativos.

Ernesto Goetz, diretor da Granja Carola localizada no município de Guaíba, próximo à capital, observava que

A crise, no entanto, não é tão desesperadora, como se faz por aí, mas é de difícil solução, pela falta de mercados consumidores e pela superprodução em outros pontos do país. Em vista dos preços exorbitantes a que chegaram os arrozes de vários tipos, no ano passado estimulou-se por tal forma a cultura desta gramínea que plantou-se arroz do Amazonas ao Chuí.¹⁷⁶

Quando perguntado se percebia alguma melhora do comércio nos últimos dias, o empresário respondeu:

- Sim, (...) De alguns dias para cá tem havido alguma saída de arroz, coisa que não se registrava há semanas, pois o mercado deste produto chegou a estar completamente paralisado. E tais são as perspectivas de melhoras, que o arroz já chegou a elevar-se de 4\$ a 5\$, por saco.¹⁷⁷

A colocação do entrevistado é reveladora de alguns detalhes importantes da situação do comércio arrozeiro. Primeiro que a maior depreciação dos preços ocorrera em maio e início de junho, como denotam as reclamações dos produtores em diferentes regiões do estado nesse período. Segundo que, apesar de perceber o fato como uma crise de superprodução, Goetz ressalta que a situação não parecia tão grave como vinha sendo propalado em alguns meios.

Por outro lado, Ernesto Goetz procurava minimizar os diferentes interesses em jogo, principalmente os que opunham os produtores e os intermediários comerciais. Assim, a saída da “crise” deveria passar pela ampliação dos negócios em escala geral, sem questionar a assimetria da relação entre as diferentes frações de classe envolvidas no ramo.

Tanto exportadores como intermediários são necessários aos plantadores. Nós não podemos exportar, por vários motivos, visto que aqueles já têm um serviço organizado e representantes em todas as praças nacionais e estrangeiras, as quais os informam seguidamente das condições dos mercados. Com o concurso dos exportadores e dos intermediários os negócios poderão ainda se avolumar, pois está no seu interesse colocar maior quantidade do produto, nesta ou naquela praça.

¹⁷⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 16 de junho de 1926. p.8. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

¹⁷⁷ *Idem*.

Os principais pontos no que tange às causas da crise arroseira elencadas pelo entrevistado eram a ausência de crédito para os produtores, o excesso de otimismo no ano anterior quando ocorrera uma alta anormal dos preços, a dificuldade de colocação no mercado platino e a superprodução em todo o país. O entrevistado chega a afirmar que “podemos chegar à conclusão de que é mundial a crise porque se está atravessando” minimizando, por consequência, os fatores específicos que afetavam o setor.¹⁷⁸ Assim, ele ainda acrescenta que outros ramos da economia regional eram também afetados pela queda dos preços, pois “A banha, o feijão, a farinha de mandioca, os produtos pecuários em geral, também estão depreciadíssimos”.¹⁷⁹

Uma leitura muito próxima dessa aparece numa entrevista feita com “um dos maiores plantadores e exportadores de arroz”, cujo nome não é mencionado. Segundo o jornal *Correio do Povo*, o indivíduo em questão afirmava não estar participando do Sindicato, solicitando, sem um motivo declarado, não ter o seu nome divulgado. Na sua visão,

A crise que por aí se malsina tanto, não atinge somente o arroz. Pode-se dizer que, em geral, todos os produtos estão sensivelmente desvalorizados. Entretanto, os lavradores de outras culturas não fazem tanto ruído, como os arroseiros, pois, se estes se encontram na situação conhecida, é porque foram algo imprudentes. Tendo obtido, no ano passado, preços elevados que, às vezes, ultrapassaram os 30\$000 de arroz com casca, esperavam eles, por isso, colher os mesmo resultados.¹⁸⁰

Agregado a isso, o entrevistado ainda acrescenta que os grandes problemas que estrangulavam o setor arroseiro eram a falta de crédito aos produtores, a “improvidência” dos produtores no ano anterior, impressionados com o alto preço e os altos salários dado aos operários da lavoura, o que afetava o custo de produção do artigo.

Sem dúvida, a questão da falta de crédito disponível aos produtores foi um dos aspectos mais destacados nas falas dos entrevistados. O problema certamente remetia aos problemas por que passavam os bancos regionais no final da Primeira República:

A entrada da década de 20 trazia consigo, novamente, as dificuldades financeiras geradas pela oscilação acentuada entre superabundância e falta de numerário no complexo bancário regional. Uma estabilização

¹⁷⁸ *Idem.*

¹⁷⁹ *Idem.*

¹⁸⁰ *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, 17 de junho de 1926. p. 8. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

maior foi obtida com a criação, em anexo ao Banco do Brasil, da carteira de redescontos, a qual serviria de garantia aos bancos, permitindo-lhes colocar em circulação quantias que de outra forma teriam de reter em caixa.

Por outro lado, crescem as dificuldades na economia regional, agitada também pelos movimentos revolucionários de 1923 e de 1924, este com origem em São Paulo, com reflexos imediatos sobre os níveis de inadimplência registrados em relação aos compromissos assumidos junto aos bancos.¹⁸¹

Em 1926 também o Brasil viveria uma recessão nas suas casas bancárias que acabou atingindo o Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.¹⁸² A situação só melhoraria com a posse do governo Washington Luis e a política de empréstimos do Banco do Brasil. Por outro lado, desde 1923 havia formalmente a possibilidade de acessar-se o crédito hipotecário através do Banco do Brasil, mas a iniciativa não saiu do papel.¹⁸³ Os problemas financeiros e a política pós-guerra levada a cabo pelo governo Artur Bernardes (1922-1926) acarretaria o enxugamento do meio circulante entre os anos de 1923 e 1926, o que deve ter potencializado a sensação de ausência do crédito entre os produtores dos estados de segunda ordem no cenário nacional.¹⁸⁴

A pequena disponibilidade de crédito agrícola foi um problema permanente nesse período. No âmbito regional, a iniciativa que indica o início de uma solução estrutural para o problema deu-se somente em 1928 com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, voltado para o financiamento das atividades agro-pecuárias e industriais.

É importante notar que de cada interpretação sairia um encaminhamento quanto aos rumos mais adequados que um possível plano de valorização assumiria no futuro próximo. Das diferentes interpretações veiculadas emanariam as pressões sobre o papel dos empresários do setor, o contraste com os demais setores agro-pecuários regionais que também passavam por dificuldades no mesmo período e, note-se, a atuação do governo para sanar os problemas. Assim, subjacente ao discurso econômico escondia-se uma série de encaminhamentos que colocavam em primeiro plano a construção do consenso em torno das soluções propostas e as disputas pela direção do Sindicato Arrozeiro e pela hegemonia regional, como veremos. Nesse caso, o político encontrava-se imiscuído ao econômico.

¹⁸¹ LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.35.

¹⁸² NEUHAUS, Paulo. *História monetária do Brasil. 1900-1945*. Rio de Janeiro: IBMEC, 19275. p.79

¹⁸³ TOPIK, Steven. *Op. Cit.* p. 59.

¹⁸⁴ *Idem.* p.62.

Nesse sentido, a tônica colocada na falta responsabilidade dos agricultores no momento de bonança vivido em 1925 pressupunha uma crítica às próprias reivindicações levantadas pelo grupo arroseiro ou, pelo menos, o direito de outros ramos de reivindicarem medidas de defesa. Daí, para alguns, desdobrava-se a descrença em alternativas de curto prazo e na eficiência da ação do Sindicato recém surgido:

Não vejo remédio nenhum, no momento, que possa sanar o mal. Havendo várias causas que influem na atual situação, não melhorarão os preços de um momento para o outro.

(...)

Sobre a ação do Sindicato, não sei qual será ela, pois ignoro os elementos com que ele contará para ir em socorro dos plantadores. Do que ele fizer se saberá no futuro, pois organizações daquela natureza não podem proporcionar soluções de um momento para o outro.¹⁸⁵

A tese de que a crise do arroz não estava restrita a ele, sendo antes uma crise geral, foi rapidamente contestada por outros indivíduos que se envolviam no debate. Carlos Salin, sócio das firmas *Carlos Salim & Cia* e *Salim & Begnis*, em Rio Pardo, respondia à comparação da situação arroseira frente aos outros ramos agrícolas nos seguintes termos:

Há alguns dias, li algumas notícias sobre a cultura do feijão e outros cereais, comparadas com a cultura do arroz. A diferença do feijão para o arroz é como do dia para a noite. Todos devem saber que o feijão é plantado pelos colonos, em pequena escala, com despesas diminutas, devido ao trabalho ser feito por eles próprios, o que não acontece com a cultura do arroz, que necessita de grandes capitais para o início das lavouras.¹⁸⁶

É explícito o conteúdo de classe do comentário anterior. Como vimos no capítulo I, a rizicultura teve a capacidade de projetar um grupo restrito de agentes com um potencial amplo para gerir verticalmente os recursos do setor, pelo controle dos engenhos, das rotas comerciais internas, da regulação crédito e dos preços aos pequenos produtores, tornando-se conscientes do seu próprio papel na economia regional. Daí que a diferenciação com os colonos e pequenos proprietários se colocava com maior evidência.

A conseqüência dessa forma de pensar é que o Sindicato em construção surge como afirmação de força no cenário regional, e reivindicação de privilégio frente ao

¹⁸⁵ *Idem.*

¹⁸⁶ *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de junho de 1926. p.6. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

restante da realidade agrária local, em claro contraste com a descrença demonstrada pelo entrevistado anterior:

O Sindicato é uma necessidade. É a única salvação das lavouras. Com o Sindicato organizado em todos os seus elementos, teremos todo o apoio da parte do governo do estado e de algumas firmas desta praça, com também dos bancos, que tomarão outras atitudes, porque, sem o Sindicato, não existe confiança.¹⁸⁷

Havia uma questão de fundo balizadora dos discursos que não pode deixar de ser percebida: a criação do Sindicato Arrozeiro vinha precedida da criação discursiva da sua necessidade. Esse é um elemento fundamental para compreendermos como e porque a necessidade histórica não se resume aos fatores objetivos, principalmente aqueles de cunho econômico. E isso apesar dos discursos permanecerem centrados, em sua maioria, em argumentos econômicos, como preço, custos e tarifas, como é o caso. Entre as pressões materiais (econômicas), a interpretação da situação e a proposição de soluções para os problemas há um fio condutor que só é percebido separando-se metodologicamente esses momentos do processo, mas que historicamente compõe uma unidade. Daí por que o sentido da determinação não se perde e não se reduz a um determinismo, já que a determinação, nas palavras de Raymond Williams é a “imposição de limites e o exercício de pressões”.¹⁸⁸ Daí por que também o fundo ideológico embutido nos discursos, como a matriz liberal, intervencionista, ou a argumentação ruralista, não se preza apenas à “ocultação” ou “distorção” do real, mas é imbuído de positividade, é um fator motivador das ações que são tomadas. Assim, a interpretação da natureza da “crise” teria conseqüências diretas na forma de conceber a necessidade e a eficiência da organização em sindicato.

Houve uma terceira forma de conceber a crise que contrasta com as duas até aqui apresentadas. A tônica dessa vertente buscava contemplar os agentes desvinculados do circuito comercial e crédito próprio dos beneficiadores ligados aos engenhos, quer dizer, partia da visão dos agricultores propriamente ditos.¹⁸⁹

Francisco de Paula Teixeira, rizicultor no município de Pelotas, teve sua entrevista publicada no dia 23 de maio, ou seja, foi o primeiro contemplado na série de

¹⁸⁷ *Idem.*

¹⁸⁸ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

¹⁸⁹ No caso da economia cafeeira, costuma designar-se a este setor restrito à produção agrícola de “lavoura”. Parece-me que a aproximação é pertinente, já que este grupo representava uma fração de classe diferente daqueles indivíduos que detinham uma maior diversidade de investimentos e controlavam o circuito produtivo verticalmente. Ver SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

entrevistas realizada pelo jornal *Correio do Povo*. No que tange ao crédito e ao problema do mercado nacional, os argumentos levantados não diferenciavam muito daqueles já citados nas outras entrevistas. O que particulariza a sua avaliação é a ênfase posta no problema da seca que afetava os agricultores e na deficiência dos transportes locais. Ao ser questionado sobre o papel que tinham as firmas comerciais com capacidade de adiantar o crédito aos produtores, Teixeira afirmava:

Dispense-me, porém, de entrar em explicações como são feitas semelhantes transações. Procure verificar nos cartórios a forma liberalíssima porque o dinheiro é fornecido. Será mais eloqüente e com a vantagem de não obrigar a tocar em um assunto escabroso, em que favorecido é quem tragicamente sucumbe. Publiquem uma certidão no gênero e verão como o dinheiro capitalista produz frutos abençoados, como a lavoura só frutifica para os senhores do capital.¹⁹⁰

Clara ironia com a especulação dos comerciantes e dos financiadores sobre os agricultores. O entrevistado ainda acrescentava que o grande problema que afligia o mercado de arroz local era a falta de concorrência no âmbito das casas exportadoras que revendiam para o consumidor a altos preços, bloqueando a eficiência dos mecanismos de mercado na regulação da razão lucro / custo de produção. Uma correta política de crédito, na opinião de Teixeira, seria o corretivo ideal para este desequilíbrio:

Explicou o dr. Teixeira que o ano passado o produto obteve preços compensadores, subindo até quarenta e cinco mil réis, com casca; como, até agora, os compradores não tem sofrido concorrência na safra presente, porque não há negócios entabulados, aproveitam o ensejo duma ótima liquidação, o que, em linguagem sancionada pelo uso e abuso, é simplesmente comercial. Creio que aí é o “dodóe” da questão. Se os nossos dirigentes criassem um estabelecimento de crédito para os agricultores poderem ter dinheiro, com garantia de parte de sua colheita, teríamos, a esta hora, o mercado abarrotado. Quem tivesse arroz da safra passada tinha de vendê-lo ao preço da presente. Dirão que, neste caso, a mercadoria seria vendida a baixo preço, visto a facilidade da entrada do produto no mercado. Haveria uma grande queda, mas, justamente, se ofereceria uma vantagem: o juro do capital fornecido não constituiria uma extorsão, e o produto, favorecido desta maneira, favoreceria, igualmente, o consumidor.¹⁹¹

A ênfase dada pelos diferentes agentes na questão do crédito parece confirmar a disseminação das demandas do movimento ruralista em diferentes regiões do país. Como notou Sonia Regina de Mendonça, a afirmação recorrente da crise do agro e a

¹⁹⁰ Jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23 de maio de 1926. p.6. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

¹⁹¹ *Idem*.

defesa do crédito agrícola eram, dentre outros, alguns recursos discursivos empregados pela ideologia veiculada pelas classes dominantes rurais na Primeira República para reforçar sua hegemonia em escala nacional.¹⁹² Como veremos no último capítulo, a reivindicação pelo crédito agrícola também era uma constante entre os grupos de charqueadores e pecuaristas rio-grandenses, apesar do seu conteúdo concreto motivado pelas dificuldades por que passava o setor financeiro regional.

Por outro lado, o problema da intermediação comercial, tão enfatizada por Francisco de Paula Teixeira, surge como um fator de grande vulto, embora pouco abordado nas demais entrevistas. A percepção estava fundamentada na evidente assimetria de poder econômico que existia entre os agentes comerciais e financeiros e aqueles restritos à órbita da produção. Essa questão, não entando, não se restringia ao mercado de arroz nacional. Segundo Francisco Teixeira da Silva e Maria Yedda Linhares, em anos anteriores o mesmo também ocorrera em outras partes do país, uma vez que “Em todos os documentos analisados surgem amplas queixas e acusações contra os trusts como fator principal do encarecimento dos gêneros de primeira necessidade”, evidenciando a natureza especulativa do capital comercial no Brasil republicano.¹⁹³ Renato Perissinoto também diagnosticou o mesmo problema sobre a situação da economia nacional:

Consultando a bibliografia sobre a atividade produtiva de outros estados do país [que não São Paulo, objeto do autor], pudemos perceber que em todos eles vigorava a produção agrária. Mais ainda, em todos eles vigorava uma produção agrária subordinada a um capital mercantil. Essa relação de dominação entre o capital produtivo agrário e o capital comercial se deu em todo o país, em todas as regiões economicamente ativas, voltadas ou não para a exportação.¹⁹⁴

Como consequência dessa disjunção, a leitura/construção da crise, frente aos interesses nem sempre convergentes aparecia como elemento central para a aqueles que buscavam conformar uma unidade mínima em torno do Sindicato Arrozeiro e das respectivas ações de defesa que seriam encaminhadas. Caso contrário, tanto a legitimidade do Sindicato quanto a sua eficiência prática poderiam ser ameaçadas.

Percebendo isso é que Gastão Englert, grande comerciante de Porto Alegre ligado ao circuito de venda de artigos agrícolas, entrevistou e coordenou decisivamente a

¹⁹² MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁹³ LINHARES, Maria & SILVA, Francisco. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri Edições, 1979. p. 42.

¹⁹⁴ PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994. p. 227.

reunião de fundação do Sindicato Arrozeiro no dia 12 de junho de 1926. Na ocasião Englert assumiu a direção da reunião em nome de Alberto Bins, Presidente da Associação Comercial e Vice-Intendente de Porto Alegre, que se encontrava doente e impossibilitado de participar do evento. Na sua exposição dos problemas, Englert ressaltou que

Notam-se por toda a parte o interesse e ansiedade pela formação de uma entidade que proteja e ampare a lavoura. Neste sentido há completa união de vistas. Também não existem dúvidas de que o único meio de se conseguir um resultado prático, é a cooperação conjunta e o amparo mútuo. Congregar todas as forças, para uma ação refletida e sistemática conseguir a moralização do mercado e com ela a valorização razoável do produto, para evitar o completo aniquilamento de uma das grandes fontes de riqueza do Estado. O produtor precisa obter um preço que pague o seu trabalho, que é, sem dúvida, um dos mais pesados e mais prejudicados à saúde. Para encontrar uma saída desta situação aflitiva é necessário conhecerem-se os motivos que a determinaram. Estes são de natureza diversa, tais como a situação dos negócios em geral, a crise financeira, o nosso câmbio e muitos outros fatores de ordem econômica. Mas, uma das principais razões para a desmoralização em que se encontra o negócio do arroz nesta praça também está na falta de organização entre os produtores. Não é a exploração dos intermediários, exportadores ou vendedores que provoca este estado de coisas. Também eles são seriamente prejudicados com esta falta de estabilidade. Perdendo toda a confiança no mercado, retraem-se, aguardando que os negócios se normalizem para não perderem em cada lote que compram.¹⁹⁵

A ênfase agora seria colocada no mercado, como elemento abstrato e impessoal separado dos agentes locais. A unidade de ação e propósitos, por isso mesmo, tornar-se-ia fundamental. Divergências de interesses econômicos e de posicionamentos políticos seriam “exorcizadas” no discurso dos líderes que se lançavam à frente do empreendimento associativo.

A tentativa de nacionalizar o debate da “crise” e a defesa da rizicultura

A possibilidade de nacionalizar o debate sobre a “crise arrozeira” e as suas reivindicações de defesa estavam limitadas pelo papel subsidiário que a rizicultura desempenhava no quadro econômico nacional e pelo contexto político particular da década de 1920. Nesse período, paralelamente aos problemas econômicos crescentes, acirraram-se as contradições entre as diversas classes sociais, fossem as tradicionais

¹⁹⁵ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 13 de junho de 1926. p.16. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

classes rurais e as novas classes urbanas, fossem frações dominantes regionais da oligarquia no interior do modelo agro-exportador então vigente.

Foi no início daquela década que as manifestações das dissidências regionais ganharam corpo no interior da federação. A eleição de Artur Bernardes, em 1922, apoiado pelas bancadas de Minas e São Paulo, e a resposta dos estados de segunda ordem, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco na Reação Republicana apontavam para o perigo de uma ruptura das soluções negociadas entre as diferentes oligarquias.¹⁹⁶ Artur Bernardes sairia vitorioso do pleito contra Nilo Peçanha, mas com bases estreitas para governar, tendo que recorrer ao estado de sítio no intuito de garantir a ordem. O seu mandato foi um dos mais instáveis do período, com o enfrentamento das rebeliões tenentistas, da Coluna Prestes, a politização da classe operária, a fundação do Partido Comunista do Brasil e as reivindicações das novas camadas urbanas. A resposta do governo de Bernardes foi o acréscimo do poder central, o aumento da repressão ao movimento operário e as intervenções nos estados.¹⁹⁷

Um fator agravante para a situação do último decênio da República Velha foi a intensificação dos conflitos intra-oligárquicos dentro dos estados. No Rio de Janeiro a derrota de Nilo Peçanha na eleição de 1922 levou à retaliação do governo federal com a intervenção e o apoio aos seus adversários.¹⁹⁸ No Rio Grande do Sul a contestação do governo de Borges de Medeiros foi conseqüência da sua reeleição para o quinto mandato, quando o governador venceu seu opositor, Francisco de Assis Brasil, um dos republicanos históricos do estado.¹⁹⁹ Em 1923 o Rio Grande do Sul foi polarizado pelo conflito armado que opôs as oligarquias rivais, sob ameaça de intervenção federal. A pacificação só foi obtida mediante concessões de ambas as partes juntamente com a mediação do poder central, desembocando na reforma da Constituição estadual de inspiração positivista. Os conflitos intra-oligárquicos e a desordem nos estados eram

¹⁹⁶ Para uma análise da Reação Republicana ver FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, nº11, 1993, pp.9-23.

¹⁹⁷ Sobre o contexto em questão ver FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama C. de Sá. *Op. Cit.*; VIZENTINI, Paulo. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1992. Sobre a repressão ao movimento operário durante o governo Bernardes consultar SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário/Achiamé, 2002.

¹⁹⁸ KORNIS, Monica. A nova situação fluminense. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989. pp.275-292.

¹⁹⁹ ANTONACCI, Maria. *RS: As oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

sinais do desmoronamento da arquitetura político-institucional construída no início do século com a “política dos governadores”.²⁰⁰

O governo de Washington Luis, eleito em 1926, caracterizou-se por um clima de maior consenso em relação ao mandato de Bernardes. A situação parecia voltar à normalidade com o reatamento dos compromissos rompidos em 1922. A escolha de um candidato único que contemplava a maioria dos entes federados expressava esta nova situação. Sob a nova gestão os problemas anteriores, especialmente com a retomada do crescimento econômico e com a recomposição do bloco dominante que englobava os grupos locais, foram aparentemente atenuados. O presidente não se descuidou, porém, de fortalecer os mecanismos que garantiam o comando do poder central. Assim, em 1926 o Congresso aprovou uma reforma constitucional que significou uma maior centralização do poder da União frente às forças centrífugas estaduais, diminuindo os entraves existentes para as intervenções e o estado de sítio.

É sugestivo que a Superintendência de Abastecimento tenha sido abolida no início do mandato de Washington Luis, em dezembro de 1926, ou seja, apenas um mês após a sua posse oficial. Como afirmamos anteriormente, o seu governo caracterizou-se pela recomposição das alianças com os estados de segunda ordem, que melhor representavam as frações dominadas da burguesia agrária. Embora não tenhamos evidências empíricas diretas para provar esse vínculo, a extinção da Superintendência supõe que houve a concessão de demandas aos setores não hegemônicos por parte do grupo dirigente nacional a partir do favorecimento da colocação da produção regional no mercado interno, com a flexibilização do controle dos preços.

As pressões sobre a política de regulação do abastecimento foram constantes e a sua extinção parece representar o ápice do poder de barganha das frações dominadas da classe dominante, poderia atingir.²⁰¹ Por ser a sua maior vitória, no entanto, revelava a sua fraqueza em impor condições ao complexo agro-exportador hegemônico.

²⁰⁰ Sobre a dinâmica política da República Velha ver SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político-partidário na Primeira República. IN: MOTA, Carlos (org.). *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. Segundo a autora, “No sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao presidente da República, sem o qual este não subsistiria no poder.” *Idem*, p.185.

²⁰¹ O termo “frações dominadas da classe dominante” foi cunhado por Sonia Regina de Mendonça para expressar com precisão o caráter dominante mas subalterno das frações ligadas aos ramos econômicos não vinculados diretamente à economia de exportação. MENDONÇA, Sonia R. de. *Op. Cit.*

Em 1920 Ildefonso Simões Lopes, ministro da agricultura, apontava os problemas que a política de regulação do abastecimento estava trazendo para a construção do consenso nacional. Segundo ele

Extinto o Commissariado da Alimentação Pública, entendeu o governo dever ficar armado de poderes, de modo a impedir a elevação exagerada dos preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, determinadas por motivos decorrentes das condições do momento, a fim de prevenir possível mal estar das classes menos abastadas e conseqüentes perturbações da ordem pública. (...)

Foi, assim, instituída a Superintendência do Abastecimento, aparelho incumbido de executar medidas que, para o fim aludido, fossem ordenadas pelo Ministro da Agricultura. (...)

É urgente que o país volva ao regime da plena liberdade comercial, base do desenvolvimento da riqueza pública e particular; mas não é possível abandonar as classes menos abastadas a possíveis explorações, que elevam artificialmente os preços de gêneros de consumo forçado. (...)

Ao mesmo tempo, ao governo de vários estados o Ministro da Agricultura ouviu, relativamente à aplicação das medidas contidas na mencionada lei e somente estabeleceu o regime de tabelas nos estados que entenderam convenientemente essa providência.

Correram os tempos, e depois levantaram grande celeuma contra as tabelas, mesmo por parte de certos matutinos, que diziam estar a Superintendência forçando o comerciante a adquirir gêneros, nos centros produtores, para vendê-los com prejuízo certo no Rio de Janeiro, onde estão tabelados por preços inferiores ao de custo.²⁰²

A especulação sobre o alcance e os procedimentos seguidos pela Superintendência seriam permanentes, tornando a crítica ao órgão a principal ferramenta de acesso à política econômica federal.

Em 1926, no bojo da construção discursiva da “crise arrozeira” o temor de que a política de abastecimento do Governo Federal afetasse a rizicultura gaúcha permanecia. É o que sugere a correspondência entre o Cel. Pedro Osório, líder do PRR no município, com o seu conterrâneo Ildefonso Simões Lopes, então Deputado Federal, sobre a situação mencionada no jornal *Diário Popular*, de Pelotas, no dia 4 de junho:

O sr. Coronel Pedro Osório, nosso acatado chefe, a propósito da propalada proibição da exportação para o estrangeiro de cereais como arroz, milho, etc. recebeu do devotado deputado federal, nosso prezado amigo sr. Dr. Ildefonso Simões Lopes, o seguinte telegrama: Rio, 29 – “O ministro acaba de me dizer que a notícia é infundada, pois não há proibição de exportação de gêneros. Abraços – Ildefonso”.

²⁰² BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes*. Rio de Janeiro: Papelaria e typ. Villas-boas & cia, 1920. P.383-384 (Fundação Casa de Ruy Barbosa, Coleção RB / B-8 8-1)

O tom de outro documento, dessa vez endereçado ao presidente da República e transcrito pelo *Jornal do Comércio* na seção das “Publicações a Pedido”, é bastante agressivo. Segundo o texto, publicado em 25 de junho de 1926 e intitulado “O caso do arroz - Com vistas ao chefe da nação”, a Superintendência da Alimentação, criada com o objetivo de atenuar os efeitos da carestia de vida da população urbana pobre, resolveu realizar uma compra de 50.000 sacos de arroz de um só comerciante, num momento de queda de preços, agravando a situação da concorrência. Ainda acusava-se a Superintendência de ter-se desviado de sua função inicial, pois ela

Ficou sendo, assim, um caso de negócios, montada, sem pagar multas nem impostos com o firme propósito de fazer mal a quem as paga – o comércio.

As razões de revolução e outras desapareceram, mas o negócio da Superintendência ficou montado e com a freguesia certa e obrigatória. O feirante é obrigado a comprar a ela, senão vai para a lista negra.

Falhando o negócio do arroz estrangeiro, entra a Superintendência para manter a clientela, no nacional, nada menos de 50.000 sacos.

Compra tão alta em uma só mão trás o desequilíbrio do mercado. Mas tendo a Superintendência o tesouro às ordens faz a alta ou baixa sem riscos ou concorrência.²⁰³

Infelizmente o documento em questão é assinado genericamente por “O Comércio e a Indústria”, de maneira que não podemos identificar o vínculo das críticas ao Sindicato Arrozeiro ou algum agrupamento de interesse conhecido. Todavia, a menção a uma próxima reunião dos arrozeiros em Porto Alegre, marcada para o dia 28 de junho, denota um conhecimento das articulações em curso no Rio Grande do Sul e indica um possível vínculo entre as iniciativas. A crítica emitida é muito similar àquela encetada pelos charqueadores quando da criação do Comissariado da Alimentação, em 1918:

Tão amplas são as atribuições do ‘Comissariado’ que, sem medo de exageros, pode-se dizer que temos agora um Estado dentro de outro Estado... O ‘Comissariado’ com a ilimitada ação que lhe foi conferida, aberra das nossas instituições, pois atenta contra a propriedade, visto que lhe deram faculdade de requisições, de regulamentação do comércio, de desapropriações e um sem-número de poderes...²⁰⁴

²⁰³ *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1926. p.8 (Biblioteca Nacional – periódicos – PRC = SPR 01)

²⁰⁴ PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: Charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. *Op. Cit.* p.162.

A postura dos charqueadores sugere que havia uma posição comum dos diferentes produtores gaúchos frente à tentativa de regulação do comércio interno brasileiro.

Como dissemos, a Superintendência seria desmontada pelo presidente Washington Luis, sugerindo a intenção de dialogar com os grupos dominantes dispersos pelo país e afetados pelas restrições postas no mercado interno brasileiro. Mais uma vez o político e o econômico aparecem conjugados. O fim da Superintendência de Abastecimento representa a vitória das frações regionais da classe dominante que tinham seus lucros ligados ao mercado nacional. Tal caso, no entanto, não deixa de ser fruto do exercício de hegemonia da burguesia cafeeira já que, nas palavras de Gramsci

O ato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa²⁰⁵

O próprio presidente Washington Luis tinha razoável conhecimento da questão que afetava a produção de arroz no Rio Grande do Sul. Logo após ser eleito, ele visitou o Rio Grande do Sul com o objetivo de buscar apoio do Partido Republicano Rio-Grandense para o seu governo. Na ocasião o presidente recém-eleito participou de várias atividades oficiais organizadas pelo governo local e visitou algumas indústrias e fazendas. Washington Luis almoçou com o governador e com outros membros do governo na Granja Progresso, propriedade do major Alberto Bins, localizada nos arredores de Porto Alegre. Na ocasião, Alberto Bins teve a oportunidade de mostrar a Washington Luis os modernos métodos agrícolas que empregava na sua estância, que incluía a sua cantina de vinhos, os equipamentos agrícolas, as instalações de lida do gado e os arrozais irrigados.²⁰⁶ Mais tarde, o comerciante Gastão Englert comentaria que Alberto Bins havia conversado com Washington Luis pedindo apoio para a defesa da lavoura rio-grandense.²⁰⁷ Curiosamente, apenas quatro dias após o evento ocorrido na Granja Progresso, transcorreria a reunião de fundação do Sindicato Arrozeiro, na

²⁰⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.48.

²⁰⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de junho de 1926. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

²⁰⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 13 de junho de 1926. p.16. (Arquivo de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

cidade de Porto Alegre, encontro organizado pelo Major Bins, que seria então escolhido presidente da agremiação.²⁰⁸

Esse evento de escala reduzida em relação à política nacional expressa aquilo que Walquíria Rego denominou de “crise de hegemonia” da burguesia cafeeira na década de 1920. As dificuldades crescentes das “frações dominadas da classe dominante” brasileira abriam a possibilidade e levavam à necessidade de estabelecerem-se maiores concessões,

De modo que os últimos governos da República Velha, Arthur Bernardes e Washington Luis, em que pese seu compromisso com os “interesses cafeeiros”, têm suas respectivas administrações pontilhadas por vários atritos com a fração burguesa que representam. Entretanto, estes atritos (...) refletem a necessidade cada vez maior de concessões a que se obrigam os representantes políticos da burguesia cafeeira para poderem compatibilizar os outros “interesses regionais” também presentes a nível do poder de Estado.²⁰⁹

Seria nesse quadro que ocorreria o embate em favor da defesa da rizicultura. Paralelamente ao esforço empreendido em escala estadual, os parlamentares gaúchos tentavam nacionalizar o debate em torno da questão arroseira, apropriando-se de outras demandas quando possível e contrastando corriqueiramente a situação com outras iniciativas pela defesa da produção nacional, como era o caso dos planos de defesa do café.

Na sua crítica às reivindicações levantadas pelo setor têxtil nacional, que também passava por dificuldades econômicas, o Deputado Federal Wenceslau Escobar, que se colocava contra qualquer ajuda direta aos produtores de tecidos, utilizou como medida condicional o auxílio à rizicultura gaúcha, argumentando a importância desse artigo como produto de subsistência:

Como os tecidos, o arroz foi, igualmente, há um ou dois anos, cotado por altos preços, tanto nos mercados externos como nos internos; este fato estimulou o maior desenvolvimento possível no plantio dessa gramínea, comprando-se e arrendando-se terras para esse fim por altos preços e importando-se maquinismos aperfeiçoados, representando avultados capitais.

Caindo agora o preço desse artigo de primeira necessidade a cotações excessivamente baixas, tanto os empreendedores desses

²⁰⁸ Segundo os jornais da época, Alberto Bins não pôde comparecer à referida reunião por motivos de saúde. No seu lugar, Gastão Englert organizou os trabalhos e, sob sua direção, os rizicultores criaram oficialmente o sindicato e elegeram como seu primeiro presidente o major Alberto Bins. *Idem*. p.16.

²⁰⁹ REGO, Walquíria. *Estado e revolução burguesa no Brasil (um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1981. p.271-272.

negócios, como os próprios agricultores desse cereal, se encontram em sérias dificuldades, não podendo satisfazer os compromissos contraídos nas casas bancárias, com o objetivo de realizarem esses negócios. Se, portanto, o governo, pelo fato de atravessar a indústria de tecidos de algodão a crise que se alega, pretende auxiliá-la, então, com maioria de razão, deve auxiliar os plantadores de arroz, visto como se trata de artigo indispensável, mais necessários do que os tecidos de algodão, porque, mal vestido, se vive, mas sem comer é que ninguém vive.²¹⁰

Esta reivindicação, no entanto, já aparecia defasada, visto que no mês de agosto, quando ocorre esse debate, a questão do arroz já estava contida nos marcos da política econômica estadual.

Em cena entraria também o Ministério da Agricultura, tradicional aliado das demandas dos produtores nacionais na luta por mais espaço na política econômica oficial.²¹¹ Em maio de 1926 Luis Simões Lopes,²¹² agrônomo ligado ao gabinete do Ministro, concedia entrevista defendendo o apoio do governo federal à causa da rizicultura.

A ausência absoluta de um espírito de cooperação entre os agricultores e a falta do crédito agrícola são causas de não pequenas dificuldades para esta importante exploração agrícola e que, acreditamos, poderiam ser senão totalmente removidos, pelo menos muito atenuadas pelo Poder Público Federal, a primeira por meio de uma grande propaganda bem conduzida e criação de favores especiais às associações que se fundassem e a segunda pelo aparelhamento do Banco do Brasil com uma carteira de crédito agrícola que, operando sobre as colheitas, defendessem o produtor das especulações baixistas dos intermediários.

A indústria arroseira no nosso estado, pelo valor de sua produção, bem merece ser protegida pelo Poder Público Federal, que tão pródigo tem sido em favores de toda ordem a produtos de outros estados.²¹³

Ora, escrutinando os relatórios do Ministério do Agricultura de 1926 a 1930, no entanto, não aparece uma política especial para o fomento da produção de arroz, além dos tradicional mecanismo de distribuição de sementes selecionadas. A ação em torno do problema arroseiro seria reduzido à sua escala regional.

²¹⁰ Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados, 1926*. v.5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. Sessão de 6 de agosto de 1926. p.197. (Biblioteca da Fundação Casa de Ruy Barbosa)

²¹¹ MENDONÇA, Sonia R. de. *Op. Cit.*

²¹² Recorde-se que Luis Simões Lopes foi um dos primeiros rizicultores de Pelotas, juntamente com seu irmão Ildefonso Simões Lopes.

²¹³ *Diário Popular*. Pelotas, 15 de maio de 1926. p.1.(Biblioteca Pública Pelotense)

Em junho, em entrevista concedida ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, o Coronel Pedro Osório, que viria a ser o Presidente Honorário do Sindicato Arrozeiro, solicitava com veemência:

que o governo do Estado não seja surdo aos altos clamores que levantam; que a indústria arrozeira seja amparada à exemplo da de açúcar, em Pernambuco, e do café, em São Paulo. Em caso contrário, a indústria do arroz de futuro tão prometedor para o Rio Grande fatalmente perecerá, trazendo em consequência o abandono da lavoura e mais a inversão da nossa situação de exportadores desse produto, com real prejuízo para o povo.²¹⁴

A auto-suficiência nacional no abastecimento do arroz é utilizada como argumento para a defesa do setor, uma vez que a falta de amparo e a quebra dos grandes produtores acarretaria um “real prejuízo para o povo”. Não seria essa uma nova versão do nacionalismo econômico nascido em fins do século XIX?

Sonia Regina de Mendonça analisou detalhadamente o enredo discursivo que alimentava a ideologia ruralista segundo o qual a nação caminhava no mesmo rumo que o mundo agrário controlado pelas classes dominantes locais.²¹⁵ A identificação entre nação e interesses específicos das frações dominadas da classe dominante era recurso corriqueiro nesse enredo, visto que é próprio da ideologia tornar geral aquilo que é específico. Nesse caso, a preocupação com o bem-estar do povo, que volta e meia aparece nas falas justificando a urgência de uma proteção mais enérgica das autoridades, segue o mesmo caminho ideológico. Todavia, por mais esforços que os rizicultores rio-grandenses faziam para nacionalizar o seu próprio debate, não havia espaço no momento para as suas demandas. A situação parece corresponder à situação apontada por Elisa Pereira Reis, para quem a burguesia cafeeira tendia a fechar as vias de acesso a outros grupos de interesse no interior do Estado. Neste caso

(...) os interesses agro-exportadores dominantes no período, ao politizarem a economia conferem ao Estado uma posição estratégica que, em função do *timing* político, lança as bases de um duplo fenômeno: a marcada autonomia do Estado frente a interesses sociais, e a precariedade de um modelo político representacional para esses últimos.²¹⁶

²¹⁴ *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1926. (Biblioteca Nacional – periódicos – PRC = SPR 01)

²¹⁵ MENDONÇA, Sonia R. de. *Op. Cit.*

²¹⁶ REIS, Elisa P. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: CARDOSO, Fernando H.; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício (Orgs). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, pp. 194-217, 1985. p. 194-195.

O espaço próprio das demandas de menor apelo político nacional seria a sua própria região de origem, e o Estado em nível local adquiriria um sentido estratégico para por em marcha ações que beneficiassem ao setor econômico em “crise”.

CAPÍTULO III

SINDICATO, GOVERNO E ESTADO: A CONCRETIZAÇÃO DAS DEMANDAS DA RIZICULTURA NA ESFERA REGIONAL

Até agora tivemos um panorama geral das condições materiais da produção e do comércio de arroz, a análise da emergência de uma classe rural ligada à produção e ao comércio, uma discussão sobre os fundamentos da “crise” e sua construção discursiva. Vimos como se relacionaram as pressões e possibilidades colocadas pela inserção contraditória do Rio Grande do Sul no quadro nacional. Escolhi proceder a análise nessa ordem por acreditar que partindo do processo histórico que desembocou no Sindicato Arrozeiro, podemos compreendê-lo como uma construção que surge da vontade coletiva de uma determinada fração de classe ligada à rizicultura, diminuindo o risco de dar ao leitor uma visão apologética dos indivíduos que tomaram a iniciativa de criá-lo. Entretanto, até agora permaneceu obscuro a forma como se configurou o Sindicato Arrozeiro em si mesmo, o que era e como funcionava essa organização de classe. Esse é o foco deste capítulo.

O nascimento do Sindicato Arrozeiro

No início do ano de 1926, a colheita do arroz no Rio Grande do Sul havia terminado e começavam as negociações de venda com as casas comerciais. No dia 09 de maio ainda não aparecia qualquer reclamação em relação aos preços ou qualquer indicativo de crise.²¹⁷ Todavia, em meados do mês a insatisfação começava a se manifestar em alguns municípios, ainda que esporadicamente.²¹⁸ A comparação das exportações que estavam em andamento com as do ano anterior mostravam que a circulação do gênero estava estancada pela baixa cotação.²¹⁹

²¹⁷ Relatando-se a situação em Cachoeira do Sul dizia-se unicamente que “Está concluída a colheita de arroz nesse município, estando os agricultores transportando esse cereal para os engenhos desta cidade. Já tem sido feitos alguns negócios, na base de 21 e 22\$000 o saco”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 09 de maio de 1926. p. 12. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

²¹⁸ O relato sobre a conjuntura econômica no município de Tapes afirmava que “Preço arroz desanimador, motivo alguns plantadores nem iniciarem a trilhagem..” *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 de maio de 1926. p. 6. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

²¹⁹ Comparando as entradas e saídas de arroz do porto de Porto Alegre, o *Correio do Povo* ponderava: “Na presente safra até ontem havia entrado 189.927 e saído 103.289 sacos. Em igual período da safra anterior entraram 237.373 e saíram 110.106 sacos”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20 de maio de 1926. p. 10. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

A primeira menção que temos da tentativa dos rizicultores de procurar uma saída para a queda de preços do arroz, data de 21 de maio, divulgada em reportagem intitulada “A situação dos plantadores de arroz”.²²⁰ Segundo a mesma

O mercado de arroz tem estado, no corrente ano, um tanto desanimado, havendo muito retraimento e receio por parte dos compradores. Este fato tem causado não pequenas apreensões aos inúmeros empresários do município de Cachoeira, que tem, nessa cultura, uma das suas principais fontes de riqueza. Há dias, na Associação Comercial desta capital, houve até uma reunião de interessados no assunto, plantadores do nosso e de outros municípios. Aos presentes foi cientificado que enquanto aos plantadores são oferecidos menos de 30\$000, por sacco de arroz, nas feiras e nos armazéns é vendido o quilo de 1\$000 para cima, o que demonstra haver um “trust” de intermediários. Como os agricultores daqui, os de Cachoeira, tratam também de realizar uma reunião, a fim de se deliberar sobre a atitude da classe.²²¹

Na mesma reportagem é transcrita uma carta enviada pelos senhores Bier e Creidy, moradores de Porto Alegre, ao senhor Julio Castagnino, arroteiro de Cachoeira do Sul, relatando sobre a reunião ocorrida em Porto Alegre, onde se formaram duas comissões: uma para formular medidas de “moralização do mercado” e outra para fazer propaganda sobre a situação dos rizicultores. Ora, é bastante provável que a seqüência de reportagens sobre a “crise arroteira” feitas pelo jornal *Correio do Povo* e pelo jornal *A Federação*, vinculado ao PRR, tenha sido, dentre outros fatores, resultado da eficiência dessa comissão de propaganda. Conclui-se isso porque no início do mês de julho, Alberto Bins, já presidente do Sindicato Arroteiro, iria até a redação desses jornais agradecer a cobertura dada aos trabalhos do órgão.²²² Suponho que a disseminação da própria noção de “crise” feita através dos jornais fizesse parte dessa propaganda.

A idéia de se formar um sindicado de defesa já aparecia nesse primeiro momento com uma intenção muito clara de regular o mercado do arroz através da centralização das vendas de todo o estado:

Cogitou-se de início da formação de um Sindicato e foi lembrada, como medida imediata, a centralização das vendas, não para promover uma especulação descabida, pela retenção do produto, mas para

²²⁰ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 de maio de 1926. p. 3. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

²²¹ *Idem*.

²²² *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1º de julho de 1926. p. 4. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa); *A Federação*. Porto Alegre, 30 de junho de 1926. p.5 (Biblioteca do Solar dos Câmara do Rio Grande do Sul)

promover a moralização e normalização dos negócios, vendendo sempre de acordo com as necessidades do mercado e procurando a estabilidade de preços razoáveis. A primeira comissão também fora encarregada de estudar as possibilidades de conseguir os indispensáveis recursos financeiros para amparar tal medida. Estes, como sabemos de fonte autorizada, poderiam ser obtidos, contanto que se conseguisse coligar um número suficiente de plantadores, que concordasse na centralização das vendas. Quer nos parecer, no entanto, que justamente neste ponto falhará o plano, pois, pela impressão que tivemos em palestra particular com plantadores, nos parece que a maior parte não reconhece as vantagens que uma tal “centralização” traria para todo o negócio e não mostra grande vontade de entregar a sua produção ao Sindicato, para tal fim.²²³

A proposta era que as vendas para o mercado platino fossem incentivadas e controladas através da “centralização” do comércio do produto, desafogando o mercado nacional, o que favoreceria a recuperação dos preços nesse último. Percebe-se que a idéia não seria facilmente aceita. Aliás, Bier & Creidy já previam a possibilidade de reduzir o alcance do plano de defesa pensado inicialmente:

Pelo que temos colhido por aí nos parece que o resultado final dos trabalhos se limitará à formação de uma Associação dos plantadores de arroz, que deverá zelar seus interesses, informando-os das colheitas em geral, da situação do mercado, das possibilidades de venda e de preços, aconselhando-os nos assuntos de seus interesses. Recomendar medidas para barateamento da produção e do braço, etc. Tomar a defesa da lavoura perante os poderes públicos e sugerir o que for de conveniência, assim como estudar as possibilidades da formação de um Banco Agrícola.²²⁴

Note-se que a pauta colocada está em sintonia com as avaliações da crise apresentadas no capítulo anterior, ou seja, crédito, controle do mercado e rebaixamento dos custos de produção. Todavia, está ausente daí a proposta de “centralização” do arroz, como foi chamada na época, quer dizer, o controle centralizado das vendas pela representação de classe e, conseqüentemente, na visão dos proponentes, não haveria mais sindicato e sim uma “associação de plantadores”. A questão que pretendo analisar aqui é justamente quanto à utilização da noção de sindicato pelos agentes da época.

O final da carta evidencia a etapa inicial em que o processo se encontrava, pois “Por enquanto, nada de definitivo foi resolvido. Nos primeiros dias da próxima semana deverá realizar-se nova reunião, em que algo deverá ser deliberado”.²²⁵

²²³ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 de maio de 1926. p. 3. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

²²⁴ *Idem*.

²²⁵ *Idem*.

Observando as fontes percebe-se que havia certa indefinição sobre a forma de organização que os interesses dos arroteiros deveriam tomar. Alguns indivíduos faziam referência à “associação de produtores”, outros a um “instituto de defesa” e ainda aos “sindicatos municipais”, revelando a imprecisão conceitual sobre o que viria a ser a agremiação em questão. Isso nos leva diretamente à reflexão sobre a noção de sindicalismo disponível na época e, mais além, sobre as diferentes matrizes do movimento associativista rural que informavam os agentes que debatiam as saídas da “crise arroteira”.

Matrizes do associativismo rural na Primeira República

A República Velha foi um período histórico em que se verificou um grande aumento no processo associativo. No campo, essa tendência teve como origem os Clubes de Lavoura, ainda no Império, surgindo depois cooperativas, caixas de crédito rural, uniões e sindicatos.²²⁶ A onda de criação dos Clubes de Lavoura respondia às mudanças na estrutura econômica no ocaso do Império e aos problemas gerados pelo fim da escravidão, tendo como eixo geográfico as regiões cafeeiras do Sudeste brasileiro. Sua abrangência era geralmente restrita à escala municipal.²²⁷

Por outro lado, a idéia de sindicalismo era ligada à de cooperativismo rural, concebendo a organização de grupos fundamentados no seu caráter coletivo, com fortes críticas ao individualismo, e pregando a reforma moral dos homens.²²⁸

A primeira lei que regulamentou a organização sindical foi editada em 1903 e previa unicamente a organização de entidades de natureza rural. O Artigo I delimitava que “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”.²²⁹ Como muito bem observou Joan Bak, apesar do senso comum ter consolidado a idéia de que a organização sindical tem sua origem no movimento operário, remetendo principalmente à política varguista, o fenômeno sindical começou, de fato, no campo com o objetivo principal de responder às necessidades da economia agrícola e as formas de mediação de cada setor com o poder público. Na sua visão, o nascimento do

²²⁶ MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.40-41.

²²⁷ *Idem*.

²²⁸ MENDONÇA, Sonia R. de. O Sindicato Rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção. *Reforma Agrária*, CAMPINAS, v. 24, n.1, p.82-93, 1994.

²²⁹ BRASIL. *Coleção de Leis da República (1903)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

sindicalismo já apontava as insuficiências da lógica do livre mercado no meio rural.²³⁰ Somente em 1907 a legislação relacionada ao sindicalismo passaria a abranger também as organizações de origem urbana.

Como Joan Bak, Otávio Ianni sugere o vínculo da legislação sindical com os crescentes problemas vivido pelos produtores cafeeiros e a introdução de novas relações de trabalho no campo.²³¹ As mesmas pressões teriam dado origem ao Patronato Agrícola de São Paulo com vistas a regular as relações de trabalho dos colonos que chegavam nas lavouras.²³² O potencial gerado pela legislação sindical, no entanto, ultrapassava as barreiras regionais, chegando a outras regiões do país, como o Rio Grande do Sul. Isso porque a noção de crise que movia os agentes vinculados ao mundo rural não aparecia como exclusividade da zona cafeeira, mas adquiria, pelo que aponta a historiografia, uma dimensão nacional.²³³

A legislação sindical de 1903 era bastante ampla no que diz respeito às atribuições dos sindicatos rurais prevendo que a estes caberiam também organizar “caixas rurais de crédito agrícola e de cooperativa de produção ou de consumo, de sociedade de seguros, assistência, etc.”²³⁴, levando à imprecisão da sua natureza e atribuições. Por isso, embora Joan Bak considere a lei de 1903 um avanço no sentido de superar uma concepção predominantemente liberal da economia, é preciso ponderar os limites de tal regulamentação tendo em vista a pouca precisão dos termos de atuação dos sindicatos, que daria margens a práticas nem sempre convergentes.

Por outro lado, a própria amplitude da legislação estava informada por concepções variadas de como deveriam ser geridas as transformações na estrutura econômica, nas relações de trabalho, e os conflitos de interesse daí decorrentes. Do poucos autores que tratam do tema, Sonia Regina de Mendonça é quem demonstra maior atenção às divergências em torno da noção de sindicalismo rural que alimentava a dubiedade expressa na regulamentação oficial.²³⁵ Conforme a autora, havia uma disputa subjacente à questão fundamentada em diferentes visões respeito do mundo rural brasileiro, que fazia da expressão “sindicato” ser muito mais uma noção abrangente do que um conceito acabado e de conteúdo semântico consensual. Genericamente, a noção

²³⁰ BAK, Joan. *Op. Cit.* p. 5–6.

²³¹ IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: brasiliense, 2004. p.29-31.

²³² *Idem.*

²³³ MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²³⁴ BRASIL. *Coleção de Leis da República (1903)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

²³⁵ MENDONÇA, Sonia R. de. O Sindicato Rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção. *Reforma Agrária*, CAMPINAS, v. 24, n.1, p.82-93, 1994.

de sindicalismo era ligada à de cooperativismo rural, concebendo a organização de grupos fundamentados no seu caráter coletivo, com fortes críticas ao individualismo, e pregando uma reforma moral dos homens.²³⁶ Mendonça diferencia duas tendências dentro deste quadro: a primeira era referente a um sindicalismo essencialmente empresarial, que visava solucionar o problema da queda de preços no mercado e melhorar os termos de troca; a segunda dizia respeito ao sindicalismo doutrinário, tendo na reforma moral e na crítica à extrema desigualdade no campo o seu ponto principal.²³⁷

Ora, a vertente empresarial do sindicalismo encontra-se formalizada já na Lei de 1903, quando prescreve que

É facultado ao sindicato exercer a função de intermediário do crédito a favor dos sócios, adquirir para estes tudo que for mister aos fins profissionais, bem como vender por conta deles os produtos de sua exploração em espécie, bonificados, ou de qualquer modo transformados.²³⁸

Assim, o sindicato aparece também como intermediário comercial, como agente econômico visando melhorar os termos de troca dos seus sócios.

É provável que ambas vertentes tenham influenciado a concepção do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. Ainda no início do século XX, Manoel Luis Osório apontava a necessidade de organização dos rizicultores gaúchos em sindicato, visto que

O Sindicato é bela aspiração. <<Põe ao serviço do indivíduo toda a força da coletividade, substitui os sentimentos egoísticos por idéias de solidariedade e de auxílio mútuo. Unindo pela comunidade de interesses homens colocados em graus diferentes da escala social, o sindicato trabalha pela fusão das classes; aproxima pessoas que se se conhecessem não se guerrearão, dissipa perigosos *mal entendus*, exerce um serviço verdadeiramente democrático.>>²³⁹

No mesmo documento, o agrônomo pelotense afirmava a necessidade de uma organização de caráter comercial, indicando que a forma sindical de associação seria a mais conveniente para sanar os problemas econômicos:

O sistema cooperativo reunindo esforços para a instalação de um grande engenho em cada zona produtora, aproveita melhor o capital, que se fosse aplicado em vários pequenos engenhos de rendimento menor.

²³⁶ *Idem.*

²³⁷ *Idem.*

²³⁸ BRASIL. *Coleção de Leis da República (1903)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

²³⁹ OSÓRIO, Manoel Luis. *Arroz. Op. Cit.* p. 78. (Biblioteca Nacional, III – 331, 5, 10 n.5)

Várias contribuições consideradas pingues isoladamente, permitem montagem de uma usina modelo, em que o trabalho industrial tem acabamento perfeito. Funcionando constantemente remunera-o melhor, além de que anima e faculta a perícia dos empregados. Pode criar marca comercial com tipo uniforme, facilmente reputada nos mercados em que a propaganda oferece-a.

O sistema associativo permite essa propaganda, seguida da colocação do produto.

Reduz atribuições dos produtores e os lucros aumenta-lhes pela exclusão do intermediário, acarretando-lhes também em anos calamitosos, menores prejuízos.

Três meios diversos alcançam esse objetivo, uns mais aceitáveis que outros, segundo interesses de ocasião. Considerando porém em absoluto é mais conveniente a forma sindical, no Brasil regulada por lei que lhe concede vantagens.²⁴⁰

Portanto, é notável que não haja necessariamente contradição entre as duas noções de sindicalismo. Isso porque ambas se colocavam como respostas às modificações em curso desde fins do século XIX e acentuavam a natureza desorganizadora do mercado e a necessidade de responder positivamente à diferenciação social no meio rural.

Por outro lado, a afirmação de Manoel Luis Osório indica uma das raízes históricas do Sindicato Arrozeiro, cujo ideal remonta os primeiros anos do século XX, mas que somente seria materializado nos anos 1920, quando então colocava-se como uma necessidade concreta e imediata.

Paralelamente ao surgimento dos sindicatos apareceriam também outras formas de associação dos interesses de classe condizentes com a amplitude das demandas e com a intencionalidade das medidas propostas. Nesse sentido, em 1894 surgiria a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA),²⁴¹ sob iniciativa de Francisco de Assis Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897,²⁴² diversas outras associações de abrangência nacional e regional, bem como a difusão dos comícios, congressos e exposições agrícolas e outras formas de propaganda própria do movimento ruralista.

No Rio Grande do Sul as primeiras iniciativas de defesa e afirmação da vocação agro-pecuária do estado ocorreram no alvorecer do século XX. A primeira associação desse tipo de que se tem notícia é a Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul, fundada em 1898 no município de Pelotas. Pelotas se destacaria como o centro difusor

²⁴⁰ *Idem.* p. 77-78.

²⁴¹ MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.31.

²⁴² *Idem.* p.39.

das idéias de progresso e modernização do espaço rural gaúcho, incentivando a criação de Sociedades Agrícolas pelo restante do estado. A cidade era também a sede do Liceu de Agronomia e Veterinária que começava a formar técnicos agrícolas prontos para trabalhar nas estâncias gaúchas.²⁴³ Nos anos seguintes seriam formadas Sociedades Agrícolas em outros municípios, como Jaguarão (1903), São Gabriel (1905), Bagé, Dom Pedrito e inúmeras outras cidades. Esse primeiro impulso convergiria na formação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em 1909.²⁴⁴

O movimento associativo nos municípios gaúchos, impulsionado pela classe dominante rural agro-pastoril, teve grande influência do exemplo dos países platinos, especialmente do Uruguai.²⁴⁵ A proximidade geográfica e a formação social similar certamente facilitou essa influência. Lá o movimento havia começado muito antes, nos anos 1870, mas seguia a lógica de conjugar a criação de associações municipais aglutinadas posteriormente em federação que inspiraria o movimento gaúcho a criar a sua própria federação.

A principal base social das associações era a classe pecuária-charqueadora que vinha sofrendo com a concorrência dos similares platinos da carne salgada no mercado nacional e com as modificações introduzidas com a República recém implantada. Assim, os problemas da agricultura não apareciam como centrais nesse momento, embora as Sociedades municipais estivessem atentas à evolução dessa atividade. Lembre-se, por exemplo, que foi a Federação das Associações Rurais que financiou a vinda do agrônomo Novello di Novelli ao Rio Grande do Sul em 1914.²⁴⁶ O fato é que, nesse período, os diferentes setores permaneciam agremiados numa frente de defesa conjunta. Esse é um aspecto central para a compreensão de como se manifestaram os interesses de classe na esfera política, já que a forma de organização e constituição da identidade de classe historicamente nem sempre revelava as clivagens dadas pela estrutura produtiva. Quer dizer, a fundação de entidades de defesa e propaganda nos moldes das Sociedades Agrícolas municipais indica que o elemento central para toda a classe agro-pastoril era a afirmação das suas demandas gerais, atenuando as pressões por parte dos agentes para diferenciar as frações que compunham interesses díspares no

²⁴³ BELL, Stephen. *Op. Cit.* p.87-88.

²⁴⁴ PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.54-55.

²⁴⁵ BELL, Stephen. *Op. Cit.* p.87

²⁴⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Propaganda Agrícola do delegado executivo da produção nacional. *Cultura do arroz no Rio Grande do Sul, pelo professor dr. Novello de Novelli*. Rio de Janeiro: papelaria Mendes, 1918. p.3-4. (Biblioteca Nacional I – 342, 5, 23, n.9)

interior desse bloco. A dialética convergência/diferenciação de interesses marcou a história da organização da classe dominante rural durante toda a Primeira República.

Além da influência do mundo platino, as Sociedades Agrícolas e Pastoris aproximam-se, por sua forma de atuação e de organização, às agremiações rurais de abrangência nacional, como a SNA, pois difundiam suas idéias através de revistas, organizavam exposições agrícolas e buscavam difundir a ideologia ruralista como um “guarda-chuva” que englobava diferentes agentes ligados ao mundo rural.

Em contraste com essa tendência, uma diferenciação importante deu-se em 1906, com a organização dos charqueadores rio-grandenses no Centro Industrial do Charque, sediado em Pelotas.²⁴⁷ Diferentemente das Sociedades Agrícolas e pastoris municipais, o Centro Industrial do Charque visava o aumento dos preços do produto no mercado nacional, provocando a contrariedade dos pecuaristas e dos charqueadores da fronteira que se viam ameaçados pela possível formação de um cartel no setor. A iniciativa parecia muito mais aquilo que Sonia de Mendonça denominou como “sindicalismo empresarial”.

Como desdobramento da divisão dos interesses entre pecuária e charqueada a partir da criação do Centro Industrial do Charque, surgiria a União dos Criadores em 1912.²⁴⁸ A ênfase do setor recaía sobre o intento de erigir um frigorífico na região que modernizasse a manufatura da carne e libertasse os pecuaristas do olipsônio dos charqueadores. Outro aspecto da União era o esforço de propagandear a modernização da pecuária através da revista *A Estância*.

A dupla representação dos interesses pecuaristas materializada na coexistência da União dos Criadores e da Federação das Associações Rurais, mostrou-se ineficiente quando a crise do setor se agravou no início da década de 20. Assim, em 1921 as representações locais decidiram unificar as organizações re-fundando a Federação.²⁴⁹ A crise da economia pecuária em 1922 e a chamada Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, no entanto, levou o intento de elevação dos preços e racionalização da produção ao fracasso o que, junto com o tensionamento das relações partidárias, solapou a legitimidade da Federação. Somente em 1927 com uma nova re-fundação dessa agremiação num amplo movimento dos pecuaristas gaúchos é que o poder de representação frente ao setor conseguiria ser recobrado.

²⁴⁷ BAK, Joan. *Op. Cit.* p.38

²⁴⁸ BELL, Stephen. *Op. Cit.* p.88-89.

²⁴⁹ PESAVENTO, Sandra. *Op. Cit.* p.212.

Outra vertente do movimento associativista advinha dos colonos europeus que imigraram para o Brasil em fins do século XIX. No Rio Grande do Sul, o padre suíço Teodor Amstad foi o maior idealista e difusor das caixas de crédito *Raiffeisen*, voltadas para a capitalização dos pequenos agricultores da zona colonial. Essa vertente do associativismo rural estava ligada ao movimento cooperativista, muito mais próximo, ao que parece, do chamado “sindicalismo doutrinário”. A idéia de harmonização dos interesses e de um desenvolvimento equitativo no campo era o que alimentava essas iniciativas. Sonia Mendonça demonstra que o Rio Grande do Sul era o estado brasileiro onde o cooperativismo se desenvolveu mais intensamente.²⁵⁰ O movimento cooperativista ganhou apoio nacional com o incentivo do ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, e a assessoria do italiano Stefano Partenó, vindo para o Brasil em 1911 para multiplicar as cooperativas.²⁵¹ A prosperidade da União das Cooperativas do Rio Grande do Sul, criada em 1912 para gerir as organizações locais, não durou muito e o movimento recuou com a intensificação dos conflitos dentro do órgão. De qualquer modo, o cooperativismo de origem européia permaneceria como uma matriz importante que informava o movimento associativista gaúcho.

O sindicalismo rural teve seu maior incremento nos anos 1920. Nacionalmente já havia uma discussão a respeito da relação entre sindicatos e cooperativas, donde a corrente de Sarandy Raposo defendia a subordinação da cooperativa frente ao sindicato, opondo-se à total à sua autonomia, como propunham outros ideólogos do ruralismo.²⁵² Em 1921 Raposo fundou a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira. O incentivo ao cooperativismo continuou a partir da Seção de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, depois da saída de Raposo do órgão.²⁵³ Apesar das discussões e das iniciativas, a relação entre as cooperativas e os sindicatos peca por imprecisão. Assim é que em texto escrito por Fábio Luz na revista *A Lavoura*, intitulado “cooperativismo e sindicalismo agrários”, a forma de funcionamento das cooperativas, de crédito ou de produção, é descrita com detalhes mínimos, embora esteja ausente os critérios sobre o que vem a caracterizar a forma sindical de organização. O autor contenta-se em dizer que

²⁵⁰ Da totalidade de cooperativas registradas nacionalmente até 1930, aquelas localizadas no Rio Grande representavam 24% do total. MENDONÇA, Sonia. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: Eduff, 2002. p.74. Quadro 5.

²⁵¹ PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.38.

²⁵² MENDONÇA, Sonia. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: Eduff, 2002. p.33.

²⁵³ BAK, Joan. *Op. Cit.* p.103.

Em alguns estados do norte vai tomando incremento o sindicalismo agrário e nos estados do sul não deixa de ser notável o surto dos sindicatos agrícolas. O Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas está incentivando em todos estados, através das Inspetorias Agrícolas a fundação desses organismos de tão grande alcance para a nossa economia agrícola, já tendo sido fundados sob a égide desse serviço, em Merití, no estado do Rio de Janeiro, o Sindicato Agrícola de Merití, e o de Floriano e Campo Grande, tendo a Associação dos Fruticultores de Nova Iguaçu introduzido modificações em seus estatutos à luz da orientação desse mesmo serviço. E em outros estados, ao influxo dessa propaganda, como em Pernambuco, Ceará e Piauí, vão surgindo organizações ajustadas aos moldes propagados pelo Ministério.²⁵⁴

Tanto a Sociedade Nacional de Agricultura quanto o Ministério da Agricultura permaneciam atentos aos ímpetos de organização das classes dominantes rurais, buscando fomentar e direcionar as iniciativas que surgiam dentro dos marcos previstos pela legislação e pelo enquadramento institucional visto como mais adequado. Nesse sentido, na última década da I República foi tomando corpo um projeto de articulação nacional entre as diversas organizações locais. A idéia era que em cada estado fosse constituída uma Federação de Associações Rurais e que essas fossem vinculadas a uma Confederação em nível nacional.²⁵⁵ Assim manter-se-ia a autonomia de cada organização, favorecendo a articulação em diferentes níveis e garantindo, ao mesmo tempo, certo controle sobre cada uma delas. O projeto de confederar as entidades rurais foi retomado com maior esforço após o Congresso dos Criadores do Rio Grande do Sul, em 1927, quando a Farsul foi re-fundada.

Institucionalizando o Sindicato Arrozeiro

A proposta de organização em sindicato foi consequência direta do tipo de avaliação feita sobre a “crise arrozeira”. A idéia de criação de um sindicato único que representasse todos os produtores do estado foi finalmente definida na reunião de fundação, em 12 de junho de 1926, ocorrida em Porto Alegre. O principal argumento para a necessidade de uma organização sindical era a centralização das vendas, vista como única medida imediata para sanar o desequilíbrio do mercado. A partir desta reunião, a noção de que o “sindicato” é um tipo de organização mais eficiente do que as “associações” e “uniões” tomou corpo. Na ocasião, o comerciante Gastão Englert

²⁵⁴ *A Lavoura*. Rio de Janeiro, nº6, junho de 1929. p.204. (Arquivo da Sociedade Nacional de Agricultura)

²⁵⁵ *A Lavoura*. Rio de Janeiro, nº10, outubro de 1928. p.387 (Arquivo da Sociedade Nacional de Agricultura)

afirmava que “simples organizações de caráter informativo, e aconselhativo, como medidas de emergência, não tem nenhum valor prático. Somente com a mercadoria em mão faz-se o mercado e não com bons conselhos que poucos aceitam”.²⁵⁶ No dia seguinte, Jerônimo Teixeira de Oliveira, rizicultor de Cachoeira do Sul, começou a defender que a diferença entre as associações de produtores e os sindicatos era que os últimos “gozam de certas vantagens, quando aquela nada tem a seu favor”.²⁵⁷ O sentido adquirido pelo Sindicato acabou por seguir um caminho comum ao das cooperativas da época, visto que

grande parte das iniciativas fundadoras de cooperativas ao longo da Primeira República – lembrando que sua quase totalidade era composta por entidades voltadas à comercialização e não à produção, sendo pois impropriamente denominadas de “agrícolas” pela historiografia especializada – deveu-se principalmente na década de 20, quando de sua proliferação, à iniciativa dos próprios agricultores, obstinados em combater a figura do intermediário.²⁵⁸

O responsável direto pelas articulações em torno da iniciativa era o major Alberto Bins. Quadro histórico do Partido Republicano Rio-Grandense, Bins destava-se pelo seu envolvimento com diferentes negócios que abrangiam a pecuária, a agricultura a manufatura e o comércio da época.²⁵⁹ O major também estava envolvido com a política regional há alguns anos, ocupando naquele momento a posição de Vice-Intendente de Porto Alegre e Presidente da Associação Comercial do mesmo município. Provavelmente a sua posição rendeu-lhe um papel privilegiado na organização do Sindicato.

Por encontrar-se doente naquele dia, Alberto Bins não pôde participar da reunião de fundação, delegando para Gastão Englert a tarefa de conduzir os trabalhos de articulação e convencimento dos rizicultores presentes. Por ser comerciante e não estar envolvido diretamente com a produção de arroz, Englert estava legitimado nessa reunião fundamentalmente pelo fato de ter sido indicado por Alberto Bins. O documento de fundação reflete esse fato:

²⁵⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 28 de junho de 1926. p.3. (Arquivo de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

²⁵⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de junho de 1926. p.16. (Arquivo de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

²⁵⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: Eduff, 2002. p.38-39.

²⁵⁹ Ver p. 49-50

Aos doze dias do mês de junho de 1926, na sala da Associação Comercial desta cidade de Porto Alegre, gentilmente cedida por sua diretoria, presente grande número de plantadores de arroz, abriu a sessão o sr. Gastão Englert que, a pedido do sr. Cel. Alberto Bins, explicou os fins da reunião dizendo não ter comparecido este por motivo de doença e depois fazer exposição dos motivos disse que se retiraria por não ser plantador. Por proposta de um dos plantadores, aprovada por unanimidade, conservou-se na presidência o sr. Gastão Englert, que propôs a fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, apresentando um projeto de estatutos que, depois de amplamente discutido, foi resolvida a fundação do Sindicato (...).²⁶⁰

Estavam presentes na ocasião pelo menos 20 representantes de diferentes firmas ligadas à rizicultura no estado.²⁶¹

A estrutura do Sindicato foi dividida da seguinte forma: Departamento de Informações, Departamento Técnico e Departamento Comercial (Anexo III). Cada um dos departamentos ficaria responsável por uma dimensão diferente da política de defesa e melhoria da produção e do comércio do arroz. Hierarquicamente, a divisão do Sindicato era estruturada por uma Diretoria, uma Comissão Fiscal, Assembléias Gerais periódicas e as Comissões Regionais.²⁶²

Os Departamentos do Sindicato Arrozeiro e a efetivação das medidas de defesa

Os Departamentos respondiam diretamente pela solução dos problemas da produção e do comércio avaliadas como centrais para a superação da “crise arrozeira”. A divisão proposta era informada diretamente pelo diagnóstico negativo no que diz respeito à desunião dos produtores, à falta de informações sobre as condições do mercado nacional e estrangeiro, escassez de crédito agrícola e a especulação levada a cabo pelas casas comerciais. Mesmo com a abrangência de funções cumpridas pelos três departamentos, não restam dúvidas de que a política comercial materializada na

²⁶⁰ Ata de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.* (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

²⁶¹ Os nomes e firmas presentes na reunião de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul eram as seguintes, conforme consta na ata da reunião: “Gastão Englert, p. Alberto Bins; Jerônimo Teixeira; Carlos Salim; João Carlos Begnis p.p. Jung & cia; Fausto A. da Rosa; Würdig Bohrer & cia; Delfino Scherer & filhos; Abrantes Irmãos; Jorge Franke; Chr. Nygard Fº; Otávio C. Gomes; Moura e Berta; Arno A. Sousa & cia; Luis Kohler; Creidy Schmidt; Correa Irmão; Vva. Treptow & cia; Félix Damião Scherer; Olympio Estrazulas; Adriano Scherer & irmãos, p.p. João Luis Gomes; Otaviano Scherer, p.p. Bier & Ullmann; Gastão Englert.”

²⁶² Ata de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.* (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

proposta de “centralização” era o elemento estruturador e motivador do próprio sindicato.

Ao Departamento de Informações competia

Principalmente orientar, animar e aconselhar os associados por meio de um serviço completo de informações;

Elaborar com a possível precisão estatísticas sobre a produção no Estado e em outros centros produtores assim como colher dados e estudar o provável consumo estadual e nacional;

Informar sobre a situação geral do mercado nacional e estrangeiro;

Editar um boletim mensal, contendo todas essas informações e demais esclarecimentos, que digam respeito à cultura do arroz e possam interessar aos produtores.²⁶³

A necessidade de compilar informações sobre o setor vinha sendo indicada já há algum tempo, sugerindo a falta de um aparato burocrático vinculado ao Estado que desse conta de um diagnóstico e um planejamento mínimo sobre a economia regional. Os próprios agentes do Ministério da Agricultura percebiam essa deficiência. Luis Simões Lopes, oficial do gabinete do Ministro da Agricultura, ao realizar vistoria pelo Rio Grande do Sul para avaliar o impacto da “crise arroseira”, ressaltava:

Necessito, porém, a boa vontade dos srs. plantadores, no trabalhoso encargo de fazer a avaliação da última safra, um dos pontos principais da minha missão ao estado, o que só pode redundar em seu próprio benefício, porque não é possível estabelecer planos de auxílio a uma indústria cujo valor e a extensão são desconhecidos.²⁶⁴

O Departamento de Informações parece ter concentrado sua atuação na divulgação de dados sobre a situação dos mercados consumidores de arroz para os produtores locais mais do que sobre a situação da produção. Entre os anos de 1926 a 1930, encontrei nos jornais de Porto Alegre algumas circulares periódicas sobre o assunto, bastante reduzidas em conteúdo e mencionando somente a situação dos preços negociados nas diferentes praças. É possível que os dados sobre produção tenham sido utilizados internamente pela diretoria do Sindicato, embora não tenham sido encontradas informações e fontes sobre a política de informações da agremiação nos seus arquivos.²⁶⁵

²⁶³ Estatuto do Sindicato Arroseiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arroseiro do Rio Grande do Sul.* (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

²⁶⁴ *Diário Popular*. Pelotas, 5 de junho de 1926. p.1.

²⁶⁵ Os poucos documentos referentes ao funcionamento ao Sindicato Arroseiro foram localizados no arquivo do *Instituto Rio-Grandense do Arroz* (IRGA), com sede no município de Cachoeirinha – RS.

Ao Departamento Técnico do Sindicato Arrozeiro competia

Promover a oficialização dos tipos do arroz rio-grandense, organizando para este fim um mostruário permanente de todas as qualidades de arroz produzidas no Rio Grande do Sul, classificando-as em tipos numerados e distintos, que serão os tipos oficiais do Rio Grande do Sul e servirão de base para as vendas;

Auxiliar os associados em todas as questões técnicas, que dizem respeito à cultura do arroz visando seu aperfeiçoamento e barateamento da produção;

Instalar, o quanto antes, sob a direção dum técnico especialista, uma plantação experimental para praticamente estudar os diversos sistemas de cultura, de adubação e irrigação dos arrozaes modernos e suas possibilidades de adaptação ao nosso meio, tendo por principal escopo fornecer sementes selecionadas aos associados.²⁶⁶

Em relação a esses encaminhamentos previstos, o aspecto em que os agentes do Sindicato obtiveram maior sucesso foi a oficialização dos tipos de arroz a serem exportados. Encontra-se aí um importante entrelaçamento de medidas tomadas em parceria com o governo estadual, através da Diretoria de Higiene, que passou a classificar e vistoriar o produto comprado dos agricultores gaúchos pelo Sindicato e remetidos para fora do estado. Essa política de complementaridade entre Sindicato e Estado foi bem vista pelos agentes do Ministério da Agricultura como uma forma importante de colaboração capaz de sanar os problemas da concorrência que se intensificava no final da Primeira República. Nesse sentido, Arthur Torres Filho, Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas, afirmava que “O ato do governo do estado do Rio Grande do Sul oficializando os tipos de arroz rio-grandenses, conforme a classificação proposta pelo Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, muito contribuirá para a normalização das transações comerciais desse cereal”²⁶⁷. Como percebe-se nesse caso, o Sindicato cumpria um papel complementar ao do Estado como agente regulador da economia sul-rio-grandense.

No que tange ao barateamento da produção, a questão do custo da mão-de-obra, embora não venha citada no regulamento do Departamento Técnico, perpassou o debate do I Congresso dos Rizicultores, que ocorreu no dia 28 de junho de 1926 e acabou

Mesmo esses documentos revelam muito pouco sobre o funcionamento interno do órgão, constando o arquivo de algumas poucas atas de reuniões, algumas listas de presença em Assembléias, mas sem a ata respectiva, e os estatutos do Sindicato.

²⁶⁶ Estatuto do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.* (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz)

²⁶⁷ BRASIL. *Relatório apresentado ao Dr. Geminiano Lira Castro ministro da Agricultura, Indústria e Comércio por Arthur Torres Filho, diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Ano de 1926.* Rio de Janeiro: Off. Graf. Vilas Boas & Cia, 1927. p.33 (Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura)

merecendo medidas não sistemáticas por parte de alguns produtores. Contudo, o conteúdo dessa discussão é relevante na medida em que revela a variedade de relações de trabalho existentes no meio rural naquele período. Nos debates do I Congresso a questão aparece da seguinte maneira:

O coronel Pedro Osório, falando novamente, expõe o seu ponto de vista sobre o salário dos operários, sendo também partidário do serviço por tarefa, como mais conveniente aos arroteiros. Disso já teve prova em suas lavouras, pois um trabalhador, chegando a ganhar 15\$000 por dia, fazia o trabalho de dois ou três homens.

Em breves palavras, o sr. Walter Scherer, manifestou-se contra o salário ao trabalho por tarefa, pois nesse caso o trabalhador não faz boa colheita, dando prejuízo ao plantador. Por último, diz o major Alberto Bins que o assunto merece estudo mais demorado, dele podendo tratar mais tarde o Sindicato dos Arroteiros, de acordo com cada zona.²⁶⁸

A questão dos salários dos trabalhadores da lavoura, embora não aparecesse como central na construção discursiva da “crise arroteira”, vinha sendo pautada desde pelo menos 1923, quando o Rio Grande do Sul passava pela sua segunda guerra civil desde a proclamação da república. As reclamações sobre a alta dos salários na época da colheita parecem ter dois determinantes históricos: a desestruturação da economia agrária pelo conflito armado de 1923 e a alta dos preços do arroz em 1925 com a correspondente alta dos salários dos ceifadores do arroz.²⁶⁹

A solução parece realmente ter sido encaminhada através das Comissões Regionais. Em 1927 os produtores de Porto Alegre assinavam um “Termo de honra”, através do qual se comprometiam a conter os salários dos trabalhadores da lavoura nas

²⁶⁸ *A Federação*. Porto Alegre, 29 de junho de 1926. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

²⁶⁹ Um indício do primeiro aspecto aparece na seguinte passagem: “A insegurança da ordem e a incerteza do dia de amanhã ameaçam o surto dos nossos esforços econômicos. O comércio, retraindo-se temeroso, e o operário, ocultando-se, temendo o recrutamento, dificultando assim a colheita do arroz, e os invernadores não querendo arriscar os seus capitais, reclamam do patriotismo de V. Ex. pronta solução que assegure a vida do nosso glorioso estado, apenas saído das graves crises advindas da guerra européia”. Associação Rural e Comercial de São Gabriel a Borges de Medeiros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de março de 1923. *Apud* ANTONACCI, Maria. *As oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p.101; em relação ao papel desempenhado pela alta de preços em 1925 para o aumento dos salários, ver a avaliação de Ernesto Goetz: “Foram, porém, poucos os que se lembraram de dedicar-se ao cultivo do arroz, pelo preço de épocas normais. E, tendo sido dominados pelo volúpia dos lucros, estão, sem dúvida, sentindo as conseqüências da sua improvidência, proveniente, em grande parte, da oferta de salários avultados aos operários, pelo grande pagamento do arrendamento de terras e, também, pela falta de uma boa orientação econômica em seus negócios”. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 16 de junho de 1926. p.8. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

épocas da colheita.²⁷⁰ Não encontrei fontes que descrevessem medidas similares aplicadas em outras regiões do estado.

A instalação de uma estação experimental proposta como uma ação de curto prazo não pôde concretizar-se conforme o previsto. Ela foi criada somente em 1939 onde antes era a Granja Progresso, de propriedade do Major Alberto Bins, nos arredores de Porto Alegre. Algumas medidas de difusão de conhecimentos técnicos e melhorias foram incentivadas mesmo na ausência de uma fazenda modelo que pudesse concentrar as experiências realizadas, levando a um aumento da produtividade nos campos do sul a partir de 1927.²⁷¹

Em 1929, a criação da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio pelo então Presidente do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas passou a coordenar as experiências com o arroz no município de Pelotas, onde localizava-se a Inspetoria Agrícola especializada na rizicultura.²⁷² A nova Diretoria instituiu ainda o “Registro de agricultores, criadores e profissionais das indústrias conexas”, cadastrando os produtores que teriam acesso aos seus serviços, regulamentou o fornecimento de máquinas agrícolas e distribuiu sementes selecionadas para os lavradores.

O Departamento Comercial do Sindicato Arrozeiro ficaria encarregado

De todas as transações comerciais, quando de interesse da coletividade, servindo de intermediários nos negócios dos associados.

De conseguir por organizações especiais e por medidas aconselháveis os necessários fundos financeiros para a defesa da produção, procurando valorizá-la, principalmente pela coordenação da oferta em relação às necessidades dos mercados, evitando assim a especulação.

Envidar, finalmente, todos os esforços para organizar, auxiliar e amparar a fundação de um banco de crédito real e agrícola no nosso Estado.²⁷³

²⁷⁰ “Nós, abaixo assignados, risicultores residentes nos municípios vizinhos de Porto Alegre, sócios do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, comprometemo-nos, por effeito deste compromisso, a pagar aos peões das nossas lavouras de arros o salário máximo de 7.000 (sete mil reis) diários a secco ou 4.500 (quatro e quinhentos) com comida. (~~Outro~~) Pagando aos empreiteiros cortadores de arroz o preço de Rs 160.000 (cento e sesenta mil reis) por quadra para cortar amarrar e fazer meda provisoria. Outrossim, assumimos de comum acordo a obrigação de comunicar ao Sindicato qualquer modificação que formos obrigados a fazer nesse sentido, impulsionados por necessidade de emergência. Porto Alegre, 9 de março de 1927. Em tempo nenhum empreiteiro, poderá pagar salário superior a 500 reis acima dos preços pagos pellos proprietários. Este compromisso é valido para a presente colheita de 1927.” Termo de honra. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

²⁷¹ FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.* p.350.

²⁷² *Idem.* p.351.

²⁷³ Regulamento do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

Como afirmei antes, a questão da política de “centralização” do arroz era o principal eixo proposto pelo Sindicato para solucionar a “crise arrozeira”. Mesmo com os Estatutos do Sindicato já encaminhados desde 12 de junho, a questão da “centralização” do comércio do arroz consumiu boa parte das discussões realizadas no I Congresso dos Arrozeiros, realizado no dia 28 de junho, que visava ampliar e capilarizar o debate em torno da proposta.

Os impasses da política de “centralização” comercial e a “politização da economia” em torno da questão

Desde o início a proposta não era concentrar toda a produção estadual nas mãos de Sindicato, algo que demandaria um esforço financeiro e político vultoso por parte da Diretoria do Sindicato e talvez fosse impraticável concretamente devido à dispersão das lavouras pelo estado. A intenção das lideranças era que se conseguisse controlar uma parte considerável da produção estadual capaz de influenciar nas condições do mercado e ter uma rentabilidade que pagasse o esforço de financiamento empreendido. As vendas seriam desviadas para a Argentina e o Uruguai como alternativa à concorrência inter-regional no Brasil. Mesmo não sendo absoluto, o controle da produção estadual teria que enfrentar diversos problemas, dentre eles o financiamento, a oposição dos pequenos produtores e as críticas em esfera nacional a constituição daquilo que se passou a chamar de “trust” do arroz.

Em relação ao financiamento do plano de defesa existiram pelo menos duas propostas que seguiam caminhos diferentes. A primeira, formulada por um partidário da oposição ao governo de Borges de Medeiros, Francisco de Paula Teixeira,²⁷⁴ defendia que o próprio governo liberasse imediatamente um montante de crédito para os arrozeiros gaúchos, visto que não haveria outro meio para obter-se o montante necessário à implementação da política de valorização. Essa proposta foi esboçada pelo autor em artigo publicado no jornal *O Libertador*, de Pelotas,²⁷⁵ na véspera do encontro de fundação do Sindicato Arrozeiro:

²⁷⁴ No capítulo anterior transcrevemos parte da entrevista de Francisco Paula Teixeira dada ao *Correio do Povo*. Sem dúvida ele foi o maior opositor do controle absoluto dos partidários do PRR sobre o Sindicato.

²⁷⁵ O artigo foi transcrito integralmente pelo jornal *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de junho de 1926. p.6. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

Como acima ficou dito, as medidas agora tomadas fazem crer na possibilidade de uma solução visto já estar organizado um instituto de defesa, e os elementos que se colocaram à testa da iniciativa além de terem grandes interesses em jogo, devem também estar nas boas graças de quem tudo pode. Mas ainda assim, eu sou de opinião que sem o auxílio de numerário, muito pouco se poderá fazer, pois o que os plantadores mais necessitam, não é de vender as suas colheitas, mas sim de dinheiro para pagar o pessoal que trabalhou na ceifa, e agora terá que trabalhar nos trilhos, e depois dos trilhos transportar aos mercados compradores, portanto, não poderá haver defesa eficiente desde que o plantador esteja obrigado a fazer dinheiro no seu arroz por qualquer preço que lhe queiram pagar. Sem pretensões a orientador ou capaz de encontrar sem maiores tratos com os números o incógnito do problema, eu arriscaria lembrar aos srs. agricultores, que comparecessem ao futuro congresso, um apelo ao presidente do estado, para que ele lançando mão de parte do vultoso empréstimo que a municipalidade porto alegreense acaba de contratar no estrangeiro, fosse depositada nos bancos do estado, com o fim especial de atender as necessidades da lavoura arroseira. Não se diga que a idéia é impraticável porque esse empréstimo foi feito para realizar os melhoramentos da capital, porque dando de barato que esses melhoramentos fossem atacados, desde já, não poderiam, de forma alguma, absorver de inopino toda massa do empréstimo, e o auxílio aos arrozais, seria dado agora nesta emergência, mas em setembro ou outubro ou mais tardar, seria perfeitamente resgatável qualquer compromisso assumido, pois nessa data já estão algumas lavouras plantadas para a futura safra. Acredito que essa seria a melhor forma de dar solução à presente crise, porque creio que esse empréstimo foi feito com o aval do inegável progresso do nosso caro Rio Grande, e para esse progresso todos cooperam, desde os fabricantes de apitos com que a nossa simpática polícia nos dá o sinal de silêncio, até aqueles que nas vastíssimas cearas do arroz que se prolongam nas planícies gaúchas fazem silvar pela manhã seus locomoveis, chamando ao trabalho nobilitante os nossos homens de campo.²⁷⁶

Na realidade, esta postura estava vinculada diretamente à crítica à apatia do governo em relação à “crise” do setor, reeditando uma prática comum entre os grupos agrários brasileiros de “politizar a economia” nos momentos de dificuldade econômica e de organização das frações da classe dominante.²⁷⁷ Francisco de Paula Teixeira tentava vincular de forma direta a posição do governo aos seus traços autoritários, recordava os interesses privados dos homens que lideravam o movimento de sindicalização e como

²⁷⁶ *Idem.* p.6.

²⁷⁷ A noção de “politização da economia” é definida de maneiras diferentes por Elisa Pereira Reis e Sonia Regina de Mendonça. Segundo Elisa, a “politização da economia” é concebida como soluções de autoridade para os problemas econômicos. O exemplo utilizado por ela é o da valorização do café, e a crescente participação do Estado neste setor econômico. REIS, Elisa Pereira. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massashusetts: PhD dissertation to MIT, 1979. Já para Sonia Mendonça, o mesmo termo é empregado como a “intensificação dos próprios conflitos de interesses econômico-corporativos, que assumem a forma de disputa política, no seio da sociedade civil.” MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 43, nota 3. Parece-me que esta última definição é a mais adequada para aquilo que pretendo expressar aqui.

solução reivindicava a utilização do empréstimo do município de Porto Alegre. A posição do rizicultor está marcada pela clivagem partidária da realidade política da época.

A resposta ao artigo escrito por Francisco de Paula Teixeira viria através do editorial do jornal *Diário Popular*, ligado ao situacionismo:

Um artiguete editado nesta cidade sob o título acima não deve passar sem reparo.

Só denuncia o acanhado partidarismo do seu autor, injusto e inverídico, ainda uma vez, na apreciação dos atos do benemérito chefe do estado.

Incrimina ele o sr. Dr. Borges de Medeiros porque em resposta ao comunicado da organização do Sindicato Arrozeiro limitou-se S. Ex. a agradecer a participação recebida.

Que desejava o articulista fizesse o ilustre presidente se nada lhe foi pedido a respeito?

Antecipar-se em alvitres ao congresso, o único competente para avaliar as necessidades da classe e suscitar os justos meios de sua defesa ante a crise que o assoberba!²⁷⁸

O debate em torno do financiamento confirma, mais uma vez, a estreita ligação entre interesses econômicos e políticos no que tange ao papel das agremiações de classe na Primeira República.

A segunda proposta de financiamento foi hegemônica entre as lideranças do Sindicato e consistia na arrecadação de fundos por meio de empresas ligadas ao comércio de arroz no estado, delegando ao governo um papel secundário no plano de valorização. Nesse sentido, aparece com nitidez o interesse da empresa Bier & Ullmann, tanto em financiar quanto em participar diretamente da “centralização” comercial. Recorde-se que o “Sr. Bier” já aparecia nas articulações iniciais realizadas pelos rizicultores de Cachoeira do Sul e Porto Alegre, donde o principal tema de discussão era justamente a política de “centralização”.²⁷⁹ A ligação da firma Bier & Ullmann com o Sindicato Arrozeiro revela muito mais do que uma simples medida de apoio à defesa da rizicultura. Nesse ponto parece localizar-se o “nó” da proposta de “centralização” comercial.

Atentando para a participação da empresa Bier & Ullmann na economia estadual, Ema Aroztegui apresenta um histórico verdadeiramente impressionante do poder concentrado em poucas mãos no setor arrozeiro:

²⁷⁸ *Diário Popular*. Pelotas, 27 de junho de 1926. p.1 (Biblioteca Pública de Pelotas)

²⁷⁹ Ver p.92-93.

Inicialmente, a firma dedicava-se à comercialização de produtos agrícolas coloniais. Com o crescimento da produção arrozeira, entrou também com sua comercialização. A secção especializada em compra e venda de arroz cresceu em importância e, à frente dela, colocou-se Gastão Englert. Depois de 1926, Bier e Englert se separaram de Ullmann, dedicando-se especificamente à comercialização de arroz. Englert era um indivíduo com múltiplas relações na Associação Comercial de Porto Alegre e com a coletividade porto-alegrense e da “colônia” alemã da serra. Era presidente das caixas de poupança e crédito coloniais, chamadas Caixas Reissassen.²⁸⁰

Esclarece-se, pois, o grande interesse de Gastão Englert na formação do Sindicato e sua ênfase na necessária “centralização” comercial para salvar o setor da bancarrota.

Por outro lado, continua Aroztegui, a empresa Bier & Ullmann, sediada em Porto Alegre, juntamente com os engenhos de propriedade de Pedro Osório (Pelotas), Victor Kessler (Porto Alegre)²⁸¹ e Reinaldo Roesch (Cachoeira do Sul) exportavam 20% de todo arroz beneficiado no Rio Grande do Sul em 1934,²⁸² concentração que provavelmente iniciou bem antes da década de 1930, já que em 1915, 13% das empresas exportavam aproximadamente 49,6% do arroz gaúcho.²⁸³ Analisando a concentração do comércio no ramo, Paulo Bescow constata que a grande firma exportadora de arroz nos anos 1920 era a Kessler, Vasconcelos & Cia, que mais tarde apareceria com a firma Arrozeira Brasileira.²⁸⁴ Associada ao capital italiano e argentino, a empresa controlaria algo em torno de 40 a 50% das exportações de arroz do Rio Grande do Sul na mesma década.²⁸⁵

Não encontrei dados referentes a essas informações nos documentos da época. Com efeito, a única lista a que tive acesso discrimina as casas exportadoras segundo o conteúdo de suas exportações que encontrei, citando diretamente a remessa de arroz, compila os dados do primeiro semestre de 1919 de produtos exportados pelo porto de Porto Alegre. Segundo essa fonte, a empresa Kessler, Vasconcelos & Cia exportava 34.269 sacos de arroz de um total de 117.071 sacos, de janeiro a junho de 1919.²⁸⁶ Isso contabiliza 29% do total nas mãos de apenas uma casa exportadora. É uma proporção

²⁸⁰ AROZTEGUI, Ema. *Op. Cit.* p.61. Nota 24.

²⁸¹ *Idem.*

²⁸² *Idem.*

²⁸³ *Idem.*

²⁸⁴ BESCOW, Paulo. *Op. Cit.* p.94.

²⁸⁵ *Idem.*

²⁸⁶ *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, ano 2, nº 7, julho de 1919. P.398-399. (Biblioteca Pública Rio-Grandense)

bastante alta que reforça a hipótese de que a concentração no ramo de exportação continuou nos anos subseqüentes.

Portanto, a forma que tomaria o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul em 1926 sugere que a burguesia agro-mercantil formada ao longo das quatro décadas da Primeira República buscava institucionalizar seu poderio econômico em entidades de classe delimitadas setorialmente. Eis o fundamento concreto da crítica emitida por Francisco de Paula Teixeira frente a esses homens que tinham “grandes interesses em jogo” na “questão arrozeira”.

De outra parte, a possibilidade de financiamento através de alguns comerciantes do Rio de Janeiro aparece apenas uma vez na documentação, mas é relevante na medida em que esboça os laços econômicos que aproximavam a burguesia agro-mercantil gaúcha dos agentes do centro do país. Assim foi que um rizicultor lembrou que “o coronel Vitor Henrique da Silva lhe informara que capitalistas do Rio de Janeiro, sabedores da situação dos arrozeiros rio-grandenses, estavam dispostos a empregar dez mil contos de réis na agricultura rio-grandense”.²⁸⁷ Não há indícios do desdobramento da questão, mas é possível que o empréstimo tenha sido encaminhado para a empresa Bier & Ullmann, que seria a empresa comissária do plano de valorização.

A questão foi finalmente encaminhada da seguinte forma: a empresa Bier & Ullmann iria contribuir com 6.000 contos de réis para a implementação da política de “centralização” comercial, ficando ela como Comissária Geral das transações do Sindicato. Como veremos mais adiante, a medida não seria posta em andamento tão facilmente, dependendo de negociações posteriores com lideranças locais e outras casas comerciais.

Outra inovação levada a cabo nesse período foi a aplicação de uma política de preço mínimo para o arroz exportado. Assim, o I Congresso definiu que “Considerando que em virtude de fatores e circunstâncias diversas, o custo da produção do arroz de 1926 é elevado, o Congresso reconhece que o produtor precisa obter o preço de 40\$000 para arroz japonês classificado”.²⁸⁸

²⁸⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 13 de junho. p.16 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa). Não encontrei muitas informações sobre Vitor Henrique da Silva. Sei apenas que ele participou do *Ata do Congresso do PRR em 12 de outubro* em 1923 como representante do Conselho Municipal de Porto Alegre e é mencionado por Fortunato Pimentel como proprietário de um estabelecimento de imunização de cereais em Porto Alegre. *Ata do Congresso do PRR em 12 de outubro em 12 de outubro de 1923* (Instituto histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul); PIMENTEL, Fortunato. *Op. Cit.* p.25. Vitor Henrique da Silva também esteve envolvido nos anos 1920 com o Banco Porto-Alegrense. LAGEMANN, Eugenio. *Op. Cit.* p.46.

²⁸⁸ *A Federação*. Porto Alegre, 29 de junho de 1926. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

A política de “centralização” apresentada pela Diretoria do Sindicato Arrozeiro mereceu resistência por parte dos produtores não alinhados com o setor mercantil exportador. O próprio Gastão Englert relatara na reunião fundacional as dificuldades que as comissões que construíram as propostas haviam encontrado pelo caminho:

Alvitrou-se a dificuldade de conseguir os numerários indispensáveis para amparar tal medida. Após detido estudo, a comissão encontrou probabilidades de resolver eventualmente a questão financeira para a centralização das vendas. Notou, porém, a mesma comissão, que existem outras dificuldades, quem, talvez, não possam ser removidas de pronto e, talvez impeçam um grande e imediato movimento de centralização, que é, sem dúvida, a única medida de resultados práticos e de pronto efeito. Estas novas dificuldades consistem principalmente nas relações que grande parte dos plantadores encaminhou e não me permitem dispor livremente de seu produto. O movimento foi iniciado muito tarde, mas, mesmo assim, ainda está em tempo para se agir e providenciar. Deve-se conseguir com a máxima urgência o congregamento de todos os plantadores. Feito isto poderão ser tomadas as medidas aconselháveis. Sem a união e a cooperação conjunta nada se consegue, com ela tudo se faz.²⁸⁹

Com efeito, além dessa manifestação de resistência, não encontrei nenhuma evidência sobre qualquer outra ação que pudesse colocar em perigo a constituição da agremiação e as propostas encaminhadas. Na verdade, o principal perigo seria o de que as resoluções tomadas fossem reduzidas à ineficiência, uma vez que a “centralização” dependia da adesão de grande parte dos plantadores.

Nesse quadro foi que se convocou o I Congresso dos Arrozeiros. O encontro foi muito mais representativo do que a reunião de fundação, tendo comparecido mais de 50 produtores e representantes de empresas e sociedades comerciais.²⁹⁰

²⁸⁹ *Correio do povo*. Porto Alegre, 13 de junho. p.16. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

²⁹⁰ A lista dos presentes no I Congresso dos Arrozeiros é a seguinte: “Major Alberto Bins, Nygaard & c., Vva. Treptow & c., H. Theo Muller. Jorge Franck, Nicolau Kroeff, Afonso Henriques, Leonel Frederick & c., Reinaldo Roesch, Arnt, Sousa & c., Julio Costagnino, Antonio O. Fonseca, F. F. Perrone, Accacio Ramos & c. Lmitd., Angélico P. Gomes, Accacio Gomes & c., Jerônimo Teixeira de Oliveira, Carlos Salim, Remo Comtte, Felix D. Solern, Luciano Crespo, P. Homero Marques, pelo município de Dores de Camaquã, Alfredo Daurema por Roberto Danremann, Adyles de Araújo Peixoto, Antonio José R. da Silva, Lourival Pinheiro, Mario Crespo, Carlos Moreira, Eduardo Moreira, Abrantes Irmãos, Adams Vogt & c., Giovanni Tricerri, João Batista de Oliveira, Nicanor Gonçalves Centeno, Pereira Moreira F., Jose Olavo Fay, em firma, Ney Azambuja & c., Lisboa & C., Abbott & C., E. Abbott por Antonio Maria Maria Martins e Filhos, Juvenal dos Santos, Correa Irmãos, Isubard e Moreira, Pedro Rocha, João Batista de Sousa, por si e pelos plantadores do 1º distrito de Camaquã, Cristóvão Andrade Silveira, idem idem, João Broel, Abílio Pereira, Rodolfo Moreira de Sousa, Carlos Hassemcamp, Manoel Antonio de Matos Cardosi, Bier e Ullmann, Creidu & Schmidt por si e por Soares & Grohermann, p.p. Fausto A. da rosa, Wurdig Bohrer & c., Vivaldino R. Mendes, Roberto Paulo Scherer, Adalberto Octacílio de Oliveira e Oliveira Gomes & c.” *A Federação*. Porto Alegre, 28 de junho de 26. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

O objetivo subjacente da reunião era forjar um consenso a respeito das questões discordantes e convencer os elementos resistentes à política de valorização. Por isso, a pauta concentrou-se na questão da “centralização” comercial, explicada didaticamente por Gastão Englert a partir da retomada de outros exemplos onde a medida foi utilizada com sucesso. A intenção dos líderes era, pois, convencer as lideranças regionais presentes no Congresso, legitimar a nova agremiação e capilarizar a proposta para o resto do estado. A idéia foi aprovada pelos presentes, mas até ser posta em prática dependeria de negociações ao nível regional que seriam encaminhadas fora dos espaços do Congresso.

O terceiro aspecto que poderia gerar conflito quanto à política de “centralização” era a oposição de alguns setores nacionais à formação de um “truste” do arroz, como foi designado nos debates da época. A institucionalização de uma representação de classe no Rio Grande do Sul parece ter colocado em primeiro plano o risco de um acordo entre comerciantes locais que excluísse a participação de outras casas comerciais do negócio arrozeiro. O discurso em relação a isso, no entanto, retornava comumente ao argumento do perigo que o oligopólio representava para o consumidor final, ameaçado pela alta dos preços. Assim, durante o *I Congresso*, Gastão Englert teria a preocupação de responder às críticas, dizendo que

A “centralização” tem alguns ares de “trust” e, de fato, pode ser “trust” quando se quer que o seja. Mas a centralização que nós queremos não é do “trust”, que centraliza o produto para fins de especulação, nós queremos a centralização de Sindicato, que regula as vendas e procura enquadrá-las no limite da procura, moralizando assim o negócio.

Novamente aqui surge a noção de uma necessária justeza do mercado, abalado por fatores que desregulavam seu adequado funcionamento. Na tribuna da Assembléia Legislativa do Estadual o presidente do Sindicato Arrozeiro, Major Alberto Bins, aproveitando-se de sua posição de deputado estadual, também emitiria sua resposta às críticas à política de “centralização” comercial que circulavam no Rio de Janeiro:

Sr. Presidente, srs. Representantes. Acho necessário refutar alguns telegramas, vindos do Rio de Janeiro, criticando ato dessa Assembléia ratificando o ato do Governo que concedeu isenção de direitos sobre o arroz exportado para o estrangeiro.

Dizem os jornais do Rio que essa Assembléia está protegendo monopólios. Isto é um grande engano. (...)

Alegam que é um monopólio. Não o é, porque constitui uma associação de quase todos os arroseiros do estado.

Não é também um <trust>, porque estes procuram açambarcar o produto para depois explorar nos preços, o que o Sindicato Arrozeiro não faz.

É um Sindicato de efeitos puramente benéficos e de proteção à indústria, porque a maior necessidade, em nosso país, é a organização da produção, sendo que ela sempre será explorada, como o foi. E que o Sindicato somente procura regular a procura e a oferta está provado, pois este ano exportamos mais que o ano passado. E hoje, que obtivemos o nosso objetivo, quer dizer, valorizamos o produto desta importante indústria do Rio Grande do Sul, a ação do Sindicato tem sido contrário a dos <trusts>, ao monopólio, tem procurado manter em mãos dos produtores os produtos e não entregá-los ao comércio, para explorá-los.²⁹¹

A intervenção de Bins terminaria com salvas de apoio dos deputados presentes.

A Diretoria: quem é quem no Sindicato Arrozeiro

Para a análise concreta do papel e das funções assumidas pela Diretoria no período analisado é necessário observar as dimensões formais do poder atribuído a essa instância em conjunto com o perfil dos indivíduos que assumiram esses cargos. Isso porque os indivíduos em questão não se limitaram a agir somente como membros de uma Diretoria instituída, mas se utilizariam dos diferentes “capitais” disponíveis para cumprir os objetivos traçados pelo plano que vinham construindo já há algum tempo, antes mesmo da oficialização do Sindicato Arrozeiro.

Dentro dos termos previstos no Regulamento, a Diretoria estava investida de todos os poderes no que dizia respeito à política de defesa e valorização do arroz promovida pela agremiação:

Art. 13. A diretoria nos limites das disposições da lei, dos estatutos e das deliberações da Assembléia Geral, fica investida de plenos poderes para resolver sobre todos os atos da gestão relativos às medidas ou operações que são objeto do Sindicato, inclusive contratar, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, alienar, hipotecar e empenhar bens e direitos, competindo-lhe primitivamente:

§ 1. Organizar e regulamentar os diversos departamentos do Sindicato e escolher entre os associados dois membros, nomeando-os para gerirem, conjuntamente com o presidente do Sindicato o respectivo departamento.

§ 2. Resolver sobre a adoção e regulamentação de medidas aconselháveis, que possam concorrer para o engrandecimento e

²⁹¹ *Anais Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 1926.* Porto Alegre: Off. Graf. d'A Federação, 1927. p.204. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

prosperidade do Sindicato, empregando para isso os meios que lhe parecerem oportunos e convenientes.

§ 3. Contratar, suspender ou demitir livremente o pessoal necessário ou contratado para atender aos serviços do Sindicato e marcar-lhe os vencimentos e fianças quando estas forem necessárias.

§ 4. Organizar o regimento interno dos diferentes departamentos, serviços e organizações do Sindicato.

§ 5. Deliberar sobre os negócios concernentes o objeto e fins do Sindicato e modo de efetuá-los, contratando, distratando e praticando o mais que preciso for.

§ 6. Resolver sobre medidas de emergência necessárias ou aconselháveis na defesa da lavoura e de seu produto, investindo o presidente ou outras pessoas de todos os poderes que representar o Sindicato perante os poderes públicos ou em juízo ou para quaisquer outros fins do interesse do Sindicato.

§ 7. Deliberar sobre a admissão, demissão e exclusão de sócios.

§ 8. Resolver sobre a convocação de Assembléias extraordinárias.

§ 9. Insistir na apresentação mensal do balancete elaborado pelo tesoureiro e submetê-lo a rigoroso exame; denunciar as faltas encontradas, aplicando “ad referendum” da Assembléia as sanções necessárias.²⁹²

Nota-se a amplitude das atribuições dessa instância, sendo ela, de fato, a direção do Sindicato Arrozeiro. Essa instância era, por sua vez, dividida nos seguintes cargos: Presidente, Tesoureiro e Conselheiros. O Presidente, contudo, concentrava grande poder decisório, já que ele era “o principal dirigente do Sindicato, seu representante em juízo e fora dele em todos os atos que estabelecem relações jurídicas e é especialmente encarregado de executar e fazer executar as deliberações tomadas pela diretoria (...)”.²⁹³

Os membros da primeira Diretoria foram eleitos na reunião fundacional, e a instância foi composta pelas seguintes pessoas: major Alberto Bins, Presidente; Walter Schmidt, Tesoureiro; Carlos de Araújo Ribeiro, Secretário; Jorge Franke, Theo Möller, Francisco Berta, Félix Damião Scherer e Carlos Salim como Conselheiros, todos eleitos por unanimidade pelos presentes.²⁹⁴

Alberto Bins aparecia como liderança natural do Sindicato, pois desde que começaram os debates sobre a “crise arrozeira” ele se colocara como organizador da proposta de sindicalização junto a Gastão Englert. O seu envolvimento com a agropecuária e a indústria rio-grandense já foi relatada no primeiro capítulo²⁹⁵ e não repetiremos a descrição aqui. Interessa-nos observar qual era a sua atuação na vida

²⁹² Regulamento do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

²⁹³ Ata de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

²⁹⁴ *Idem*.

²⁹⁵ Ver p. 49-50.

política, que podem revelar muito sobre a relação do Sindicato com o governo estadual de Borges de Medeiros.

A relação de Alberto Bins com o Partido Republicano Rio-grandense estabeleceu-se bastante cedo. Em 1901 ele ingressou no partido e foi nomeado major a convite de Julio de Castilhos. Erich Fausel relata o acontecimento de maneira bastante romantizada, mas percebe a importância desta nomeação para a vida política de Bins:

Julio de Castilhos que muito o considerava como industrialista, quis lhe conferir em pouco tempo um cargo político. Por isso lhe disse durante a exposição estadual: “o senhor será oficial da guarda nacional”. Prontamente Bins revidou: “Mas só de capitão para cima!” Então foi nomeado major. Esta nomeação, - e disso sempre se orgulhava, - representa o primeiro ato político de sua vida.²⁹⁶

Bem relacionado com os chefes do PRR, Alberto Bins ascendeu na carreira política estadual, sendo primeiramente membro da Câmara de Porto Alegre de 1908 a 1913 e, a seguir, deputado por três mandatos consecutivos, de 1913 a 1928. Na Assembléia Legislativa, ele compôs a Comissão Orçamentária, uma das mais importantes daquela casa, já que a Constituição Estadual de 1891, inspirada pelo positivismo, previa atribuições bastante reduzidas ao parlamento gaúcho, que funcionava somente durante 3 meses por ano e tinha um número de vagas reduzidas para a disputa eleitoral dos partidos de oposição.²⁹⁷ A discussão e votação do orçamento era a principal atividade dos deputados do Rio Grande do Sul e constituía-se no ponto nevrálgico da disputa entre o PRR e seus opositores na Assembléia. A Comissão Orçamentária também era uma ferramenta fundamental na negociação com as lideranças municipais, já que as verbas distribuídas para as reformas urbanas passavam pelo seu crivo.

Em 1928, com a morte do intendente de Porto Alegre, Otávio Rocha, conhecido pelo seu projeto de modernização da capital e como um idealizador de grandes obras públicas, Alberto Bins assumiria a intendência do município e nos anos 1930 continuaria como prefeito até o golpe do Estado Novo em 1937. No último quinquênio da República Velha, o major também estaria envolvido com a organização dos setores produtivos urbanos e rurais do estado, sendo presidente da Associação Comercial de

²⁹⁶ FAUSEL, Erich. *Op. Cit.* p. 37.

²⁹⁷ O desequilíbrio entre os poderes de Estado, no Rio Grande do Sul, levou Décio Freitas a conceber o regime republicano gaúcho como o primeiro modelo de ditadura no Brasil. Ver FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

Porto Alegre e um dos idealizadores da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, além de ser presidente do Sindicato Arrozeiro.

Alberto Bins era uma figura política de atuação eminentemente regional, não tendo grande projeção fora do Rio Grande do Sul como outros políticos da época a exemplo de Ildefonso Simões Lopes ou os componentes da chamada Geração de 1907. Nesse sentido, quando Bins foi indicado pelos colonos do norte do estado para ser seu representante étnico na Câmara Federal nas eleições de 1924, já que ele mesmo era descendente de alemães, Borges de Medeiros, presidente do PRR, negou tal pedido.²⁹⁸ Três anos depois, no entanto, convidado por Borges para assumir o mesmo cargo, o major mostrou desinteresse, já que as suas potencialidades como líder político revelavam ser eminentemente regionais.²⁹⁹

Sabemos pouco a respeito das demais lideranças do Sindicato Arrozeiro. Walter Schmidt, aparecia nas reuniões do Sindicato representando a firma Vva. Treptow & Cia. Não encontrei informações sobre as suas ligações partidárias.

Sobre os Secretários, as informações também são escassas. Eles parecem ter tido uma atuação secundária no encaminhamento da proposta de “centralização” elaborada pelas idealizadores do plano de valorização. Carlos de Araújo Ribeiro aparece nas reuniões representando a firma Jacinto & C. Araújo Ribeiro. O rizicultor era vice-intendente do município de Guaíba,³⁰⁰ próximo a Porto Alegre e político vinculado ao PRR.³⁰¹ Jorge Franke aparece como representante da Granja São Pedro. Era rizicultor pioneiro em Cachoeira do Sul instalando uma das primeiras lavouras irrigadas naquele município, mas residia em Porto Alegre. A única informação que encontramos sobre Theo Möller é que ele foi membro do Conselho Fiscal do Banco Pelotense nos anos 1910.³⁰² Não encontramos fontes que indicassem sua participação partidária.

O aspecto mais curioso na composição da Diretoria do Sindicato é a ausência de duas figuras centrais em todas as negociações precedentes: o Cel. Pedro Osório e o comerciante Gastão Englert.

²⁹⁸ GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p.58.

²⁹⁹ *Idem*. p.70.

³⁰⁰ *Ata do Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Sul, 1929*. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

³⁰¹ *Ata do Congresso do PRR em 12 de outubro em 12 de outubro de 1923* (Instituto histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

³⁰² LAGEMANN, Eugenio. *Op. Cit.* p.122.

Sobre Pedro Osório já descrevemos um pouco de sua biografia no primeiro capítulo.³⁰³ Ele tinha uma projeção política considerável no município de Pelotas, sendo o líder do PRR na região. Durante os debates sobre os destinos do plano de valorização do arroz, o coronel mereceu inclusive um elogio de um de seus adversários partidários, Francisco de Paula Teixeira, personagem já mencionado aqui:

Nos milhões de sacos de produção da zona sul, o ilustre homem agrícola e industrial é quem maior destaque oferece.

Eu, que sou seu adversário político, reconheço-o como chefe supremo na questão do arroz, arroteiro, como sou, em modesta escala.³⁰⁴

A adesão de Pedro Osório à proposta de “centralização” parece ter sido um importante indicativo para a atuação das demais lideranças locais se incorporarem naquela iniciativa. A sua importância no desfecho da “questão arroteira” também ficou evidente durante o I Congresso dos Arroteiros, quando o coronel foi chamado a compor a presidência da mesa diretora dos trabalhos do Congresso juntamente com Alberto Bins.³⁰⁵

Gastão Englert, de outro modo, aparecia como o maior defensor da política de “centralização” comercial promovida pelo Sindicato. Desde o início ele se colocara ao lado do major Alberto Bins, respaldado por sua condição de amigo pessoal do major bem como pela sua relevância como representante de uma das maiores empresas exportadoras de arroz do Rio Grande do Sul. Em 1928, Englert seria nomeado Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, criado no governo estadual de Getúlio Vargas. Não sabemos da sua relação com o PRR.³⁰⁶

As Comissões Regionais

Embora tenham ocorrido em Porto Alegre, tanto a reunião de fundacional quanto o I Congresso dos Arroteiros contou com a participação de diversos produtores e comerciantes de outros municípios do Rio Grande do Sul. Dentre eles, aparecem representantes de firmas de Cachoeira do Sul, Pelotas, Dorés de Camaquã, Rio Pardo,

³⁰³ Ver p.52-53.

³⁰⁴ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 23 de maio de 1926. p.8. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)

³⁰⁵ *A Federação*. Porto Alegre, 28 de junho de 1926. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

³⁰⁶ *Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro pós-1930* (CD-Rom). Rio de Janeiro: Cpdoc-FGV.

Tapes e São Gabriel. O interesse na questão por parte desses agentes foi amplo e a convocação feita pelo Sindicato através de telegramas às lideranças locais e nos jornais teve efeito positivo, o que se verifica pelo número considerável de pessoas presentes no Congresso. A questão da acomodação dos interesses regionais no plano de defesa formulado nesses espaços de representação de classe, todavia, não transcorreria naturalmente, como indica a oposição de alguns produtores à proposta de “centralização”.

A saída encontrada pelas lideranças do setor foi formar o que se denominou de Comissões Regionais, ou seja, representações em cada município responsáveis por colocar em andamento o plano de defesa da rizicultura. Dessa forma, o estatuto do Sindicato Arrozeiro previa que

Em qualquer localidade do Estado poderão ser constituídas comissões regionais do Sindicato, todas as vezes que hajam sócios efetivos em número mínimo de dez.

Estas Comissões Regionais servirão de intermediárias entre os interesses dos sócios locais e os do Sindicato.³⁰⁷

Na verdade, as Comissões Regionais respondiam a uma dupla necessidade imposta pelos interesses regionalizados: ceder o poder de representação setorial e a legitimidade de atuação às lideranças em cada localidade e ceder o controle da política de “centralização” às principais empresas arrozeiras e/ou comerciais em cada município. De fato, as funções previstas para esses órgãos de representação municipal eram quase iguais às da Diretoria do Sindicato, ainda que elas tivessem que seguir as diretrizes gerais propostas para todo o estado.

Alberto Bins e Gastão Englert perceberam rapidamente a necessidade de legitimar essa instância do Sindicato para consolidar a adesão das lideranças locais. Com esse fim, empreenderam uma viagem pelo interior do estado entre o final de julho e início de agosto de 1926 para conduzir reuniões com os rizicultores dos principais municípios produtores e auxiliar na instalação das Comissões Regionais. A primeira localidade em que estiveram foi Pelotas, denotando a importância estratégica da adesão do grande centro ruralista do sul na legitimação de suas propostas assim como o apoio direto de Pedro Osório na instalação da primeira Comissão Regional do Estado. Bins e Englert estiveram também nos municípios de São Gabriel, Cacequi, Cachoeira do Sul e

³⁰⁷ Regulamento do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*. (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

Rio Pardo (Anexo IV). Em cada município foi indicada uma empresa para coordenar a “centralização” e os respectivos recursos seriam cedidos pela comissão geral, a Bier & Ullmann, às Comissões Regionais.

Os esforços do Sindicato em regular o mercado parecem ter dado resultado, embora seja difícil avaliar o quanto isso deveu ao plano de valorização formulado pela agremiação. A “centralização” comercial propriamente não parece ter sido aplicada no grau e intensidade pensada originalmente, o que me leva a relativizar tanto a profundidade da “crise” que se apresentava como grave quanto o poder de intervenção do Sindicato no mercado.

Segundo o memorial do próprio Sindicato Arrozeiro publicado em 1935, depois da viagem de Alberto Bins e Gastão Englert ao interior do estado

Foram verificados resultados tão favoráveis, por terem subido os preços, que já se podia dispensar completamente qualquer trabalho, no sentido de fazer a centralização, que nem chegou a se tornar efetiva, nem mesmo nas zonas onde ela estava resolvida por todos interessados.³⁰⁸

Assim, o maior saldo do movimento de defesa da rizicultura não seria econômico, mas político e organizativo.

O papel do governo estadual

O período em que Borges de Medeiros permaneceu no poder é objeto de diferentes leituras historiográficas no que tange ao caráter e à natureza política do governo. Alguns autores ao dar maior atenção às particularidades da Primeira República no Rio Grande do Sul ressaltaram os traços autoritários do regime “borgista” e a precoce centralização política do estado gaúcho frente à realidade oligárquica das outras regiões.³⁰⁹ A ideologia positivista seria o elemento impulsionador de uma modernização conservadora, em que o Estado geria os conflitos da sociedade, incentivando o desenvolvimento geral da economia e contendo os conflitos sociais através da incorporação do nascente proletariado urbano. A ditadura positivista e a natureza

³⁰⁸ Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre [s.n.], 1935. p.14.

³⁰⁹ PINTO, Celi. *Op. Cit*; FONSECA, Pedro. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: _____. *A dialética da colonização*. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1993. pp.273-307.

moderno-conservadora do regime, que tinha as portas quase fechadas aos partidos de oposição, é uma caracterização central dessa interpretação.

É evidente que há variações na forma de apreciar essas questões dependendo do estudioso que se debruçou sobre o tema. Luiz Targa, por exemplo, defende que houve de fato uma Revolução Burguesa precoce no Rio Grande do Sul, em comparação a outros estados brasileiros.³¹⁰ A grande inovação do PRR teria sido, desse ponto de vista, modernizar o aparelho político estadual, no sentido de concentrar o poder de maneira eficiente, possibilitando ao próprio Estado conduzir os rumos gerais do desenvolvimento da região. Alguns são menos categóricos, acentuando, por exemplo, a figura de Getúlio Vargas ao final da Primeira República como o sintetizador das experiências intervencionistas já ensaiadas anteriormente.³¹¹

Em contraste, uma parcela dos historiadores aponta que o regime republicano no Rio Grande do Sul não fora tão diferente do coronelismo clássico brasileiro.³¹² Para esses, as particularidades do modelo implantado pelo Partido Republicano Rio-Grandense foi uma versão original do coronelismo rural, já que a centralização na figura do presidente do estado pressupunha o permanente exercício de disputas em nível municipal, fomentada algumas vezes pelo poder estadual. Nesse sentido, o PRR é considerado muito menos monolítico que na avaliação anterior. Assim, tal como na interpretação de Victor Nunes Leal, para os que defendem essa vertente a força do poder de Estado está exatamente na fraqueza do municipalismo no Brasil.³¹³

Tais interpretações atribuem pesos diferentes à questão ideológica e partidária. No primeiro caso, o PRR é considerado um partido unitário que não admitia cisões entre as lideranças locais. Os dissensos eram tratados com medidas punitivas severas dadas pelo líder do partido, seja pelo não reconhecimento dos resultados eleitorais, seja pela utilização do judiciário contra os desobedientes.³¹⁴ O positivismo, por seu turno, funcionava como um aglutinador, visto que a crença nesta ideologia assegurava a confiança na centralização do poder, a disciplina partidária e a convicção no progresso que daí adviria. No segundo caso, os autores que advogam o coronelismo como fundamento do regime observam que o líder não podia ter controle total sobre seus

³¹⁰ TARGA, Luiz. *A fundação do Estado Burguês no Rio Grande do Sul*. Artigo consultado em 10/04/2010, localizado no site www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_63.pdf

³¹¹ FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

³¹² FÉLIX, Loiva. *Op. Cit.*; GRIJÓ, Luiz. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. Dissertação de mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 1998.

³¹³ LEAL, Victor Nunes. *Op. Cit.*

³¹⁴ AXT, Gunter. *Op. Cit.*

partidários, além de depender deles para o desempenho político em cada localidade, especialmente nos períodos eleitorais. O positivismo, nesse caso, é visto muito mais como um artifício retórico que acoberta as diferenças do que como uma convicção motivadora das ações políticas.

Essa discussão tem relevância para a análise aqui empreendida, uma vez que as diferentes perspectivas sobre o caráter e a natureza do regime instaurado pelo PRR e seus governos trazem consequências para o entendimento das relações particulares do governo com a sociedade civil.

Ao nível estadual, o governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1928, representou uma fase de inflexão rumo a uma maior participação do Estado na economia regional e de paulatino abandono das diretrizes liberais então vigentes.³¹⁵ De fato, o intervencionismo estatal já começara a esboçar-se no início dos anos 1920, quando Borges de Medeiros levou a cabo a encampação do porto de Rio Grande e da Viação Férrea estadual, principais meios para o escoamento da produção gaúcha.³¹⁶

Neste período final da Primeira República ocorreram mudanças importantes na gestão econômica do Rio Grande do Sul que conjugaram iniciativas governamentais direcionadas a questão dos transportes e do crédito e iniciativas protagonizadas pelas então chamadas “classes produtoras”, especialmente no que toca à sua organização em entidades de classe voltadas para a racionalização da produção e colocação dos produtos no mercado. Sob a gestão de Vargas foi fundado o Banco do Rio Grande do Sul com o objetivo de incrementar o crédito e fomentar a produção local, buscou-se regular a movimentação dos portos e também foram tentadas soluções para o problema do contrabando na fronteira. Concomitantemente às ações oficiais, verificou-se uma ativação da sociedade civil com um novo impulso do associativismo existente ao longo da República Velha. Nos últimos anos da década de 1920 surgiram inúmeras organizações agrárias, industriais e comerciais. Um ano depois de erigido o Sindicato Arrozeiro, recriava-se a Federação das Associações Rurais (FARSUL), sendo seguido pelo Sindicato dos Charqueadores, Sindicato dos Produtores de Banha e dos Produtores de Uva e Vinho. A Federação das Associações Comerciais, surgida em 1925, unificou as associações municipais até então existentes e a Federação das Indústrias, em 1929, passou a representar o incipiente, mas próspero, ramo manufatureiro do estado.

³¹⁵ De forma geral, a maioria dos autores concorda com essa avaliação. Ver FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; AXT, Gunter. *Op. Cit.*; LOVE, Joseph. *Op. Cit.*

³¹⁶ BOSI, Alfredo. *Op. Cit.*

Joan Bak argumenta que o governo apoiava intensamente as diversas organizações, fossem de pequenos agricultores ou de grandes pecuaristas e charqueadores.³¹⁷ Essas associações seriam uma forma de resolver problemas econômicos que o Estado não poderia lidar sozinho, sem o apoio dos envolvidos. Tal visão é bastante corrente e relaciona-se com a idéia de que o positivismo previa um desenvolvimento geral e equilibrado da sociedade, sendo indevida a intervenção direta do Estado em determinados setores econômicos, pois isso representaria um favorecimento parcial a determinados ramos. Ao Estado cabia melhorar os transportes e a infra-estrutura deixando para a sociedade civil a organização dos interesses particulares e setoriais. A análise de Joan Bak dá a entender que tais instrumentos de coordenação econômica faziam parte de um projeto global pensado pelo governo do Estado. A explicação da autora, recorrentemente, se desenvolve como se houvesse um grande concerto de interesses entre as lideranças políticas e as associações de classe que iam emergindo.

De maneira distinta, Gunter Axt observa que Borges de Medeiros jamais apoiou organizações autônomas das classes proprietárias, pois isto afetava o funcionamento das relações com os chefes locais que mantinham o equilíbrio político do PRR e o papel desempenhado pela Assembléia Legislativa. Segundo o mesmo autor, em princípios da década de 1920

articulistas do *Correio do Povo*, liderados por Carlos Corrêa, saudavam a união dos produtores em associações de classe como o caminho para enfrentar as especulações do mercado e pressionar o Governo por medidas de amparo à produção. A campanha desnudava claramente os limites do sistema representativo castilhistas condensado na Assembléia orçamentária, apoiando a mobilização de segmentos sociais para a organização de canais alternativos.³¹⁸

A sugestão de que as associações de interesses eram canais alternativos para a obtenção de vantagens econômicas frente a um sistema política restrito é uma hipótese interessante, mas precisa ser considerada a partir de casos concretos. Surge, então, a questão: qual era afinal a posição do governo de Borges de Medeiros em relação ao Sindicato Arrozeiro?

A posição inicial do governo estadual foi aguardar o resultado das negociações travadas internamente no Sindicato Arrozeiro. Como apontei antes, não era consensual a

³¹⁷ BAK, Joan L. *Op. Cit.*

³¹⁸ AXT, Gunter. *Op. Cit.* p.374.

política de centralização do comércio de arroz. As fontes indicam que possíveis disputas subjacentes à implantação da valorização teriam que ser superadas em favor de lideranças próximas a Borges de Medeiros para que o governo anunciasse seu apoio e concretizasse algum encaminhamento concreto em relação às demandas colocadas.

A postura do PRR foi similar à de Medeiros. Infere-se isso a partir da cobertura feita pelo jornal *A Federação* da “crise arroseira”, muito menos densa do que aquela veiculada pelo *Correio do Povo*, jornal não ligado ao partido dominante. Somente depois do I Congresso Arroseiro *A Federação* iria manifesta-se claramente sobre a questão do Sindicato:

Está fundado o Sindicato dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul. Poderíamos repetir, com o velho prolóquio, que há males que vem para bem: a crise atual em que se debate a indústria do arroz, no Estado, trouxe o inegável benefício dessa organização, que há de prestar serviços valiosos e inestimáveis.³¹⁹

Certamente a posição do jornal do PRR também fora influenciada pela disposição dos representantes da “classe arroseira” em buscar o respaldo do governo, enviando uma comissão ao Palácio Piratini agradecer a atenção do presidente do estado representado no I Congresso dos arrozeiros pelo Secretário de Obras Públicas, Sérgio de Oliveira.³²⁰

A primeira ação concreta tomada pelo governo estadual foi um decreto assinado em 23 de julho de 1926, isentando o arroz exportado dos impostos de viação e taxas de exportação do artigo saído pelos portos de Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas.³²¹ No mesmo ano a Diretoria de Higiene do Estado passava a vistoriar e classificar o arroz exportado em parceria com o Sindicato Arroseiro. Tal medida representava um avanço na padronização e verificação da qualidade do produto, voltado sobretudo para a satisfação das exigências de mercado. Em 1929 e em 1930 as isenções de impostos e taxas seriam ampliadas pelo governador Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano foi

³¹⁹ *A Federação*. Porto Alegre, 28 de junho de 1926. p.1. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

³²⁰ “Conforme dissemos acima, foi designada uma comissão, composta dos congressistas major Alberto Bins, Leonel Friederich, Jerônimo Teixeira, Ernesto Abbott, Pedroso Rocha, Abdala creidy, Felicíssimo, Afonsino, Mario Crespo, Gastão Englert e Lourival Pinheiro, para agradecer ao sr. presidente do Estado o ter-se feito representar nos trabalhos no Congresso dos Arrozeiros Rio-grandenses, bem como a solidariedade, ali expressa, pelo dr. Sérgio de Oliveira, em nome do governo.” *A Federação*. Porto Alegre, 29 de junho de 1926. p.3. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre).

³²¹ *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1926*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas A Federação, 1927. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

disponibilizado um empréstimo da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul para o Sindicato Arrozeiro com vistas a financiar a valorização do produto.³²²

O apoio à fundação de um banco de crédito rural, pauta estabelecida no estatuto do Sindicato, seria implementada apenas em 1928, também sob o governo de Vargas. Da mesma forma, a sugestão de criar uma estação experimental para a melhoria técnica da produção só foi possível em 1939, no lugar onde antes era a Granja Progresso de propriedade do major Alberto Bins.³²³

É inadequado, pois, concluir que o associativismo representasse naturalmente um plano traçado pelos governantes.

No caso do curto mandato de Getúlio Vargas à frente do Executivo rio-grandense a maioria dos autores tende a acentuar a atuação do governante, as políticas dirigidas à agricultura, indústria e comércio, a expansão do crédito e a atenção especial ao bom desempenho das exportações.³²⁴ Provavelmente porque a figura de Vargas seja um emblema histórico do modelo desenvolvimentista é que se torna difícil voltar-se a atenção para a atuação de figuras do segundo escalão da vida política gaúcha neste período. O que estou sugerindo é que uma série de processos desenvolvidos na década de 1920 consolidou determinadas políticas de Estado, que de fato foram sintetizadas e formuladas como projeto por Getúlio Vargas quando no governo do Rio Grande do Sul. Como isto aparece em relação ao Sindicato Arrozeiro?

Em primeiro lugar nota-se que o Sindicato era uma associação criada, a princípio, sem vínculo com o governo ou com outra instância do aparelho de Estado. Contudo, uma leitura atenta das fontes, mostra que havia interpenetrações entre essas duas esferas. A legitimação do Sindicato frente a todo o setor arrozeiro foi tributária do papel legislativo assumido pelo presidente do estado.

Neste sentido, é curioso que a lei de isenção fiscal decretada pelo governo em 1926 isentava das taxas apenas o arroz que fosse exportado pelo Sindicato Arrozeiro e não todos os carregamentos remetidos pelas casas comerciais.³²⁵ Sob o véu de um

³²² Uma boa análise sobre as medidas tomadas pelo governo estadual pode ser encontrada em FRAQUELLI, Jane. *Op. Cit.*

³²³ Regulamento do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.* (Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz).

³²⁴ FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989;

³²⁵ “Isenta do imposto de viação, das taxas de expediente, de 1%, adicionais, de 3%, sobre a exportação de Porto Alegre e Pelotas e das taxas portuárias de Porto Alegre e Rio Grande, cem mil sacos de arroz em casca ou cinquenta mil sacos descascados, que forem exportados para o estrangeiro por intermédio do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, com sede nesta capital, ad referendum da Assembléia dos

simples decreto de natureza econômica estava sendo afirmada a legitimidade do Sindicato como um imperativo para os rizicultores do estado. Não é, pois, sem precedente que quando surge o Sindicato da Banha no Rio Grande do Sul, em 1929, este é registrado como Sindicato Oficial em decreto do governo, revelando o atrelamento direto do órgão ao aparelho de Estado.³²⁶

Em 1928, Oswaldo Aranha, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, observava, durante uma reunião com os produtores de uva e vinho, que havia certa continuidade na política do governo Vargas em relação à gestão anterior no que se refere à política de sindicalização patronal:

Esse exemplo dos arroseiros, bem como a ação do governo anterior não poderiam deixar de vingar, de ser seguidos, de ser adotadas, por nós e por vós, como solução única, prática e legal dos problemas da nossa vida econômica.
Não nos resta outro caminho.³²⁷

Por outro lado, a consolidação das lideranças setoriais, a “centralização” do comércio e a coordenação econômica nas mãos de poucos indivíduos, embora não fosse exclusividade deste período, já aparecia de maneira estruturada e formulada claramente, como parte de uma política de Estado. Percebendo isto, ao final de seu primeiro ano de governo, Getúlio Vargas defendia que

Ao Estado cabe estimular o surgimento dessa mentalidade associativa, valorizá-la com a sua autoridade, corrigindo-lhe as insuficiências, exercendo sobre ela um certo “controle”, para lhe evitar os excessos. A mais eficiente dessas organizações é a que assume a forma de sindicatos. Organizados para a defesa dos interesses comuns têm uma dupla vantagem: para os associados, a união torna-os mais fortes: para os governos, o trato direto com os dirigentes da classe facilita, pelo entendimento com poucos, a satisfação do interesse de muitos.³²⁸

Ou seja, Vargas estava concebendo as experiências antecessoras já na forma de um projeto político cuja maioria dos elementos não era ele quem tinha experimentado pela primeira vez, embora seu partido, o PRR, já pudesse acumular erros e acertos na

Representantes.” *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1926*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas A Federação, 1927. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

³²⁶ Decreto 4.263 de 8 de fevereiro de 1929. *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas A Federação, 1930. (Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre)

³²⁷ ARANHA, Oswaldo. *O sindicalismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1929. (Biblioteca Nacional, I – 202, 3, 16 n.9).

³²⁸ *Parlamentares Gaúchos. Getúlio Vargas. Discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997. p.515.

linha intervencionista ao longo de seus sucessivos governos.³²⁹ Um problema relevante a se questionar neste processo de consolidação das lideranças é se a historiografia não tem subestimado a formação de todo um segundo escalão político responsável por forjar a nova unidade consolidada pela Frente Única Gaúcha³³⁰ desde seus grupamentos municipais e setoriais, o que não passaria necessariamente por uma negociação do tipo político-partidária, e sim por entendimentos de outra natureza que, todavia, podiam reforçar a capilaridade do poder de Estado nas regiões.

Maria Antonacci chama a atenção para um processo fundamental transcrito após a Revolução de 1923 denominado pela autora de “recomposição da classe dominante gaúcha”.³³¹ Em geral, quando os historiadores referem-se a esse fenômeno tendem a reduzi-lo à distensão político-partidária verificada nesses anos, sem levar em conta que outros fenômenos menos visíveis nos documentos oficiais da época. Parece-me que o que estamos observando nesse caso é exatamente a recomposição da classe dominante no setor arroseiro, com a conseqüente afirmação da primazia da fração ligada ao capital comercial neste ramo e a institucionalização de uma representação reconhecida pelas “frações dominadas da classe dominante” no mesmo âmbito.

³²⁹ Sobre a formação política de Vargas dentro do PRR e da tradição positivista consultar FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; GRIJÓ, Luiz. *Op. Cit.*

³³⁰ A Frente Única Gaúcha foi a formalização da aliança entre o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador, liderado por Francisco de Assis Brasil, para o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Sobre isso ver VIZENTINI, Paulo. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

³³¹ ANTONACCI, Maria. *Op. Cit.* p.88-111.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizei um esforço de aprofundar-me no tema do associativismo na busca de uma explicação que não fosse reduzida à dimensão econômica do problema agrário, conforme explicitiei na introdução do texto. Para isso, foi necessário revisar as explicações dadas até então sobre a criação e o formato tomado pelo Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul de 1926 a 1930, apoiando-me nas reflexões já existentes sobre este tema e objeto específico. A meu ver, a historiografia não se permitia tirar todas as conseqüências sugeridas pela prática associativa no período da Primeira República por estar por demais presa a uma visão econômica do problema abordado, pela falta de uma perspectiva que englobasse a relação regional/nacional, e por influências de teses consolidadas na tradição historiográfica rio-grandense que impediam uma reflexão menos dicotômica do contexto estudado. No esforço de repensar essas tendências historiográficas é que emergiu o problema desenvolvido nesse trabalho.

Fazendo uma avaliação geral do problema desenvolvido, alguns aspectos aparecem com centralidade para compreendermos o Sindicato Arrozeiro como fenômeno associativo geral e como agremiação particular no contexto dos anos 1920; aspectos que foram desenvolvidos nos capítulos desse trabalho e que sintetizam a diferença do olhar que busquei lançar sobre o problema.

O primeiro deles é a relação entre o regional e o nacional que perpassa aquele objeto. Ora, a historiografia da Primeira República ressaltou durante muito tempo o caráter regionalizado da economia brasileira e as necessárias negociações entre estados na costura de uma certa estabilidade política no plano institucional. Por outro lado, o próprio Rio Grande do Sul aparecia como um estado de desenvolvimento particular no quadro desses anos, pois além de ter uma economia voltada para o mercado interno nacional, como evidenciamos, posicionava-se politicamente com certa independência no plano institucional e eleitoral, como bem observou Joseph Love na sua obra “O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930”.³³²

Podemos dizer que nos anos finais da Primeira República aquilo que aparecia como uma “difícil hegemonia”, nas palavras de Eduardo Kugelmas,³³³ emergiu como

³³² LOVE, Joseph. *Op. Cit.*

³³³ KUGELMAS, Eduardo. *Op. Cit.*

uma crise de hegemonia,³³⁴ abrindo brechas para a atuação de novos agentes no cenário nacional e regional. Ao mesmo tempo, como nota-se pelo discurso da “crise arrozeira”, a crise de hegemonia na Primeira República aparecia como incerteza a respeito do futuro e como oportunidade de manifestação de interesses setoriais.

As negociações para a implantação do Sindicato Arrozeiro também estavam assentadas nessa tensão entre o nacional e o regional. Tal tensão aparece na concepção do que viria a ter a propagandeada “crise arrozeira”, na atenção dada à questão alfandegária e no abastecimento interno, e no próprio impacto que a articulação em torno do Sindicato geraria em âmbito nacional, com a possibilidade de implantação de um cartel ou “truste”, como foi concebido na época pelos opositores da iniciativa.

Como ficou demonstrado, a base da tensão entre as esferas nacional e regional, no caso do arroz, fundamentava-se nas características da própria rizicultura, como atividade voltada para o abastecimento nacional. Do ponto de vista econômico, a questão que deveriam ser resolvidas eram a estrita dependência do mercado interno, a concorrência inter-regional com outros estados produtores e a intermediação comercial e financeira de agentes com interesses nem sempre convergentes ao dos produtores locais.

Do ponto de vista da atuação do Sindicato e da solução da “crise arrozeira”, percebe-se certa “divisão de tarefas” entre os agentes envolvidos em diferentes esferas do poder estadual e nacional. Assim, percebeu-se que as lideranças do Sindicato tinham uma atuação política eminentemente regional (Alberto Bins, Gastão Englert, Pedro Osório), enquanto que algumas figuras que apoiaram o setor (Manoel Luis Osório, Ildefonso Simões Lopes, Wenceslau Escobar) estavam ligadas a outras esferas de poder, como o Ministério da Agricultura e a Câmara de Deputados, mas não envolveram-se diretamente com a organização do Sindicato.

Em seu trabalho sobre a dinâmica do poder na Primeira República, Renato Perissinoto ressalta que era próprio dos estados de segunda ordem articularem-se no interior da federação em torno de candidaturas alternativas àquelas que representavam o consenso do bloco agro-exportador.³³⁵ A diversidade de interesses dessas frações ligadas ao mercado interno refletia-se, pois, na política por meio de alternativas eleitorais. Por outro lado, a tradição de análise baseada no conceito de coronelismo é muito mais atenta às redes de interesses tecidas por famílias locais que conquistavam cargos em diferentes esferas do Estado, tendo assim acesso direto ao poder, além de

³³⁴ REGO, Walquíria. *Op. Cit.*

³³⁵ PERISSINOTO, Renato. *Op. Cit.* p.206 – 226.

controlarem os governos estaduais e o eleitorado. Essas são, resumidamente, os dois grandes modelos interpretativos para explicar o acesso das oligarquias de segunda ordem ao poder central.

Com efeito, são muito pouco observadas outras formas de articulação de interesses que não passavam necessariamente pela política partidária e institucional. É curioso que no caso da burguesia cafeeira essa dimensão da hegemonia tenha sido exaustivamente explorada a partir dos planos de valorização do café e das agências criadas para tal, e nos demais casos praticamente ignora-se o papel político das organizações de classe. De forma similar, o Sindicato Arrozeiro fez parte daquele processo chamado de recomposição da classe dominante rio-grandense, e aparece como a primeira de muitas iniciativas no mesmo sentido. O eixo desse processo era eminentemente regional, quer dizer, embora houvessem questões nacionais que perpassassem as discussões em torno da “crise arrozeira”, a solução colocava-se em âmbito regional.

O segundo e último aspecto que eu gostaria de destacar aqui é sobre a emergência daquilo que denominei de “vontade coletiva”³³⁶ de um determinado grupo ligado à rizicultura. Neste ponto, como ficou evidente, não houve nenhum intento de afirmação de um momento “ético-político”, ou seja, de um chamamento à sociedade com base em valores e concepções de mundo que buscavam disputar os seus rumos gerais. A iniciativa resumiu-se aquela dimensão denominada sinteticamente como momento “econômico-corporativo”, quer dizer, a afirmação de uma identidade com base num determinado setor econômico com vistas à obtenção de certas vantagens específicas.

No entanto, constatamos na análise que houve o envolvimento de diferentes frações de classe, com interesses variados, no setor arrozeiro, assim chamado genericamente. No caso do Sindicato Arrozeiro, como em outras associações de natureza classista que surgiram no mesmo período, observa-se a tensão entre convergência e diferenciação de interesses entre frações de classe distintas. Quer dizer, o Sindicato Arrozeiro não expressava um projeto consensual, mas era, antes, a manifestação dos interesses das frações burguesas de extração agrária e comercial ascendente, ligada aos engenhos e casas comerciais do Rio Grande do Sul.³³⁷ Nesse caso, contudo, o sucesso das medidas de valorização do arroz dependia da adesão dos

³³⁶ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.* p.13-19.

³³⁷ BAK, Joan. *Op. Cit.* p.109-114.

produtores propriamente ditos, o que colocava em jogo a necessidade de convencimento e construção de um consenso não dado pelos interesses imediatos. Portanto, a defasagem entre aquilo que é interesse de um determinado grupo e a forma como manifesta-se a “vontade coletiva” desse mesmo grupo é mediada por aspectos que dependem da construção da identidade, das necessidades econômicas e da força política posta pela conjuntura.

Com efeito, apesar da emergência da “vontade coletiva” ser um fenômeno endógeno às classes sociais, no caso do Sindicato Arrozeiro a sua institucionalização dependeu também do respaldo dado pelo governo estadual às lideranças do órgão. Nesse sentido, Sociedade Civil e Sociedade Política se interpenetravam, fazendo com que a atuação de um “segundo escalão” do PRR fosse central para a constituição do Sindicato e determinante para um saldo final positivo nesse processo. O saldo final do processo parece ter sido o embrião de uma política de caráter corporativo, confirmando a sugestão de Joan Bak de que a legislação sindical de 1903 juntamente com as práticas inspiradas no positivismo deu as condições para o nascimento do corporativismo no Rio Grande do Sul.³³⁸

Olhando o caso do Sindicato Arrozeiro, parece difícil conceber uma divisão tão estanque quanto aquela proposta por Schmitter que separa o corporativismo nas vertentes “estatal” e “societal”.³³⁹ Rigorosamente, a implantação de uma estrutura corporativa depende tanto da vontade e da ação dos grupos organizados na Sociedade Civil, quanto daqueles posicionados no interior do aparelho de Estado, levando em conta ainda que muitos agentes ocupavam posições proeminentes em ambos espaços. Não há dúvida de que a crise do pensamento e das práticas liberais foi responsável por esse interesse crescente dos governantes na prática associativa. Evidência disso é a preocupação de Arthur Torres Filho, Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, com a constituição associações de classe e cartéis de produtores em escala internacional:

Varia esse movimento nos diversos países – na Itália é o sindicalismo, que já vai ganhando também a Espanha, na Bélgica são as cooperativas de consumo, (...) na Dinamarca, país clássico do cooperativismo, Alemanha, Holanda, como na Rússia, Tchecoslováquia, etc., sucede outro tanto, o que provoca a tendência universal da classe agrícola para unir-se na defesa dos seus legítimos

³³⁸ *Idem.*

³³⁹ SCHMITTER, Phillipe. Continúa el siglo de corporativismo? IN: _____ (Org.). *Neocorporativismo 1: más allá del estado y el mercado*. México: Alianza editorial, 1992. p.15-66.

interesses, tanto no comércio interior, como no exterior, merecendo que os homens de governo observem atentamente esse movimento de que depende hoje a vida política e econômica dos estados modernos.³⁴⁰

Os anos 1930 não ficariam imunes às novas pressões econômicas sobre o sistema político, capaz de fechar-se frente aos anseios da democracia burguesa quando necessário, mas de abrir-se à participação crescente de representações de classe institucionalizadas antes e após a Revolução de 1930.

³⁴⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Dr. Geminiano de Lyra Castro, Ministro, por Arthur Torres Filho, Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Anos de 1927 e 1928*. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro & Cia., 1929. p.140. (Biblioteca Pública Rio-Grandense)

ANEXO I – Lista de entrevistados pelo jornal *Correio do Povo*

ÍNDICE	NOME	MUNICÍPIO	OCUPAÇÃO	RELAÇÃO COM O SINDICATO	DATA
1	Francisco de Paula Teixeira	Pelotas	Agrônomo, criador de gado e arrozeiro	Crítico	23/05/1926
2	Jerônimo Teixeira de Oliveira	Rio Pardo		Presente na reunião de fundação	15/06/1926
3	"um plantador"	"arredores de Porto Alegre"	Arrozeiro	Presente na reunião de fundação	15/06/1926
4	"um exportador"	Não mencionado	Exportador	Não mencionado	15/06/1926
5	Ernesto Goetze	Guaíba	Arrozeiro. Diretor da "Granja Carola"	Não mencionado	16/06/1926
6	"exportadores"	Não mencionado	Exportador	Não mencionado	16/06/1926
7	"Um dos maiores plantadores e exportadores"	Não mencionado	Arrozeiro e exportador	Não participa	17/06/1926
8	Leopoldo de Sousa	Cachoeira do Sul	Arrozeiro	Não mencionado	19/06/1926
9	Carlos Salin	Rio Pardo	Arrozeiro	Presente na reunião de fundação	19/06/1926

**ANEXO II – Natureza e fundamentos da “crise” vista pelas entrevistas
publicadas no *Correio do Povo***

NATUREZA E FUNDAMENTOS DA “CRISE”	ENTREVISTADOS								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Escassez de Crédito	X	X	X	X	X	X		X	
Concorrência inter-regional		X		X	X	X	X		
Superprodução		X	X		X				
Custo de produção				X				X	X
Excesso de otimismo no ano anterior				X		X	X		
Concorrência estrangeira nos países platinos				X	X		X		
Crise geral na agropecuária					X		X		
Especulação Comercial	X								
Crise restrita aos rizicultores									X
Importação de arroz								X	
Falta de organização dos produtores								X	

ANEXO III – Estatutos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul com sede em Porto Alegre, fundado em 12 de junho de 1926.

Capítulo I

Denominação, sede, fins e duração do Sindicato

Art. 1. Em conformidade com as resoluções tomadas em reunião de 12 de junho de 1926, fica constituído, pelos plantadores de arroz que aderirem aos presentes estatutos o SINDICATO ARROZEIRO DO RIO GRANDE DO SUL, com sede na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2. O Sindicato tem por fim congregar os plantadores de arroz para, em ação conjunta, zelar pelos seus interesses, promovendo a defesa da lavoura de arroz pelo emprego de meios e pela criação de instituições que possam amparar, defender, valorizar, aperfeiçoar e desenvolver a produção.

§ 1. Para realização destes fins organizar-se-ão dentro do Sindicato os departamentos julgados convenientes pela Assembléia Geral, ficando desde já constituídos, o departamento de informações, o departamento técnico e o departamento comercial.

§ 2. Ao departamento de informações incumbe: Principalmente orientar, animar e aconselhar os associados por meio de um serviço completo de informações;

Elaborar com a possível precisão estatísticas sobre a produção no Estado e em outros centros produtores assim como colher dados e estudar o provável consumo estadual e nacional;

Informar sobre a situação geral do mercado nacional e estrangeiro;

Editar um boletim mensal, contendo todas essas informações e demais esclarecimentos, que digam respeito à cultura do arroz e possam interessar aos produtores.

§ 3. Ao departamento técnico compete:

Promover a oficialização dos tipos do arroz rio-grandense, organizando para este fim um mostruário permanente de todas as qualidades de arroz produzidas no Rio Grande do Sul, classificando-as em tipos numerados e distintos, que serão os tipos oficiais do Rio Grande do Sul e servirão de base para as vendas;

Auxiliar os associados em todas as questões técnicas, que dizem respeito à cultura do arroz visando seu aperfeiçoamento e barateamento da produção;

Instalar, o quanto antes, sob a direção dum técnico especialista, uma plantação experimental para praticamente estudar os diversos sistemas de cultura, de adubação e irrigação dos arrozais modernos e suas possibilidades de adaptação ao nosso meio, tendo por principal escopo fornecer sementes selecionadas aos associados.

§ 4. O departamento comercial encarregar-se-á:

De todas as transações comerciais, quando de interesse da coletividade, servindo de intermediários nos negócios dos associados.

De conseguir por organizações especiais e por medidas aconselháveis os necessários fundos financeiros para a defesa da produção, procurando valorizá-la, principalmente pela coordenação da oferta em relação às necessidades dos mercados, evitando assim a especulação.

Envidar, finalmente, todos os esforços para organizar, auxiliar e amparar a fundação de um banco de crédito real e agrícola no nosso Estado.

Art. 3. Os diversos departamentos ficam sujeitos aos respectivos regulamentos internos, que serão elaborados pela diretoria e levado ao conhecimento de todos os sócios.

§ 1. A adesão aos diversos departamentos e suas instituições é facultativa, porém, aderindo a eles, o associado não só gozará das vantagens, como também se obriga a cumprir integralmente as disposições dos respectivos regulamentos, além da observância dos presentes estatutos.

§ 2. Todos os serviços de informações serão gratuitos. Para atender às despesas que ocorrerem com a instalação e manutenção dos outros departamentos, a diretoria poderá, nos respectivos regulamentos, estabelecer uma porcentagem ou taxas especiais, pagáveis pelos sócios que a eles aderirem.

Art. 4. O prazo de duração do Sindicato será de 30 anos a contar de sua instalação.

Capítulo II

Dos sócios

Art. 5. Haverá duas categorias de sócios:

a) Sócios efetivos.

b) Sócios contribuintes.

§ 1. Para se admitir como sócio efetivo do Sindicato é condição essencial e indispensável ser plantador de arroz.

§ 2. Sócios contribuintes podem ser as pessoas ou firmas que se interessarem pela cultura do arroz e se sujeitarem aos presentes estatutos. Os sócios contribuintes não terão direito a voto nem poderão ser votados.

Art. 6. O número de sócios é ilimitado, não podendo, no entanto, ser inferior a sete.

Art. 7. Para adquirir a qualidade de sócio é necessário ser proposto por um membro do Sindicato, no pleno gozo de seus direitos.

§ Único. Os sócios serão aceitos a juízo da diretoria, com recurso para a Assembléia Geral.

Art. 8. A jóia de entrada será de 100\$000 e a contribuição mensal de 10\$000.

Art. 9. A exclusão do sócio dar-se-á:

§ 1. Pelo pedido de demissão feito diretamente pelo sócio.

§ 2. Pela resolução da diretoria, com recurso para a Assembléia Geral, quando:

- a) proceder de modo contrário aos interesses do Sindicato;
- b) Não cumprir suas obrigações com o Sindicato conforme os regulamentos administrativos e as resoluções da Assembléia Geral;
- c) Estiver em atraso nas contribuições mensais por mais de um ano.

Capítulo III

Dos direitos e deveres dos sócios

Art. 10. Os sócios do Sindicato gozarão dos seguintes direitos:

§ 1. Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutir, votar e serem votados, com restrições quanto aos sócios contribuintes, de acordo com o Art. 5 § 2.

§ 2. Usufruir todas as prerrogativas que o Sindicato possa oferecer, de acordo com as relativas disposições.

§ 3. Tomar parte dos departamentos que forem organizados, sujeitando-se aos respectivos regulamentos.

§ 4. Só poderá gozar dos direitos e vantagens conferidas pelo Sindicato o sócio que estiver quite com a Tesouraria.

Art. 11. São deveres dos sócios do Sindicato:

§ 1. Apoiar o Sindicato em todas as medidas que tomar ou aconselhar no interesse da coletividade, pois é no espírito de cooperação que se baseia o êxito de todos os trabalhos do Sindicato.

§ 2. Efetuar pontualmente o pagamento de suas jóias e contribuições.

§ 3. Observar, acatar e cumprir estes estatutos, assim como os regulamentos e deliberações legalmente impostas pelos poderes constituídos do Sindicato.

§ 4. Prestar com todo escrúpulo e a máxima exatidão todas as informações que forem pedidas pelo Sindicato, principalmente no que se refere aos dados necessários para a confecção de estatísticas.

Capítulo IV

Da diretoria

Art. 12. O Sindicato é administrado por uma diretoria, eleita de dois em dois anos, em escrutínio secreto, pela Assembléia Geral.

§ 1. A Diretoria compõe-se de três Diretores, a saber: - O Presidente, o Secretario e o Tesoureiro – e de cinco conselheiros.

§ 2. É permitida a reeleição.

§ 3. Em caso de ausência ou impedimento temporário de um dos diretores, este escolherá entre os conselheiros aquele que o deverá substituir durante o seu impedimento.

§ 4. Em caso de renúncia ou morte compete aos membros da diretoria, escolher e nomear outro sócio para preencher a vaga. O sócio escolhido preencherá a vaga até a primeira Assembléia Geral que confirmará a escolha ou não e neste último caso elegerá o substituto.

§ 5. Tratando-se da renúncia ou morte do presidente do Sindicato, a diretoria deverá convocar uma Assembléia Geral, extraordinária, no prazo de 30 dias, para confirmar a escolha da Diretoria.

A Assembléia não confirmando a escolha deverá eleger o novo presidente.

§ 6. Nenhum membro da diretoria poderá demitir-se do cargo que ocupa sem prévio aviso de, pelo menos, 30 dias prestando, ao fim do prazo, circunstanciada relação e exposição de todos os atos dependentes de seu cargo ou gestão.

Art. 13. A diretoria nos limites das disposições da lei, dos estatutos e das deliberações da Assembléia Geral, fica investida de plenos poderes para resolver sobre todos os atos da gestão relativos às medidas ou operações que são objeto do Sindicato, inclusive contratar, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, alienar, hipotecar e empenhar bens e direitos, competindo-lhe primitivamente:

§ 1. Organizar e regulamentar os diversos departamentos do Sindicato e escolher entre os associados dois membros, nomeando-os para gerirem, conjuntamente com o presidente do Sindicato o respectivo departamento.

§ 2. Resolver sobre a adoção e regulamentação de medidas aconselháveis, que possam concorrer para o engrandecimento e prosperidade do Sindicato, empregando para isso os meios que lhe parecerem oportunos e convenientes.

§ 3. Contratar, suspender ou demitir livremente o pessoal necessário ou contratado para atender aos serviços do Sindicato e marcar-lhe os vencimentos e fianças quando estas forem necessárias.

§ 4. Organizar o regimento interno dos diferentes departamentos, serviços e organizações do Sindicato.

§ 5. Deliberar sobre os negócios concernentes o objeto e fins do Sindicato e modo de efetuá-los, contratando, distratando e praticando o mais que preciso for.

§ 6. Resolver sobre medidas de emergência necessárias ou aconselháveis na defesa da lavoura e de seu produto, investindo o presidente ou outras pessoas de todos os poderes que representar o Sindicato perante os poderes públicos ou em juízo ou para quaisquer outros fins do interesse do Sindicato.

§ 7. Deliberar sobre a admissão, demissão e exclusão de sócios.

§ 8. Resolver sobre a convocação de Assembléias extraordinárias.

§ 9. Insistir na apresentação mensal do balancete elaborado pelo tesoureiro e submetê-lo a rigoroso exame; denunciar as faltas encontradas, aplicando “ad referendum” da Assembléia as sanções necessárias.

Art. 14. A diretoria reunir-se-á de 15 em 15 dias sob a direção do presidente, podendo fazê-lo maior número de vezes, se assim o exigirem os interesses do Sindicato.

Art. 15. As resoluções da diretoria serão válidas somente quando tomadas pela maioria de seus membros.

§ 1. No caso de empate o presidente terá voto decisivo.

§ 2. As deliberações que não forem de mero expediente devem ser contatadas por uma ata assinada pelos membros presentes à sessão.

Art. 16. Todos os cargos da diretoria são gratuitos.

Art. 17. Os membros da diretoria são solidariamente responsáveis pela violação da lei e dos estatutos, negligência, culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

§ Único. A nenhum membro da diretoria é lícito reclamar de sua ausência às sessões para se eximir à responsabilidade que lhe caiba.

Art. 18. Aos diretores compete gerir e administrar diretamente o Sindicato, atender e despachar o expediente, dentro das atribuições dos respectivos cargos.

Art. 19. O presidente é o órgão da diretoria e o principal dirigente do Sindicato, seu representante em juízo e fora dele em todos os atos que estabelecem relações jurídicas e é especialmente encarregado de executar e fazer executar as deliberações tomadas pela diretoria competindo-lhe ainda:

§ 1. Convocar e presidir as reuniões de Assembléia Geral, da diretoria e das comissões executivas dos departamentos, regulando os seus trabalhos. As Assembléias Gerais, em que se tratar de assuntos de referência imediata ao presidente do Sindicato, não serão presididas por este, mas a mesma Assembléia escolherá o presidente que deverá dirigir os trabalhos.

§ 2. Assinar a correspondência e ordens referentes aos negócios do Sindicato.

§ 3. Convocar os membros da Comissão executiva dos departamentos, para que estes possam cumprir o seu mandato e fornecer-lhes todos os esclarecimentos e documentos indispensáveis.

§ 4. Redigir o relatório anual da diretoria e entregá-lo à Assembléia Geral, depois de devidamente aprovado pela diretoria.

§ 5. Assinar com o tesoureiro ou secretário todos os papéis em que se estabeleçam obrigações jurídicas para o Sindicato.

§ 6. Assinar com o tesoureiro os recebimentos por cheque, letras ou outros quaisquer títulos de fundos pertencentes ao Sindicato.

§ 7. Assinar todas as atas e rubricar os livros de atas do Sindicato.

§ 8. Autorizar o pagamento das despesas e contas do Sindicato.

§ 9. Em geral toda e qualquer atribuição não reservada à Assembléia Geral ou coletivamente à diretoria, nem especificadamente consignada na dos outros membros da diretoria pode e deve ser exercida pelo presidente.

Art. 20. O secretário é o diretor geral da secretaria do Sindicato e lhe compete:

§ 1. Redigir as atas das sessões da diretoria e das Assembléias Gerais e assiná-las.

§ 2. Receber, abrir, redigir e expedir a correspondência do Sindicato e decidir, em geral, de acordo com o presidente, sobre o expediente diário.

§ 3. Assinar com o presidente papéis em que se estabeleçam obrigações jurídicas para o Sindicato.

§ 4. Organizar e ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo do Sindicato.

§ 5. Escriturar o livro de matrícula dos sócios.

§ 6. Mandar afixar nos lugares competentes e fazer publicar os anúncios, convites ou outros quaisquer documentos emanados da diretoria.

§ 7. Assinar recibos de vales postais e cartas registradas.

§ 8. Contratar, com autorização da diretoria, o “Secretário Geral”, que exercerá as funções de secretário sob a imediata direção deste e do presidente. Não compete, no entanto, ao “Secretário Geral” assinar as atas e os papéis de que trata o § 3 do presente artigo.

Art. 21. O tesoureiro é o guarda e fiel depositário dos fundos do Sindicato e a ele compete:

§ 1. Arrecadar todas as rendas e dinheiros do Sindicato e pagar todas as despesas, sob documento, depois de autorizado pelo presidente.

§ 2. Lançar com o máximo cuidado e clareza o livro caixa, trazendo-o sempre em dia.

§ 3. Organizar o serviço de cobrança da receita do Sindicato, contratando cobradores, mediante porcentagem, tudo de acordo com a diretoria.

§ 4. Assinar com o presidente papéis em que se estabeleçam obrigações jurídicas para o Sindicato.

§ 6. Organizar um balancete mensal e apresentá-lo à diretoria para exame.

§ 7. Organizar um balancete semestral e apresentá-lo à comissão fiscal.

Art. 22. Os “conselheiros” são membros efetivos da diretoria e colaborarão com os diretores, competindo-lhes:

§ 1. A inspeção e fiscalização de todos os serviços dos diretores.

§ 2. Exercerem as funções para que forem escolhidos ou escalonados, substituindo os diretores no seu impedimento e por indicação destes.

§ 3. Assistir, discutir e votar nas sessões da diretoria, assinar as atas e os documentos que lhe forem apresentados.

Art. 23. Cessa a responsabilidade da diretoria depois de empossada a que a substituir.

Capítulo V Da Comissão Fiscal

Art. 24. A Comissão Fiscal é eleita anualmente em Assembléia Geral, por escrutínio secreto e compõe-se de três membros reelegíveis, competindo-lhe:

§ 1. Proceder semestralmente e em todas as vezes que houver passagem de cargo de tesoureiro, o exame das contas, livros e balancetes do Sindicato, denunciar à diretoria, para as devidas providências, as faltas que encontrar.

§ 2. Dar vistoria sempre que julgar necessário ou que seja solicitado na caixa, livros, documentos e bens do Sindicato, apresentando um relatório à diretoria.

§ 3. Emitir parecer sobre o relatório anual da diretoria para ser apresentado à Assembléia Geral.

Capítulo VI Da Assembléia Geral

Art. 25. A Assembléia Geral é o poder soberano do Sindicato e se compõe dos sócios, em pleno gozo de seus direitos, que a ela comparecerem.

Art. 26. A Assembléia Geral efetuar-se-á na sede do Sindicato caso não seja designado pelos convocantes outro lugar apropriado.

§ 1. Cada sócio terá, um voto; perderá, porém, direito de votar em se tratando de assuntos que envolvam diretamente seus interesses pessoais e quanto não estiver quite com a tesouraria.

§ 2. As firmas compostas de mais de um sócio terão o direito, como os demais associados, a um único voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 27. Todo o sócio que de acordo com o artigo 26 goze do direito de voto, poderá votar por delegação de outros, também em pleno gozo de seus direitos em número não superior a dez sócios, sempre mediante autorização escrita.

§ Único. Ficam excluídos da restrição de representar no máximo dez sócios, os delegados regionais, que poderão representar, mediante autorização escrita, qualquer número de sócios da respectiva região.

Art. 28. A diretoria convocará a Assembléia Geral, independentemente dos casos já mencionados nos presentes estatutos, sempre que o julgar necessário no interesse do Sindicato, e ainda, quando trinta sócios quites com a tesouraria tal requererem por escrito, com declaração dos respectivos motivos.

Art. 29. As Assembléias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias deverão ser convocadas ao menos com quinze dias de antecedência, por meio de anúncios nas principais folhas locais, com declaração dos respectivos fins.

Art. 30. A Assembléia Geral ordinária para discussão e aprovação das contas anuais de balanço e do relatório realizar-se-á todos os anos no mês de junho.

Art. 31. Na mesma Assembléia Geral Ordinária proceder-se-á bianualmente à eleição da nova diretoria e anualmente à da Comissão Fiscal.

§ Único. Na Assembléia Geral Ordinária é permitido tratar de todos os assuntos que possam interessar ao Sindicato; na Assembléia Geral Extraordinária só se tratará do objeto para que for convocada.

Art. 32. Quando nas eleições para qualquer cargo houver empate, a sorte decidirá entre os candidatos que houverem colhido igual número de votos.

Art. 33. As sessões de Assembléia Geral só serão validadas quando nelas tomarem parte, no mínimo, trinta sócios efetivos, no pleno gozo de seus direitos.

§ Único. Não comparecendo à primeira e à segunda reunião o número acima indicado, sempre de acordo com o artigo 29, será convocada a terceira, que resolverá com qualquer número, exceto para o caso do artigo 34 ou dissolução do Sindicato (Artigo 7 da lei federal sobre os Sindicatos Agrícolas, decreto 979 de 6 de janeiro de 1903).

Art. 34. Para aprovar-se a reforma dos estatutos será necessária a presença de 2/3 dos sócios quites com a tesouraria.

Art. 35. A votação será simbólica, salvo em se tratando de eleições ou quando um membro da Assembléia requerer o contrário, caso este em que ela poderá ser nominal ou por escrutínio secreto, a juízo da própria Assembléia.

Art. 36. As atas das sessões de Assembléia Geral serão lançadas no dia imediato à reunião e assinadas pelo presidente e demais membros da diretoria presentes à sessão.

Capítulo VII

Das comissões regionais

Art. 37. Em qualquer localidade do Estado poderão ser constituídas comissões regionais do Sindicato, todas as vezes que hajam sócios efetivos em número mínimo de dez.

Estas Comissões Regionais servirão de intermediárias entre os interesses dos sócios locais e os do Sindicato.

§ 1. O nome de cada comissão será: “Comissão Regional de (conforme nome da localidade) do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul”

§ 2. Estas Comissões Regionais reger-se-ão por regulamentos internos, nas bases dos estatutos do Sindicato e, previamente aprovados pela Diretoria do Sindicato.

§ 3. Como no Sindicato, também nas Comissões Regionais haverá duas categorias de sócios: sócios efetivos e sócios contribuintes.

§ 4. Cada sócio das Comissões Regionais terá todos os deveres e, quando quite com a Tesouraria, todos os direitos de sócio do Sindicato, e poderá comparecer às sessões do Sindicato ou delegar poderes por escrito aos Diretores da Comissão Regional a que pertence.

§ 5. A jóia e as contribuições dos sócios das Comissões Regionais são as mesmas de todos os sócios do Sindicato, conforme o Art. 8.

Art. 38. Cada Comissão Regional elegerá de dois em dois anos uma Diretoria composta de um presidente, um secretário e um tesoureiro, de conformidade com a época e tipo de eleição procedida no Sindicato.

Art. 39. Ao Presidente da Comissão Regional compete:

§ 1. Interpretar junto aos poderes competentes do Sindicato os interesses dos sócios locais.

§ 2. Transmitir aos sócios locais as deliberações do Sindicato.

§ 3. Guiar-se pelas atribuições marcadas nos números 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, do artigo 19, onde se compreenderá substituída a palavra Sindicato pela de “Comissão Regional”.

Art. 40. Ao Secretário da Comissão compete:

§ 1. Substituir o presidente em todos os seus impedimentos.

§ 2. Redigir as atas das reuniões da Comissão Regional e despachar, com o presidente da Comissão, a correspondência e documentos da mesma.

Art. 41. Ao tesoureiro da Comissão compete:

§ 1. Escriturar os livros da contabilidade da Comissão e arrecadar jóias, mensalidades e quaisquer outras rendas do Sindicato na região e enviá-las diretamente ao tesoureiro do Sindicato em Porto Alegre.

§ 2. O tesoureiro, em conformidade com o presidente, poderá deduzir dos dinheiros recebidos para o Sindicato as importâncias que forem dispendidas com despesas da Comissão Regional, prestando contas ao Tesoureiro do Sindicato.

§ 3. Substituir o Secretario em todos os seus impedimentos.

Art. 42. As diretorias das Comissões Regionais deverão envidar todos os esforços para comparecerem à Assembléia Geral do Sindicato ou, ao menos, mandar um delegado com os competentes poderes.

Capítulo VIII

Disposições gerais

Art. 43. Todas as rendas do Sindicato serão aplicadas ao aumento do patrimônio e sob hipótese alguma podem ser distribuídos lucros aos seus sócios.

Art. 44. No caso de dissolução ou liquidação do Sindicato o seu patrimônio será entregue ao Governo do Estado que o administrará até entregá-lo a outro Sindicato congênere que com os mesmos fins se funde em Porto Alegre.

Art. 45. É vedado ao Sindicato ingerir-se em assuntos de ordem política, partidária ou religiosa.

Art. 46. Nos casos omissos nos presentes estatutos as resoluções serão tomadas de acordo com a lei federal dos Sindicatos agrícolas (decreto 979 de 6 de janeiro de 1903).

Aprovados na Assembléia de 23 de junho de 1926.

Ata de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.*

**ANEXO IV – Ocupação de cargos do Sindicato Arrozeiro e suas respectivas
Comissões Regionais**

Diretoria Geral

Presidente: Major Alberto Bins

Secretário: Carlos de Araújo Ribeiro

Tesoureiro: Walter Schmitt

Diretores: Francisco Berta, Carlos Salim, Felix Scherer, Jorge Franke, Theo Möller.

Comissões Regionais

Cacequi

Presidente: Manoel da Silva Camargo

Secretário: Manoel C. Trindade

Tesoureiro: Olinto Binato

Rio Pardo

Presidente: Ernesto Wunderlich

Presidente Honorário: Pedro Borba

Secretário: Jerônimo Teixeira

Tesoureiro: Cel. Artur Falkenbach

Pelotas

Presidente: Lourival Pinheiro

Presidente Honorário: Cel. Pedro Osório

Secretário: Alberto Moreira

Tesoureiro: Domingos Ribas Sobrinho

São Gabriel

Presidente: José Loureiro Lisboa

Secretário: Edgar Abbott

Tesoureiro: Rolino Vieira

FONTES

Arquivos no Rio de Janeiro

Biblioteca Nacional

Obras Raras:

ABRANCHES, João Dunshee de. *A cultura do arroz e o protecionismo agrícola. Memória ao Congresso dos Lavradores de arroz reunido em São Paulo a 25 de março de 1916*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & cia., 1916. (I – 205, 5, 7, n.4)

ARANHA, Osvaldo. *O sindicalismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1929. (I – 202, 3, 16 n.9)

OSÓRIO, Manuel Luis. *Arroz. Monografia apresentada ao 1º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, reunido na cidade de Pelotas, em 12 de outubro de 1908*. Pelotas: Off. Gráph. de Obras do Diário Popular, 1908. p. 72-25. (III – 331,5,10, n.5.)

GRANATO, Lourenço. *O Arroz*. São Paulo: Typ. Levi, 1914. (II – 339, 514)

MAGALHÃES, Mário Ferraz de. *O arroz: cultura pelo processo de irrigação*. Piracicaba: Editora Olegário Ribeiro, 1920 (VI – 85, 6, 6, n.3)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Propaganda Agrícola do delegado executivo da produção nacional. *Cultura do arroz no Rio Grande do Sul, pelo professor dr. Novello de Novelli*. Rio de Janeiro: papelaria Mendes, 1918. (I – 342, 5, 23, n.9)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. (I – 389, 6, 26, nº. 2)

Periódicos:

Jornal do Comércio. Junho de 1926. (PRC = SPR 01)

Fundação Casa de Ruy Barbosa

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Transformação industrial, venda e beneficiamento de produtos agrícolas, nos estabelecimentos rurais

recenseados em 1º de setembro de 1920. *Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Sinopse do Censo da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922. p.84-85. (Coleção SC – 17370)

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados, 1926*. (diversos volumes)

BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, 1920*. Rio de Janeiro: Papelaria e typ. Villas-boas & cia, 1920. (Coleção RB / B-8 8-1)

Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura

Revista *A Lavoura*. (1910 – 1930).

BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. (1921 – 1930)

BRASIL. *Relatório do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. (1926, 1927, 1930)

Arquivos no Rio Grande do Sul

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Correio do Povo. (1926 – 1930)

Biblioteca do Solar dos Câmara de Porto Alegre

A Federação. (1926 – 1930)

Anais da Assembléia dos Representados do Estado do Rio Grande do Sul (1920-1930)

Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1926 – 1930)

Mensagem apresentada à Assembléia dos Representantes pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. (1926 – 1930)

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Ata do Congresso do PRR em 12 de outubro em 12 de outubro de 1923.

Ata do Congresso das Municipalidades do Rio Grande do Sul, 1929.

Biblioteca Pública de Pelotas

Relatório do Intendente de Pelotas (1920-1930)

Biblioteca Rio-Grandense

Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul (1918-1919)

Biblioteca do Instituto Rio-Grandense do Arroz

Coletânea de Atas, Leis e Regulamentos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTONI, Ettore. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990; BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. IN: BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*. 12ªed. Brasília: UnB, 2002.
- ANTONACCI, Maria. *RS: As oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AROSZTEGUI, Ema Julia. *A lavoura arrozeira rio-grandense nas três primeiras décadas do século XX*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 1980. (Trabalho de conclusão no curso de Licenciatura em História).
- AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 2001.
- BAK, Joan L. *Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937*. Yale University, Ph.D., 1977.
- BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BESCOW, Paulo. *Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. Piracicaba: USP, Dissertação de mestrado, 1981.
- BOTH, Marcio. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do Planalto Rio-Grandense. 1850 – 1900*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado.
- CARDOSO, Fernando & FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

- CARONE, Edgar. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.
- CASTRO, Antonio. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. v.2. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1971.
- DALMAZZO, Renato. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul - do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.
- Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro pós-1930* (CD-Rom). Rio de Janeiro: Cpdoc-FGV.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1966.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. V.1 e 2. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979.
- FARINATTI, Luis A. *Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880)*. Porto Alegre: PPGH-PUCRS. 1999. Dissertação de Mestrado.
- FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermond & cia, [s.d.].
- FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª ed. v.1. São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1996.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 2ª Ed., livro 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- FONSECA, Pedro C. D. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do estado e a criação do sindicato arrozeiro. IN: *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 329-357, 1979.
- FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972.
- GELMAN, Jorge (org.). *La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas*. Buenos Aires: Prometeo/AAHE, 2005.
- GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

- GRIJÓ, Luiz. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. Dissertação de mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 1998.
- HAMEISTER, Martha. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes. (c. 1727 – 1763)*. Rio de Janeiro, 2002. Tese [Doutorado em História] – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: brasiliense, 2004.
- KORNIS, Monica. A nova situação fluminense. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 1986.
- KUHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985
- LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, José (Org.). *RS: imigração e colonização*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- LAYTANO, Dante de. *História da república rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina, 1983.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LINHARES, Maria & SILVA, Francisco. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri Edições, 1979.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUZ, Nícia. *A luta pela industrialização do Brasil*. Difusão Européia, 1961.
- MENDONÇA, Sonia R. de. O Sindicato Rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção. *Reforma Agrária, CAMPINAS*, v. 24, n.1, p.82-93, 1994.
- MENDONÇA, Sonia. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: Eduff, 2002.
- MENDONÇA, Sonia. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MOTA, Carlos (org.). *Brasil em Perspectiva*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- MUELLER, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1999.

- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias – 1889 – 1943. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEBAYLE, Raymond. Les rencontres dans les terres humides. IN: _____ . *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. Service de reproduction des theses – Université de Lille III, pp. 580-589, 1974.
- PELÁEZ, Carlos M. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista brasileira de economia*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 4, pp. 2-202, out./dez. 1971.
- PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais da cultura do arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1949.
- PINTO, Celi. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.
- PINTO, Céli. *Contribuição ao estudo da formação do Partido republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 1979.
- QUEIROZ, Maria. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

- REGO, Walquíria. *Estado e revolução burguesa no Brasil (um ensaio sobre a questão da hegemonia durante a Primeira República)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1981.
- REIS, Elisa P. Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: CARDOSO, Fernando H.; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício (Orgs). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, pp. 194-217, 1985.
- REIS, Elisa. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880 – 1930*. 1979. 315f. PhD Dissertation of Political Science – Massachussets Institute of Technology, 1979.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SÁBATO, Jorge. *La classe dominante en la Argentina moderna*. 2ª Ed. Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi, 1991.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário/Achiamé, 2002.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1981.
- Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul. *A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre [s.n.], 1935.
- SINGER, Paul. Cap. 4. Porto Alegre. IN: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SCHMITTER, Phillipe. Continúa el siglo de corporativismo? IN: _____
(Org.). *Neocorporativismo I: más allá del estado y el mercado*. México: Alianza editorial, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamas. Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado. *Estudos Avançados*, dossiê Memória (set-dez 1999). v. 13, 37. São Paulo: Edusp, 1999.

TARGA, Luiz (Org.). *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996.

TARGA, Luiz. *A fundação do Estado Burguês no Rio Grande do Sul*. Artigo consultado em 10/04/2010, localizado no site www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_63.pdf.

TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: record, 1987.

VIZENTINI, Paulo. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

XAVIER, Regina (org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Ijuí, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)